Presença da Mulher

15 ANOS
1986-2001

ANO XIII 39 JULHO A SETEMBRO/01 R$ 5,00

Mulheres, funk e a exploração da mídia

encarte teórico

Violência contra a mulher

Assédio sexual agora é crime

As mulheres na Comuna de Paris

Desde o começo,
A Mulher pagou pelo pecado dos homens.
O CIAM está mudando essa história.

Internet

O Centro Integrado de Atendimento à Mulher dá apoio psicológico, social e jurídico às mulheres vítimas de violência e discriminação. Você pode contar com a assistência do CIAM através do Disque-Mulher: (21) 2299-2121, mandando um e-mail para ciam@cedim.rj.gov.br ou ser atendido à Rua Regente Feijó, 15 - Centro (próximo a Praça Tiradentes) - Rio de Janeiro - Cep 20080-011.

CIAM
Centro Integrado de Atendimento à Mulher

um serviço CEDIM
Conselho Estadual dos Direitos da Mulher

GOVERNO DO ESTADO RJ
FAZENDO NOSSO POVO MAIS FELIZ

expediente

Presença da Mulher

Presença da Mulher é uma publicação trimestral da União Brasileira de Mulheres e da Editora e Livraria Anita Ltda.

Assinaturas: Rua dos Bororós, 51, 1° andar, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01320-020
Telefax (0--11) 3107-7905
E-mail: ubm@uol.com.br

Produção:
Espalha Fatos Comunicação
espalha@espalhafatos.com.br
www.espalhafatos.com.br

Diretora:
Liège Rocha

Jornalista Responsável:
Sueli Scutti (MTb 26.371)

Redação:
Sueli Scutti, Cláudio Gonzalez, Olívia Rangel, Kátia Souto

Projeto gráfico e diagramação:
Cláudio Gonzalez (MTb 28.961)

Capa:
Escultura (bronze pintado) de Joan Miró (Rapariga Evadindo-se, 1968)

Conselho Editorial:
Ana Rocha, Clara Araújo, Cora Chiapetta, Edna Martins, Eline Jonas, Fátima Oliveira, Gilse Cosenza, Jô Moraes, Kátia Souto, Laura Greenhalgh, Liège Rocha, Loreta Valadares, Lúcia Rincón, Mary Castro, Olívia Rangel, Raquel Guisoni, Sara Sorrentino e Sueli Scutti

Conselho Consultivo:
Alice Portugal, Ana Martins, Denise Carvalho, Gilda Almeida, Heleieth Saffioti, Isabel Balthar, Jacira Melo, Jandira Feghali, Jussara Cony, Lia Carmen Klein, Lilian Martins, Margarida Maria Silveira Barreto, Maria José Araújo, Maria José Rosado, Olívia Vieira, Socorro Gomes, Sueli Carneiro, Suzana Maranhão, Vanessa Graziotin

Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião dos editores.

É permitida a reprodução do conteúdo desta revista, desde que citada a fonte e autoria.

CPV
28 AGO 2001
Setor de Documentação

Anita Garibaldi
Editora e Livraria Anita Ltda.
Rua Monsenhor Passalacqua, 158, Bela Vista
São Paulo, SP, CEP 01323-010, Tel.: (011) 289-1331
E-mail: livraria@anitagaribaldi.com.br

nesta edição

MUL p/e

ASSÉDIO SEXUAL
A deputada Iara Bernardi fala da lei que transforma o assédio em crime 5

TEORIA
Mary Castro teoriza sobre o feminismo e a frente de esquerda antineoliberal 7

RAÇA
Conferências condenam todas as formas de intolerância 12

CAPA
A mulher, a mídia e os movimentos culturais 19

HISTÓRIA
As mulheres e as revoluções na França 23

ENCARTE TEÓRICO
Violência contra a mulher 37

- Geral: Dicas, Conselhos, Curiosidades....Pág. 48
- As mulheres brasileiras preferem a cesárea?....Pág. 11
- 15 anos da Presença....Pág. 16
- Participação e Cidadania....Pág. 30
- Feminismo na rede....Pág. 45
- Pelo mundo: notas internacionais....Pág. 46
- Resenha: Sem medo da Delicadeza....Pág. 57
- Poesia: Quixotesca....Pág. 59

NORTE A SUL 56

Aos próximos 15 anos!

Carta à leitora — e ao leitor

Capa da edição de aniversário de um ano da revista (jul-set/1987)

Neste 2001 nossa revista está fazendo mais um aniversário marcante. São 15 anos de uma trajetória não linear, com percalços e sobressaltos, é verdade. Mas, felizmente, também são anos de uma trajetória persistente, ativa, límpida e vitoriosa. Ao olharmos para trás vemos que foram muitas as dificuldades, inúmeros os obstáculos que a luta política feminista nos obrigou a transpor. Mas ao ultrapassar as barreiras percebemos o tamanho da nossa força e a justeza de nossos ideais.

E é essa consciência que nos torna fortes para, a cada dia e a cada luta, nos colocarmos objetivos cada vez mais ousados. Quanto mais complexa a tarefa, mais saboroso o gosto da vitória. Essa comemoração, portanto, reflete os caminhos que percorremos para chegar aqui e aponta para os próximos passos da caminhada.

A luta pela emancipação feminina necessita de forças unidas, organizadas e mobilizadas diuturnamente, em ações bem definidas e com objetivos claros. Nesses 15 anos, as mulheres ajudaram a mudar o mundo e mudaram sua própria condição de vida, de trabalho, de sentimentos. O retrospecto desses 15 anos indica que a "Presença da Mulher" deu sua parcela de colaboração para as conquistas das mulheres brasileiras nesse período. Estivemos sempre em busca de fazer o movimento feminista acumular forças para a vitória final— que virá junto com a emancipação de todo o povo brasileiro. Estamos prontas para os próximos 15. Tintim.

Erramos

Na edição 37 da revista, o telefone da cantora e atriz Elisa Lucinda saiu errado. Anote aí: Contatos com Bruna ou Denise, (21) 294.3814 / 3876. E-mail: elisalucinda@radnet.com.br

Na edição 38, página 11, a ilustração é a imagem de um quadro produzido pela artista plástica Vitória, de Goiânia, que cedeu sua obra ao Fórum Goiano de Mulheres para utilização na campanha do 8 de março do ano passado.

Notícias para a revista

Solicitamos a colaboradoras e colaboradores da revista que enviem notícias, fotos, convites, legislações, projetos, livretes, folders e outras informações úteis para a revista. O endereço é Rua dos Bororós, 51, 1º andar, Bela Vista, CEP 01320-020, São Paulo, SP. Telefone e fax (11) 3107.7905, e-mail ubm@uol.com.br.

Obs.: Se você for enviar foto ou qualquer outro tipo de imagem pelo correio eletrônico, a digitalização deve ser feita em formato JPG, com resolução mínima de 200 DPIs. As imagens que normalmente são incluídas em informativos e páginas de internet não servem para publicação em impressos, porque a qualidade é baixa, daí ser necessária a especificação acima.

Henry Sims, Image Bank. Reprodução

Assédio sexual agora é crime

O presidente da República sancionou em 15 de maio a Lei 10.224, que caracteriza o crime de assédio sexual no país. Nesta entrevista à Presença, autora da lei, deputada federal Iara Bernardi (PT-SP), explica a diferença entre cantada e assédio e fala das mudanças que a lei pode acarretar no ambiente de trabalho.

SUELI SCUTTI
da redação da *Presença da Mulher*

Presença: ***Como diferenciar assédio de cantada, paquera, galanteio?***

Iara Bernardi: O assédio sexual sempre será praticado contra a vontade de quem o está recebendo e por uma pessoa que tenha ascendência sobre a vítima. Envolve chantagem, constrangimento e abuso de poder. Cantada, paquera ou galanteio não tem o poder, por si só, de destruir a carreira profissional de ninguém. Uma pessoa pode receber uma cantada de seu chefe, até este momento não há crime. Mas, quando ficar bem claro que essa cantada foi rechaçada, ele tem de parar. Se continuar insistindo, fazer chantagem e terror para que a vítima ceda, ficará especificado o assédio sexual.

> **"Uma pessoa pode receber uma cantada de seu chefe e, até este momento não há crime. Mas, quando ficar bem claro que essa cantada foi rechaçada, ela tem de parar. Se continuar insistindo, ficará especificado o assédio sexual."**

Presença: ***Que experiências a senhora destaca de outros países em que a lei foi instituída e teve bons resultados?***

Iara: Nos Estados Unidos e outros países de Primeiro Mundo a Lei do Assédio Sexual já existe há muito tempo e os efeitos positivos são o maior respeito à mulher no ambiente de trabalho.

Presença: ***A lei vale para ambos os sexos, mas foi pensada para coibir mais incisivamente o assédio cometido por homens contra mulheres, já que esta é a forma mais comum desse tipo de abuso. Que reações a senhora tem observado na sociedade depois da lei? E os homens, estão preocupados com o assunto?***

Iara: A sociedade tem se interessado pelo assunto e os chefes estão mais cautelosos. No entanto, ainda existe muita dúvida e muita confusão sobre o tema. O limite entre o permitido e o crime sempre será o abuso de poder e a falta de respeito com a resposta negativa da pessoa que foi assediada.

Presença: ***A lei poderá mudar o comportamento dos empregadores e fazê-los adotar programas de prevenção do assédio?***

Iara: Já existem profissionais oferecendo consultoria às empresas para prevenir o assédio sexual no ambiente de trabalho.

Presença: ***Não existe o risco de a lei colocar homens e mulheres acuados no ambiente de trabalho mesmo que jamais tenham pensado em assediar alguém?***

Iara: Brincadeiras e elogios não fazem mal a ninguém. O que não podemos permitir é o uso do poder para obter favores sexuais contra a vontade da pessoa que está sendo assediada. E é preciso deixar claro que o assédio se configura em uma relação de hierarquia, por exemplo: entre patrão e empregado, chefe e subordinado, médico e paciente.

Presença: ***É possível que venha a ocorrer uma "indústria" de denúncia de assédio sexual?***

Iara: Não acho que este é o temperamento do brasileiro. Os norte-americanos usam muito a justiça para tirar proveito próprio com pedido de indenizações milionárias. Nossa cultura é diferente. No Brasil, acredito que esta lei será usada quando a situação for mesmo muito grave. Todas as leis podem ser mal usadas e esta não é diferente, mas acredito que ela é muito importante como uma arma de prevenção e de educação para que o respeito e a dignidade no ambiente de trabalho sejam preservados.

Iara: "a sociedade tem se interessado pelo assunto"

> **"Nossa cultura é diferente da americana. Acredito que, no Brasil, a lei do assédio sexual será usada só quando a situação for mesmo muito grave"**

Presença: *A Justiça brasileira está preparada para tratar do assédio sexual?*

Iara: A lei do assédio sexual foi sancionada no dia 16 de maio de 2001, portanto é muito recente. A Justiça brasileira pode estar ainda num período de adaptação. Isto é natural, mas com certeza vai se adaptar muito bem a ela.

Presença: ***E as mulheres brasileiras, estão preparadas para denunciar o assédio?***

Iara: As mulheres brasileiras precisam antes de tudo conhecer a lei e saber que o assédio sexual é crime. Assim elas poderão se defender das injustiças e dos abusos criminosos dos chefes inescrupulosos que usam o poder para chantagear e torturar as mulheres em troca de favores sexuais. Antes, essas propostas eram consideradas indecentes, mas agora são também criminosas. ■

Lei nº 10.224, de 15 de maio de 2001

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal – para dispor sobre o crime de assédio sexual e dá outras providências.

O presidente da República:
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal – passa a vigorar acrescido do seguinte art. 216-A:
"Assédio sexual (AC)*
"Art. 216-A. Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes a exercício de emprego, cargo ou função." (AC)*
"Pena: Detenção de 1 (um) ano a 2 (dois) anos." (AC)*
"Parágrafo único: (vetado)." (AC)*
Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de maio de 2001, 180º da Independência e 113º da República

Fernando Henrique Cardoso
José Gregori

*AC=Acréscimo

(Publicado no "Diário Oficial da União" de 16/5/2001)

Possibilidades do movimento feminista em frente de esquerda contra o neoliberalismo na América Latina

Como os movimentos feministas mais avançados podem interferir em um programa de esquerda com perspectiva socialista? Como os partidos de esquerda devem lidar com o feminismo? Veja algumas dicas.

MARY GARCIA CASTRO
Socióloga, pesquisadora associada da Universidade Estadual de Campinas, Centro de Estudos de Migrações Internacionais-Brasil, e diretora da União Brasileira de Mulheres. Endereço eletrônico: castromg@uol.com.br.

Neste texto[1] reflito sobre as potencialidades do feminismo para uma frente de esquerda contra-hegemônica (Gramsci, 1966) contra o neoliberalismo na América Latina.

Há uma orientação utópica no feminismo, resgatada por algumas correntes, como as de cunho marxista, que sugere que tal movimento social possa vir a contribuir para remodelar princípios e estratégias para uma esquerda humanista, libertária – "classista" e "movimentista" (Therborn, 1995) – ou seja, com a flexibilidade dos movimentos sociais, o reconhecimento da luta de classe e a primazia dos e das proletárias – entendidos como os sem-propriedades – em um projeto de norte revolucionário, socialista[2].

Tal utopia feminista socialista[3], um feminismo em construção, se sustenta também na materialidade das condições de vida da maioria das mulheres na América Latina, golpeadas historicamente tanto por formas de realização do capitalismo, como pela reprodução de discriminações, via normas, ideologias, culturas e práticas nas relações sociais entre os sexos, ou seja, por formas de realização do sistema cultural e político de gênero, em práticas e ideologias produzidas e reproduzidas nos espaços privados e públicos.

> **"Viria crescendo na América Latina a institucionalização e instrumentalização de agências do movimento de mulheres pelo campo hegemônico capitalista, dispersando e diluindo a potencialidade do feminismo como força de esquerda"**

Esse sistema é reforçado pelo conservadorismo ou pelo liberalismo retórico de agências hegemônicas do capitalismo global. Mas se reproduz também por conivência de uma esquerda que não toma em conta o conteúdo político das experiências, a vida cotidiana de homens e mulheres.

Viria crescendo na América Latina a institucionalização e instrumentalização de agências do movimento de mulheres pelo campo hegemônico capitalista, dispersando e diluindo a potencialidade do feminismo como força de esquerda (Castro 1997).

Não obstante, por outro lado, algumas mulheres, entre margens e silêncios, agrupam-se como feministas socialistas e emancipacionistas tanto em organizações clássicas (partidos e sindicatos) como de forma autônoma. Também se multiplicam núcleos de organizações de base comunitária em que os princípios feministas estão relacionados com a defesa da classe operária e popular, assim como do meio ambiente (Abramovay e Castro 1998).

Os parâmetros do neoliberalismo contrariam plataformas dos movimentos de mulheres na América Latina, em particular as constantes de documentos da Conferência das Nações Unidas sobre a mulher realizada na China em 1995, quando se insistia na equidade entre os sexos, na distribuição de recursos, do poder e das oportunidades.

Os programas de privatização e de diminuição dos gastos sociais do Estado, e as políticas de flexibilização que afetam níveis de emprego e colaboram no aumento do desemprego, atingem as mulheres de forma especifica, quer como trabalhadoras, quer como mulheres em famílias de trabalhadores. O Estado historicamente é um destacado empregador de mão-de-obra feminina na região e, por sua carga com o doméstico, as mulheres da classe operária e de setores populares sofrem de forma singular com a perda de serviços públicos, tais como os de saúde, de educação, e de segurança social.

Outra característica do ethos neoliberal nos processos de trabalho é a flexibilização acompanhada por ênfases na modernização, eficiência e técnicas associadas de gestão (toyotismo, por exemplo) que cultivam um individualismo narcisista – contrário à solidariedade associativista – e se beneficiam de estereótipos quanto ao caráter da mulher como trabalhadora, considerada como ser dócil, limitado estritamente a interesses familiares, nos quais não teriam lugar outras redes de associações voltadas a fins públicos, coletivos, como sindicatos e partidos. Tais estereótipos podem colaborar, ironicamente, para uma maior empregabilidade das mulheres em certas unidades de produção e por períodos, mas não necessariamente para afetar diferenciais quanto a rendimentos entre homens e mulheres, mudanças nas divisões de poder no trabalho e melhoria do nível de vida das mulheres de setores populares e da classe operária.

Marcha dos 100 mil, 1999. Arquivo PCdoB

> **Uma agenda feminista liberal, apesar de limitada, pode beneficiar uma subjetividade crítica entre mulheres da classe operária e de setores populares**

O feminismo, como movimento social em defesa das mulheres, até em suas versões institucionalizadas de corte liberal, contribui para uma política cultural orientada para a construção de forças contra-hegemônicas, ao introduzir elementos desestabilizadores como, por exemplo: chamada à igualdade, questionando as diferenças de posição entre homens e mulheres nas relações capital/trabalho; chamada à diferença, apontando combinações entre o público e o privado, que afetam formas de venda da força de trabalho – sugerindo, sem assumir, a materialidade do princípio marxista de que há várias populações no e para o capital; o questionamento de princípios iluministas como o de um "sujeito universal" – o homem e a mulher – e de princípios genéricos, como liberdade, igualdade e fraternidade, pelos quais se omitiriam contradições de interesses e as violências entre 'iguais'; o enfrentamento, não necessariamente assumido como tal, a uma razão dicotômica, como as separações entre a macro e a micropolítica da cotidianidade, entre condições objetivas e subjetivas, entre a razão e os sentimentos e entre a esfera pública e a privada.

Uma agenda feminista liberal, apesar de limitada (liberando os direitos humanos de qualquer contexto de classe), pode beneficiar uma subjetividade crítica entre mulheres da classe operária e de setores populares. Esta possibilidade se delineia nas metas de uma agenda que sublinhe, entre outros temas, a construção de auto-estima; ações contra a violência doméstica; visibilidade e crítica à dupla jornada e às divisões sexuais de trabalho e de poder; defesa de quotas para representações em lugares com algum poder de decisão na maquinaria do Estado burguês ou em organizações de classe.

Por outro lado, na América Latina, ao se insistir na união do movimento de mulheres e das feministas em prol de políticas públicas que minimizem discriminações, como uma educação sensível a gênero, programas de educação sexual, acesso da mulher à educação universal e pública ou a serviços de saúde, assim como atenção institucionalizada a direitos reprodutivos e sexuais, contribuir-se-ia para a multiplicação e ampliação dos espaços da sociedade civil – entendida em um sentido gramsciano, como forças contra o mercado e de pressão por um Estado de bem-estar. Por tal via (não terceira, mas de ruptura), questionar-se-ia a privatização de serviços sociais.

Feminismo à esquerda e frente contra o neoliberalismo

A vertente feminista marxista e os movimentos de mulheres com discurso de classe, assim como os movimentos sociais que relacionam gênero e raça em diversos países da América Latina, teriam ampliado consideravelmente suas agendas e enriquecido suas práticas a

partir dos anos 70. Aprendeu-se com as feministas 'radicais' e liberais a trabalhar com temas espúrios para correntes economicistas à esquerda, como sexualidade, auto-estima e individualismo – não narcisista ou egoísta, mas criativo. Reivindicou-se o querer, o reconhecer corpos no espaço dos afetos, o direito ao prazer, ou a prazeres para uma agenda política de esquerda, combinando frentes de luta, além de guetos, especificidades, políticas de identidade essencializadas (ou referidas a naturalizações das relações sociais/sexualizadas).

Manter-se-ia e se renovaria a utopia feminista de sentir-se parte de uma esquerda, de ser uma instância crítica de esquerda à esquerda por uma busca de socialismos libertários, com projetos de transformações político-culturais no interior das relações sociais entre os seres humanos e destes com o meio ambiente.

Há muitas ilustrações que sustentam que tal dinâmica não está perdida, que se reconstroem permanentemente, vide o caso das organizações de base comunitária que incluem em suas práticas perspectivas feministas, um agenciamento na luta de classe e uma preocupação ecológica (ver Abramovay e Castro 1997, sobre experiências no Brasil).

Mas, por outro lado, o comum é uma pulverização de experiências de movimentos sociais sem muita articulação entre si, com poucos recursos para sobrevivência e que contam ainda com pouca colaboração e respeito à sua autonomia por parte da esquerda organizada em outros movimentos, partidos e sindicatos, os quais, por sua vez, não contam com esforços suficientes na revisão de suas práticas (teóricas e práticas) que permitam lançar-se para novas relações com movimentos sociais híbridos.

A interação entre organizações feministas e os partidos e sindicatos – de esquerda – pressupõe mudanças nesses, não só de discurso, como se vem dando, mas em suas práticas e estratégias de relacionamento entre sexos/gêneros, assim como em se fazerem movimentistas-e-classistas.

Perspectiva programática para uma frente de esquerda contra o neoliberalismo

Defender a contribuição feminista contra o capitalismo, em sua modelagem contemporânea, neoliberal, por exemplo, implica questões sobre a estrutura das esquerdas, e não somente a crítica de um movimento social, no caso, o feminismo. Tal defesa parte também da premissa de que há feminismos e feminismos, e que nem todas as correntes desse movimento seriam hoje parceiros à esquerda. Considerando tais advertências, destaco questões para uma perspectiva programática de esquerda:

- A urgência do fortalecimento de um bloco contra a hegemonia do neoliberalismo, integrando movimentos sociais com orientação de esquerda em nível internacional, revisitando princípios do internacionalismo proletário, o que implica em cuidar mais das redes de relações internacionais e das unidades de relações exteriores (lugar comumente não ocupado por mulheres e que pouco se orienta para questões de gênero e de raça e etnicidade nos partidos de esquerda). Haveria que revisitar os debates gramscianos sobre a importância do fortalecimento da sociedade civil e os debates martianos sobre encontros entre as Américas – como a chamada de José Martí por uma América Mestiça, *la América Nuestra* – e chamadas de Mariátegui sobre a força revolucionária dos povos indígenas.

De fato, se faz necessária mais atenção da esquerda latino-americana para as questões étnico-raciais e para movimentos dos latinos e das latinas nos Estados Unidos, se a perspectiva é a consolidação de uma contra hegemonia baseada em identidade de princípios à esquerda e em histórias de resistência contra, no caso, o imperialismo[4].

- Mais atenção, mais escuta (aprendizagem) e apoio às experiências locais de base comunitária e popular, aos movimentos sociais de e por mulheres, porém sem ingerências, assim como mais investimento no fortalecimento das correntes feministas marxistas na América Latina, e sua comunicação, por redes transnacionais – tarefa de toda a esquerda de corte socialista e comunista. A perspectiva é que a relação entre tais correntes com um aporte que integre gênero, raça e classe, em partidos e sindicatos de esquerda, não se paute só por princípios de justiça social, reconhecimento de discriminações específicas contra as mulheres, as pobres, as negras, as migrantes e as indígenas nas Américas – incluindo, portanto, as latinas nos EUA e as latino-americanas na Centro e Sul-América e no Caribe – ou por valor instrumental – disputar votos e membros com as agências do capitalismo internacional.

Trata-se de reconhecer que uma perspectiva feminista que integre gênero, raça e classe não implica em "um movimento social desencadeado por uma minoria em proveito dessa minoria" – crítica no "Manifesto Comunista" à limitação dos movimentos sociais.

A força revolucionária de um feminismo socialista e de movimentos de mulheres de base popular é uma possibilidade e, como tal, se materializa com situações concretas.

Por outro lado, um projeto de renovação das esquerdas quanto a métodos e escopo de preocupações, requer reconhecimento sobre a potencialidade revolucionária da cultura ou da contracultura em sua crítica à economia política.

Nesse sentido, haveria de se considerar, destaco, que se a luta dos comunistas é prioritariamente contra a propriedade, "revestida da forma que seja", conforme disse Marx, passa

portanto, por uma ampliação do conceito de classe, de proletariado, para incluir os sem-propriedades, os pequenos proprietários sem capital de acumulação, os desempregados, os trabalhadores no setor informal, em formas terciárias e em trabalho remunerado em casa – espaços em que não ao azar destacam-se as mulheres –, como passa por uma crítica das instituições como a família e o lugar da mulher em tal instituição (tema mencionado no "Manifesto").

De igual forma, essa luta deveria passar por uma crítica às relações sociais entre os indivíduos por gênero/sexo e raça /etnicidade, pautadas em hierarquias, dominações, propriedades e apropriações de identidades, ou melhor, de apoio às reações contra identidades impostas em relações de opressão, vigentes inclusive entre companheiros e camaradas, e de exploração, próprias da ordem capitalista. ■

Ibanes Lemos

Mulheres protestam na abertura do Fórum Social Mundial, Porto Alegre, janeiro de 2001

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Míriam e CASTRO, Mary Garcia. *Engendrando um novo feminismo. Mulheres líderes nas bases* – Unesco e Cepia, Brasília, 1998.

CASTRO, Mary Garcia. "Feminismos e Feminismos na América Latina. Reflexões à Esquerda" In *Revista Sociedade e Estado*. Vol. 12, nº 2 (julho-dezembro de 1997), p.309-326

GRAMSCI, Antônio. *Cartas do Cárcere*, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1966.

MARCUSE, Herbert. "Socialismo Feminista: El Núcleo del Sueño", in Susan Sontag, Julia Kristeva, et al. *El Feminismo, Nuevos Conceptos*. Ed. Hombre Nuevo, Bogotá, 1977.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Coletivo Marx, Salvador, 1848-1998.

RETAMAR, Roberto Fernandez. "Introdução". In José Martí, *Nossa América. Antologia*. Hucitec, 1983.

ROCHA, Ana. "Editorial". In *Presença da Mulher*, nº 29, São Paulo, 1997.

THERBORN, Göran (1995) "A Crise e o Futuro do Capitalismo". In Emir Sader e Pablo Gentili, *Pós-neoliberalismo – As políticas sociais e o Estado Democrático*. Ed. Paz e Terra, São Paulo.

NOTAS

1- Resumo de trabalho apresentado no 5º Seminário Nacional da União Brasileira de Mulheres, realizado nos dias 15 e 16 de junho de 2001, em Vila Velha (ES). O texto maior, com cerca de 60 linhas, foi originalmente preparado para o Seminário Internacional "Mundialização, Desenvolvimento Sustentável e Alternativas ao Neoliberalismo na América Latina", promoção do Instituto de Filosofia de Cuba, Fundação H. Boell – Escritório para a América Central – e da Fundação de Pesquisas Marxistas de Espanha (FIM), em Havana, de 4 a 6 de junho de 1998.

2- Proletariado é aqui conceito utilizado em seu sentido léxico original, os e as que não têm outra riqueza, outra propriedade que a sua prole, a sua força de trabalho ou seus meios de sobrevivência imediata. Portanto, insisto, seriam proletários também os pequenos proprietários rurais, e os e as sem-propriedades – os e as sem-terra, sem-teto, sem-direito à cidadania cultural e nacional como os e as indígenas e os e as imigrantes, como povos nas Américas sufocados pela imposição de uma cultura a serviço de um projeto de cultura e um modo de vida, *"the American way of life"*, a *"pax americana"*, 'o *homus* neoliberal".

3- A um certo nível a defesa da potencialidade radical do feminismo se une à chamada de Marcuse, que em 1976 escreveu artigo com o sugestivo título "Feminismo Socialista, o Núcleo dos Sonhos". Porém aparto-me desse autor quando ele separa a utopia dos processos da utopia sobre outras estruturas, quase naturalizando as mulheres como portadoras de sentimentos e moral superiores, idealizando posturas frente ao poder como se as mulheres não estivessem afetadas por interesses de classe e ambições individualizadas.

4- A conjugação entre conflitos entre as Américas e a questão racial, assim como a sensibilidade para a situação dos indígenas e dos negros que se destacam nas obras de Martí e Mariátegui (que tanto se referiu ao "problema do índio" e ao "problema da terra") em princípios do século 20, foram deixadas de lado nas formulações da esquerda latino-americana (em especial dos partidos comunistas entre 50-70), depois da Segunda Guerra, orientados mais por uma perspectiva marxista eurocêntrica, enfatizando a formação de uma burguesia nacional. Sobre Martí e "Nuestra América", ver Retamar (1983).

As mulheres brasileiras preferem a cesárea?

O Centro de Pesquisas das Doenças Materno-Infantis de Campinas (Cemicamp), da Unicamp, realizou pesquisa (Módulo Social do Estudo Latino-Americano de Cesárea) com médicos e mulheres atendidas no Sistema Único de Saúde no Estado de São Paulo e em Recife, para investigar entre outras coisas a preferência das mulheres pela forma de parto e a opinião dos médicos sobre essa preferência. O estudo desmente reportagem da revista "Veja" de 2 de maio de 2001 afirmando que as mulheres preferem a cesariana.

Monica Zarattini / AE

"A maioria das mulheres (79,4%) considerava o parto vaginal melhor que a cesárea, porque traz menos dor (43,4%) e a recuperação é mais rápida (38,3%)"

O resultado do estudo, coordenado pelas pesquisadoras Karla Simônia de Pádua e Maria José Duarte Osis, foi apresentado recentemente na 17ª Reunião da Associação Latino-Americana de Investigadores em Reprodução Humana (ALIRH), em Curitiba, cujo resumo segue abaixo e foi publicado também na revista *Reprodução & Climatério* de abril-maio de 2001.

Com apoio financeiro da Organização Mundial da Saúde, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo e do Fundo de Apoio ao Ensino e à Pesquisa da Unicamp, as pesquisadoras entrevistaram 656 mulheres que tiveram parto em sete hospitais participantes do Estudo Latino-Americano de Cesárea (Elac): 230 haviam passado pela estratégia da segunda opinião diante da decisão de realizar ou não uma cesárea, em três hospitais de intervenção, e 426 tiveram parto por cesárea nos hospitais de controle. Setenta e dois médicos nos hospitais de intervenção e 70 dos hospitais de controle auto-responderam um questionário, após o término da intervenção.

A grande maioria das mulheres (79,4%) considerava o parto vaginal melhor que a cesárea, porque traz menos dor (43,4%) e a recuperação é mais rápida (38,3%). As mulheres que haviam tido pelo menos um parto vaginal referiram com maior freqüência do que as que tiveram só cesárea que a melhor forma de parto era vaginal.

Na opinião dos médicos, a razão mais freqüente para as mulheres solicitarem uma cesárea é o medo de ter um parto vaginal (83,3%). Metade dos médicos considerava que a maioria das mulheres submetidas a uma cesárea sente satisfação, que eles atribuíram principalmente a não sofrer a dor do parto (40%).

A perspectiva dos médicos acerca da opinião das mulheres quanto à melhor forma de parto não coincide com o que elas expressaram e o valor atribuído à dor do parto vaginal, como fator determinante da possível preferência pela cesárea, era percebido de forma oposta por esses sujeitos sociais.

Mais informações pelo e-mail: simonia@unicamp.br.

3ª Conferência Mundial contra o Racismo

Neste texto publicado no "Correio Braziliense" de 8 de junho deste ano, a autora discute as dificuldades dos organizadores e os interesses dos povos e governos participantes do evento, que se realiza na África do Sul em setembro.

SUELI CARNEIRO
pesquisadora do CNPq e diretora do Geledés – Instituto da Mulher Negra.

"As vítimas do racismo, da discriminação racial, da xenofobia e das formas conexas de intolerância esperam que as decisões que os Estados adotem produzam mudanças reais em seus destinos."

São palavras da alta comissária dos Direitos Humanos, Mary Robinson, em 21 de maio, nas Nações Unidas, em Genebra, no discurso de abertura da 2ª Sessão do Comitê Preparatório da 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância que ocorrerá em Durban, África do Sul, em setembro próximo.

O objetivo dessa 2ª PrepCon era produzir a proposta de declaração e o plano de ação a serem aprovados em Durban, tendo por base os documentos já produzidos na primeira reunião do Comitê Preparatório e os insumos das conferências regionais preparatórias da conferência mundial, ocorridas nas Américas, na Ásia, na Europa e na África.

Doze dias após a abertura dos trabalhos, um saldo melancólico punha em evidência, em alguns casos, o descompromisso de alguns dos Estados em relação à agenda da conferência; em outros, uma ação deliberada para fazê-la naufragar.

O que está em jogo nessa conferência? Há um certo consenso em considerar que a sua convocação devia-se mais à necessidade de equacionamento de problemas decorrentes da xenofobia, da imigração e conflitos étnicos presentes, especialmente no continente europeu.

No entanto, as conferências regionais, em particular a das Américas, a da África e a da Ásia, fizeram emergir com força novos atores políticos com novas demandas que colocam, sobretudo para os países ricos do Primeiro Mundo, uma extensa fatura, resultado de dívidas históricas que não lhes interessa reconhecer. Confluem para essa conferência os excluídos de todos os matizes: africanos e afrodescendentes das Américas e da Europa exigem o reconhecimento do tráfico transatlântico como crime de lesa-humanidade, do que decorre a exigência de reparações aos países africanos espoliados pelo tráfico e aos seus descendentes da diáspora.

Indígenas reivindicam, entre outros temas, o direito à autodeterminação e à terra. Mulheres afrodescendentes e de outros grupos étnicos buscam introduzir nos documentos que a intersecção de gênero e raça potencializa as formas de exclusão produzidas pelo racismo, discriminação e intolerância sobre as mulheres, do que decorre a urgência de políticas corretivas. E a Ásia, de quebra, introduz a questão palestina.

A complexidade das questões postas por essa conferência, as resistências dos Estados para fazerem avançar a sua agenda, a dificuldade de obter consensos põem em evidência a magnitude de problemas que o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e a intolerância colocam para o mundo.

Tratadas como temas periféricos em muitas nações, como, por exemplo, no Brasil, o cenário de Genebra revela que em esfera global ou local, essas questões estão no âmago da maioria dos desafios do mundo contemporâneo, em especial no que concerne à realização da inclusão social, da democracia e do princípio da igualdade entre todos os seres humanos.

As resistências mencionadas para fazer avançar a agenda determinaram a necessidade de realização de uma 3ª PrepCon, entre 30 de julho e 10 de agosto, também em Genebra. Uma decisão que compromete (talvez intencionalmente) a capacidade de ampla participação da sociedade civil para pressionar as delegações oficiais para a inclusão dos seus temas em função da escassez de recursos disponíveis para a nova e não prevista jornada.

Mas, apesar de tudo, há muito também o que festejar no retorno dessa 2ª PrepCon. São conquistas importantes, em especial para os afrodescendentes das Américas que saíram de seus países com a missão de assegurar as conquistas e o reconhecimento alcançados na Conferência das Américas, ocorrida em dezembro último, em Santiago do Chile, e lograram ter no grupo dos países latino-americanos e caribenhos do qual o Brasil é membro e um dos líderes (Grulac) um empenhado defensor e porta-voz das proposições dos afrodescendentes e indígenas consensuadas em Santiago. Destaque-se, também, a consolidação dentro da diplomacia brasileira da compreensão da justeza dessa causa e de que ela deve ser defendida em ação conjunta com a sociedade civil brasileira.

E, sobretudo, a articulação em escala global dos africanos e afrodescendentes das Américas e da Europa que, em três reuniões históricas de reencontro desses povos, acordaram os seguintes pontos, a serem defendidos em Durban e pós-Durban: a condenação do tráfico transatlântico de escravos como crime de lesa-humanidade; a adoção de medidas de reparação para os povos africanos e afrodescendentes; o reconhecimento das bases econômicas do racismo; a adoção de políticas públicas corretivas por parte dos Estados nacionais; a adoção de políticas de desenvolvimento para comunidades ancestrais; a adoção de políticas específicas para mulheres africanas e afrodescendentes; a adoção de mecanismos de combate aos nexos entre racismo e pobreza; a adoção de medidas contra o racismo no sistema penal e reforma dos sistemas legais; a adoção de medidas contra a discriminação múltipla por orientação sexual, raça, cor e origem nacional e de medidas contra o racismo ambiental.

Uma plataforma de luta para a organização política de africanos e afrodescendentes em escala mundial. É um bom começo de milênio.

Conferência Nacional exige ação anti-racismo

A Conferência Nacional contra o Racismo e a Intolerância, realizada no Rio de Janeiro entre 6 e 8 de julho, aprovou o lançamento de plano nacional de combate ao racismo e cobrou ações do governo para a inclusão social de negros, índios, ciganos, homossexuais, prostitutas e deficientes físicos.

Com muitas críticas ao governo, a conferência contou com 2.200 inscritos – sendo 1.500 delegados – e adotou uma pauta de reivindicações resultante dos debates sobre como combater o racismo e a discriminação no país. As propostas vão ser encaminhadas ao comitê preparatório da delegação brasileira para a 3ª Conferência da ONU contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância, que se realiza em setembro na África do Sul.

O governo federal não enviou nenhum representante com poder de decisão nem anunciou medidas concretas, a não ser o representante do Ministério do Trabalho anunciando a destinação de 20% dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador para capacitação profissional de negros. Os participantes prometem que se até o início da conferência de setembro o governo não anunciar providências palpáveis, o país não vai levar posição unificada à África, já que, neste caso, as organizações da sociedade civil não endossariam documento conjunto com o governo. Muitos conferencistas lembraram que a maior parte das deliberações já consta de um plano de combate ao racismo lançado anos atrás e que as autoridades ignoraram.

O documento final aprovado no Rio tem 50 páginas e aponta para a necessidade de o país adotar políticas públicas afirmativas e programas de inclusão social eficazes a partir de recortes de gênero e raça. Entre as reivindicações está a garantia de acesso a universidades públicas e o pedido – comum entre índios e negros – de reparação dos danos sofridos durante a colonização e a escravatura. Os indígenas também querem a aprovação do Estatuto dos povos indígenas em tramitação no Congresso. Para Benedita da Silva, vice-governadora do Rio, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada já mostrou que existe desigualdade. "Se não houver um recorte racial nas políticas públicas, não conseguiremos superar as diferenças entre negros e brancos no país", afirmou durante a conferência, que ela presidiu.

Mulheres levaram documento

Sessenta organizações levaram à conferência o documento "Diagnóstico e Propostas – Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras", que destaca propostas para combater o racismo e a discriminação no país. Veja algumas:

§ Definir diretrizes e políticas públicas nacionais de educação para a erradicação do racismo no ambiente escolar.

§ Que o governo federal cumpra as diretrizes do Sistema Único de Saúde e os princípios constitucionais sobre saúde, estabelecidos como direito de cidadania e dever do Estado, cujos benefícios terão impactos importantes sobre na saúde da população negra. E que o Ministério da Saúde destine verbas para viabilizar o Programa de Anemia Falciforme em âmbito nacional.

§ Que à Justiça Eleitoral fiscalize o cumprimento das leis de cotas e, nos registros de candidaturas, desagregue dados por sexo e cor.

§ Que o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher realize algo como uma Jornada Nacional para Eliminação da Violência Contra a Mulher, com realização de pesquisas periódicas sobre violência contra mulheres e meninas, incluindo violência racial.

§ Que todo programa ou projeto de desenvolvimento rural seja examinado sob o prisma da participação e obtenção de benefícios diferenciados por sexo, idade e raça.

Brasileiro pede reparação

O publicitário João Roberto Vieira de Carvalho enviou à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) um pedido para que o órgão interceda em favor dos afrodescendentes que exigem reparação financeira do governo brasileiro pelo período da escravidão. Ele sugere a criação de um fundo, administrado por afro-brasileiros, a ser aplicado em benefício da comunidade negra.

A decisão da OEA deve sair em setembro. "A desigualdade social vivida hoje pelos afro-brasileiros é fruto da falta de medidas compensatórias por parte do governo. O negro não consegue colocar a cabeça para fora", declarou Carvalho ao "Jornal do Brasil". Ele pediu que a OEA declare o Brasil violador da Convenção Americana de Direitos Humanos e recomende a adoção "de medidas adequadas para garantir uma reparação completa à comunidade negra brasileira".

O não-cumprimento de decisões da OEA não implica em sanções, mas o país pode ter dificuldade para obter financiamentos de países que condicionem a ajuda ao cumprimento dos direitos humanos.

Abismo en brancos m

Para o presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Roberto Martins, "Precisamos de políticas específicas para os negros; só políticas universais não estão resolvendo". A renda mensal dos brancos no país é de R$ 400 e a dos negros é de R$ 170.

O país tem 22 milhões de indigentes (que ganham até R$ 60 mensais), o que representa 13% da população, porcentual que sobe para 18% entre a parcela negra e cai para 8% entre os brancos. Os negros são 64% dos pobres e 69% dos indigentes. Em 1999, a taxa de desemprego foi de 8,9% entre brancos e 10,6% entre negros. O estudo, coordenado pelo pesquisador Ricardo Henriques, mostra que, historicamente, as diferenças entre negros e brancos vêm se mantendo.

No Brasil, a taxa de analfabetismo dos negros é de 16,5% e a dos brancos é de 9%, conforme estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que revela ainda que um branco de 25 anos tem, em média, 2,2 anos a mais de estudo que um negro da mesma idade.

Essa discriminação também se verifica no item saúde. "A mortalidade infantil entre as crianças negras no Brasil tem aumentado muito em comparação com a registrada entre as brancas, a despeito de a mortalidade infantil no país vir caindo consideravelmente; isto é, a mortalidade infantil das crianças negras só tem piorado", afirma Fátima Oliveira, médica integrante do Conselho Editorial da "Presença da Mulher", retificando dados recentes do IBGE que atestam que o Brasil conseguiu reduzir a mortalidade infantil de 115 mortes por mil nascidos vivos para 35,3.

tre negros e antém-se no país

Durante a Conferência Nacional contra o Racismo e a Intolerância no Rio, o Ipea divulgou cruzamento de dados do IBGE coletados em 1999 que comprovam que "O Brasil branco é cerca de 2,5 vezes mais rico que o Brasil negro".

No Brasil, a taxa de analfabetismo dos negros é de 16,5% e a dos brancos é de 9%, conforme estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que revela ainda que um branco de 25 anos tem, em média, 2,2 anos a mais de estudo que um negro da mesma idade

"É uma verdade parcial", diz Fátima, citando pesquisa de Estela María García de Pinto da Cunha, do Núcleo de Estudos de População da Universidade Estadual de Campinas (Nepo/Unicamp), que estuda mortalidade infantil com recorte étnico/racial. Em 1980, para cada mil nascidos vivos morriam 76 brancos e 96 negros. Em 1991, para cada mil nascidos vivos morriam 43 brancos e 72 negros. A diferença aumentou: em 1980 o índice de mortalidade de crianças negras era 21% maior do que o das brancas e, em 1991, esse índice aumentou para 40%. "Houve piora acentuada na taxa de mortalidade infantil entre negros de 1980 para 1991", lembra Fátima.

Na década de 80, a expectativa de vida da população brasileira como um todo era estimada em torno de 68 anos. "Contudo, quando discriminada segundo a cor, essa estimativa revelou números bastante diferenciados, que mostravam que os brancos tinham expectativa de vida média de 72 anos, enquanto os negros, de 65 anos. Esta diferença de sobrevivência entre a população branca e a negra – de sete anos – vem se mantendo quase constante desde a década de 1940, a despeito dos ganhos obtidos com a queda dos níveis da mortalidade geral", afirma Estela.

Ela concorda que os níveis de mortalidade infantil extremamente altos registrados anteriormente vêm diminuindo sistematicamente, graças, em parte, aos avanços na área médica, científica e tecnológica, assim como às mudanças produzidas na esfera econômica e social do país. E que essa tendência decrescente foi devida, principalmente num primeiro momento, ao controle das doenças infecciosas – sobretudo as diarréicas – e, posteriormente, à redução das doenças respiratórias. Mas faz questão de ressaltar que, apesar da tendência de redução significativa (57%) nas taxas de mortalidade de menores de um ano no Brasil no período de 1977 a 1993, "quando se faz intervir a variável cor, constata-se que o índice de mortalidade infantil de brancos menores de um ano diminui 43% nesse período, enquanto a redução da mortalidade infantil negra aconteceu em nível significativamente menor, de apenas 25%".

Para Estela, "entende-se o processo saúde-doença-morte não somente como algo condicionado por fatores biológicos, mas também dependente dos processos sociais concretos, que vão formando grupos populacionais diferenciados no que diz respeito às condições de vida, que por sua vez interferem nos padrões patológicos particulares de adoecer e morrer." ■

Rosary Esteves

Capas de três fases da revista: 1986, 1993 e 2001

15 anos de *Presença*, parabéns!

ANA ROCHA
Primeira editora da *Presença da Mulher* e hoje presidente do PCdoB no Estado do Rio de Janeiro

Aqui estamos, mais uma vez, refletindo sobre o significado de um jubileu da existência da *Presença da Mulher*. Em primeiro lugar, que bom comemorar a sua resistência e sobrevivência em meio a tanta dificuldade. E como poderíamos deixá-la morrer se a chama da luta da mulher por igualdade continua presente e precisando iluminar a longa trajetória que temos pela frente?

Não quero me deter aqui em como e por que surgiu a *Presença*, objeto de meu artigo comemorativo dos dez anos publicado na edição 29, de agosto de 1997. Quero, sim, me deter no que justifica hoje a existência da revista, que está de cara renovada e disposta a seguir em frente no seu propósito de impulsionar a caminhada das mulheres por um mundo de justiça social, sem opressão nem discriminação e de igualdade de direitos e condições de vida entre homens e mulheres.

Jogar esse papel significa, antes de mais nada, acompanhar as mudanças ocorridas no mundo e na realidade da mulher. Ela atendeu ao chamado de seu tempo, tenta trocar a "facilidade" do lar pela luta, tenta saber de política, de amor e de finanças, avançando na técnica de administrar a bolsa e a vida. As mulheres estão ocupadas em nascer para um mundo além das porteiras do lar.

Seguindo em frente

Há quem diga que elas foram com muita sede ao pote da liberdade e das novas responsabilidades sociais e que estariam percorrendo o caminho de volta ao lar, conforme matéria de capa da revista "Domingo" do "Jornal do Brasil", de 28 de janeiro de 2001. Na verdade, a mulher atravessou uma fronteira, e o caminho percorrido historicamente não tem volta. O retorno ao lar à moda antiga já não é possível. No entanto, não dá para ignorar que o avanço da mulher em seu papel social acarretou contradições, conflitos, condições de vida adversas, com grandes sacrifícios pessoais, que em determinados momentos implicam recuo em sua ascensão profissional, social e política.

São as amarras de uma libertação inconclusa, próprias de uma sociedade de exploração da força de trabalho, marcada por uma ideologia dominante de opressão, que reforça o papel de submissão e de objeto da mulher. A tese da volta ao lar para ser feliz tem base em primeiro lugar nessa ideologia calcada numa realidade de precariedade de vida e trabalho, advinda do próprio sistema capitalista e que assumiu contornos mais excludentes com o projeto neoliberal.

A redução dos postos de trabalho, a precarização do trabalho, informal, terceirizado, o desinvestimento em políticas públicas, o aumento da exclusão social e da violência criaram uma situação de maior dificuldade para a mulher de acesso ao trabalho formal, maior confinamento ao trabalho informal com a sobrecarga do trabalho doméstico. Com a crise energética, essa sobrecarga fica ainda mais pesada para as mulheres. Sem creche, sem escolas, sem eletrodomésticos, podemos imaginar o inferno da vida da mulher

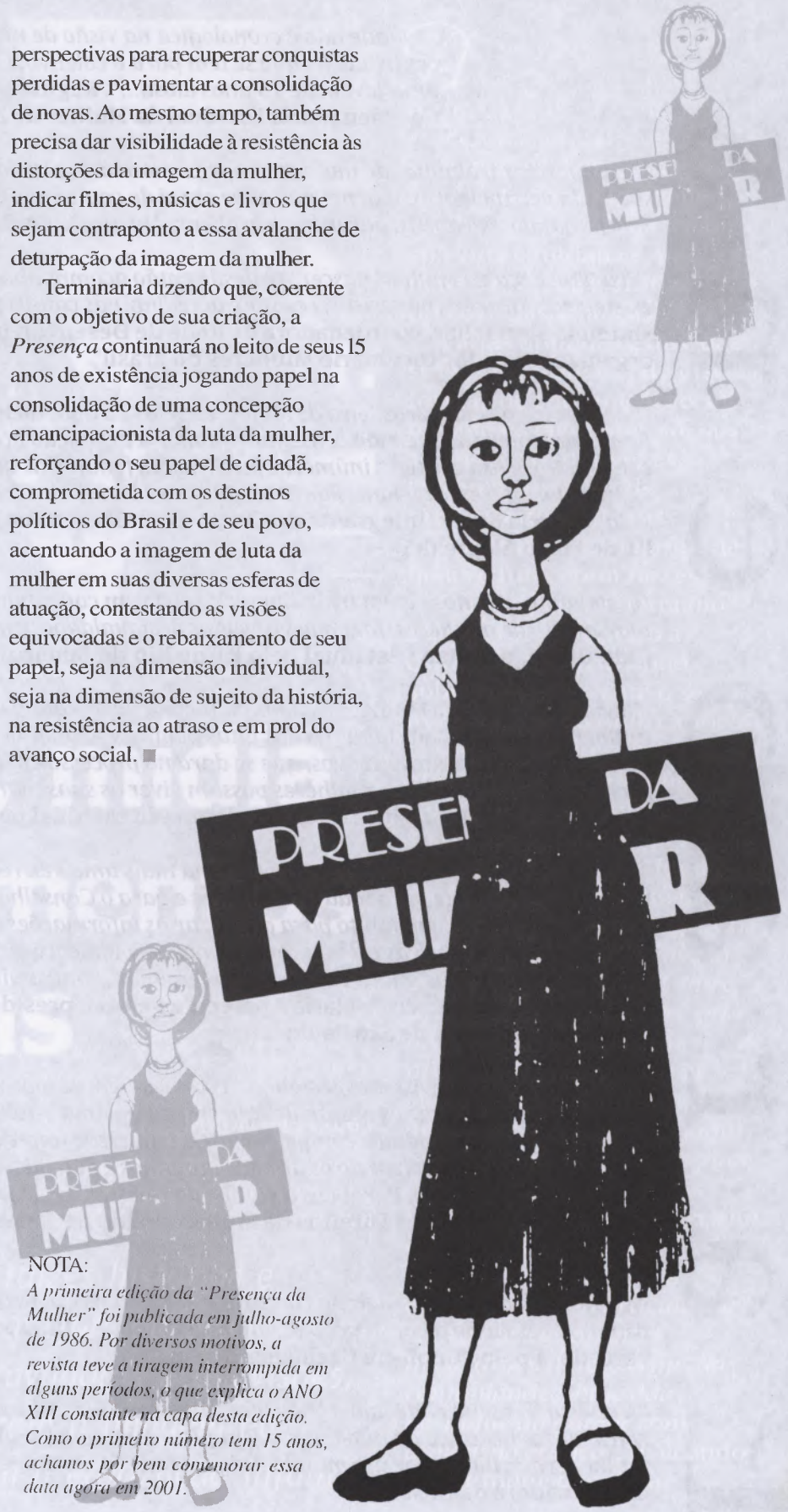
de baixa renda na luta pela sobrevivência econômica, social e, quem sabe, para conseguir chegar à luta política.

É nesse contexto que a imagem da mulher objeto é reforçada. Condiz com a crescente exclusão que afeta em primeiro lugar a mulher. Seu papel de provedora do lar é acentuado num mundo de poucos empregos e de quase nenhum suporte social do Estado. Negar o papel social da mulher hoje e acentuar seu papel de objeto sexual fazem parte da ideologia de alienação para acomodar os excluídos, impedir sua conscientização da necessidade da luta política por mudança. Como em toda história de opressão da mulher, ela é o alvo preferido da alienação para impedir os avanços sociais.

Nesse ambiente adverso, a *Presença da Mulher* pode jogar papel fundamental para esclarecer as mudanças que vêm ocorrendo na sociedade e seu impacto na realidade da mulher, sobretudo a brasileira. Campanhas pelo emprego, contra a precarização das condições de trabalho, por equipamentos sociais, contra o uso indevido da imagem da mulher, contra a violência que cresce; dar visibilidade política a essa situação, identificar as causas das perdas de conquistas da mulher e apontar caminhos ligados à necessária mudança do rumo neoliberal no país, fazem parte de um importante debate que é preciso travar para garantir a efetiva participação das mulheres nas lutas que começam a crescer contra o projeto neoliberal.

É bom lembrar que o movimento de mulheres ganhou visibilidade política e conquistou direitos nos momentos de ascenso das lutas democráticas e populares, como no período constituinte. É bom ficarmos atentas para esse novo momento. A revista pode ajudar as mulheres a entender o caldeirão de contradições e de embates por acontecer, abrindo novas perspectivas para recuperar conquistas perdidas e pavimentar a consolidação de novas. Ao mesmo tempo, também precisa dar visibilidade à resistência às distorções da imagem da mulher, indicar filmes, músicas e livros que sejam contraponto a essa avalanche de deturpação da imagem da mulher.

Terminaria dizendo que, coerente com o objetivo de sua criação, a *Presença* continuará no leito de seus 15 anos de existência jogando papel na consolidação de uma concepção emancipacionista da luta da mulher, reforçando o seu papel de cidadã, comprometida com os destinos políticos do Brasil e de seu povo, acentuando a imagem de luta da mulher em suas diversas esferas de atuação, contestando as visões equivocadas e o rebaixamento de seu papel, seja na dimensão individual, seja na dimensão de sujeito da história, na resistência ao atraso e em prol do avanço social. ■



NOTA:
A primeira edição da "Presença da Mulher" foi publicada em julho-agosto de 1986. Por diversos motivos, a revista teve a tiragem interrompida em alguns períodos, o que explica o ANO XIII constante na capa desta edição. Como o primeiro número tem 15 anos, achamos por bem comemorar essa data agora em 2001.

Parabéns

"A idade não é cronológica na visão de mundo africana, conta a partir da contribuição que se tem para o coletivo. Desta forma, a Presença da Mulher *é uma jovem de 15 anos idosa...".* **Regina Nogueira, coordenadora geral da Coordenadoria Estadual da Mulher do Rio Grande do Sul**

"Acompanhar trabalhos de mulher sempre é motivo de satisfação. E quando se passam anos e são cada vez melhores, a gente não cabe em si de contente. Então, é preciso comemorar, proclamando: parabéns, parabéns, parabéns. Abraços". **Enid Backes, socióloga feminista**

"Vi a 'Presença da Mulher' nascer... e desde então acompanho sua trajetória nesses 15 anos de existência. Parabéns por existir, resistir e acreditar nas causas feministas". **Shumma Shumaher, coordenadora da Rede de Desenvolvimento Humano e uma das organizadoras do "Dicionário Mulheres do Brasil"**

"Parabenizo a União Brasileira de Mulheres pelos 15 anos da Presença da Mulher. *O movimento feminista, infelizmente, não conseguiu manter a produção literária que o caracterizou na sua origem. No Brasil existiam inúmeras publicações feministas que davam e deixavam vozes e visões de mundo, diferente de hoje. Por isso, saúdo os 15 anos da 'Presença' e desejo muitos anos de vida."* **Márcia Bauer, integrante do Grupo de Mulheres Lua Nova e secretária de Mulheres do PT de Porto Alegre (RS)**

"Festejamos 15 anos de um trabalho sério, que vem contribuindo com o fortalecimento do movimento de mulheres, fazendo visíveis as desigualdades ainda existentes na sociedade." **Cida Diogo, deputada estadual pelo PT no Rio de Janeiro**

"Revista Presença da Mulher, *15 anos na formação de consciências para que a emancipação da mulher seja artífice no cotidiano das lutas políticas, econômicas, sociais e culturais, da verdadeira libertação dos povos, que se dará no processo em curso da conquista da nova sociedade, onde homens e mulheres possam viver as suas maravilhosas diferenças na igualdade: a sociedade socialista".* **Jussara Cony, deputada estadual pelo PCdoB no Rio Grande do Sul**

"O Conselho Estadual da Condição Feminina mais uma vez reafirma o quanto a Presença da Mulher *é importante para toda as mulheres e para o Conselho em particular. As matérias de cada publicação contribuem muito para atualizar as informações do Conselho como instituição pública, das conselheiras e dos leitores de nossas publicações. A revista também serve para formação de todas as militantes da causa feminina, contribuindo assim para a luta das mulheres pela igualdade de gênero".* **Maria Aparecida de Laia, presidente do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo**

"No Brasil, poucas revistas especializadas conseguem se manter no mercado. "Presença da Mulher" soube superar os obstáculos que impedem uma publicação duradoura porque sempre foi produzida com tenacidade, competência. Os temas são abordados sob uma perspectiva de igualdade social, priorizando os direitos humanos e defendendo as conquistas das mulheres no campo social e político. Parabéns à equipe da revista!" **Ligia Doutel de Andrade, presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Rio de Janeiro**

"A 'Presença da Mulher' debuta como uma menina moça, fazendo durante estes 15 anos cabeças de mulheres rumo à construção de um mundo novo." **Dina Marilú Machado Almeida, vereadora pelo PCdoB em Cachoeira do Sul (RS)**

"A revista 'Presença da Mulher' não tem fronteiras. Ela já é parte da construção histórica do movimento feminista mundial. Parabéns a todas as mulheres que lutam por um mundo de igualdade." **Cristina Correia, coordenadora da UBM-RS**

Foto: reprodução

A "ninja" do Funk em programa de TV: a vulgarização da imagem da mulher

Mulher, mídia e movimentos culturais

JANDIRA FEGHALI
Deputada federal pelo PCdoB do Rio de Janeiro e coordenadora da bancada feminina no Congresso Nacional

O movimento funk tem raízes histórias e conteúdo social, mas transformou-se em atração comercial de gravadoras e televisões, que exploram e vulgarizam a imagem da mulher e colaboram com a erotização infantil.

A recente polêmica em torno da música funk reacendeu as atenções da sociedade e do movimento feminista para a imagem da mulher, a repercussão sobre a sua vida cotidiana e, para ser mais concreta, a erotização precoce das crianças.

Várias opiniões e dúvidas se expressaram nas diversas formas de comunicação, até mesmo os cientistas sociais se dividem e por vezes trocam acusações de preconceito contra as camadas mais populares, nas quais o funk criou raízes.

O antropólogo Hermano Vianna foi o primeiro a estudar e publicar opinião sobre o assunto com o seu livro "O mundo funk carioca", já sensibilizado com as grandes festas do subúrbio carioca e com o conteúdo das suas manifestações. Em matéria do caderno "Idéias" do *Jornal do Brasil*, em março deste ano, a antropóloga Alba Zaluar diz: "*O funk provoca uma separação brutal entre os sexos e acentua a hipertrofia da sexualidade como forma de afirmação masculina*". Já Micael Herschmann, professor de comunicação, historiador e pesquisador do tema opina: *"O funk já teve outros momentos de evidência, assim como o axé e o sertanejo, faz parte de uma dinâmica cultural que tem articulação com o mercado. Antes mostravam mais os raps das comunidades, hoje dão destaque ao humor com dimensão erótica"*, realçando aí o enfoque da mídia.

o movimento funk

Com suas origens na década de 30, no sul dos Estados Unidos, a partir da música negra, o funk sofreu influências do rhythm and blues, do gospel e do soul de crescente conteúdo reivindicatório. Já na década de 60, com ritmo marcante e forte, surge com jeito próprio e novas técnicas de mixagem, e seus representantes vão conformando expressões como o rapper (repentista) e o MC (mestre de cerimônias), que misturam canto e fala nos bailes realizados em locais públicos e denunciam os problemas dos negros nos guetos de Nova Iorque.

Surgem as músicas rap, o estilo hip hop e a dança break. No Brasil, nos anos 70 e 80, iniciam-se os bailes de breve passagem pela zona sul e com instalação rápida e mobilizadora nos bairros do subúrbio e zona oeste, com participação de milhares de jovens e com produção musical expressiva da realidade de exclusão, como a música "eu só quero é ser feliz" de Claudinho/ Doca, da Cidade de Deus.

Como destaca o relatório da CPI do Funk, da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, instalada para averiguar denúncias de violência, esses bailes passaram a representar quase que a única forma de lazer dessa juventude carente e ainda diz *"As ações do poder público, em geral, resumiram-se à repressão e ao cerceamento de manifestação cultural deste segmento da juventude e da sociedade. Como, por exemplo, nos anos 70, quando diversos promotores de baile adeptos do movimento black-rio foram obrigados a prestar depoimentos aos órgãos oficiais de repressão, em virtude do caráter das mensagens difundidas nos bailes. Temas como liberdade, orgulho da raça negra, igualdade de oportunidades para todas as raças ...".*

> **"Agora os funkeiros são brancos e chegam aos bailes em carro importado. E como virou modismo de opinião, as gravadoras vão explorar até o bagaço"**

Violência

A violência não pode ser analisada fora do contexto da vida desses jovens que, em favelas ou bairros carentes, convivem com a violência do tráfico, da polícia e de casa. Dados recentes do Índice de Desenvolvimento Humano da Organização das Nações Unidas e de pesquisas da Secretaria de Segurança do Rio mostram que hoje a maior causa de mortes entre pessoas de 15 a 24 anos é a arma de fogo. Mas, apesar disso, dizem os estudiosos e freqüentadores, a violência não é a marca predominante das festas.

Modestamente, após a observação atenta de diversas opiniões e a participação em debates, quero concordar com a legitimidade do funk como movimento cultural e que tem na sua história a expressão maior da exclusão. Por isso, sim, vítima de preconceito e desprezo do poder público. No entanto, não podemos retirar de uma análise mais abrangente o papel devastador da lógica de mercado, dos interesses da mídia e da indústria fonográfica, para explicar as distorções mais recentes. Aí é onde devemos concentrar nossas preocupações. O sambista Nei Lopes, segundo matéria publicada no "JB" em março de 2001, considera que a comparação com a repressão sofrida pelo samba vale para o período em que o funk estava restrito ao gueto e expressava a insatisfação das populações excluídas, gerando o preconceito das classes dominantes. *"Agora os funkeiros são brancos e chegam aos bailes em carro importado. E como virou modismo de opinião, as gravadoras vão explorar até o bagaço".*

Mesmo que não façamos a mesma generalização, este sentimento é gerado pela flagrante expansão do funk para a classe média da zona sul carioca. Como se deu essa expansão quando a realidade social é outra? Que tipo de artifícios foi utilizado? Que concessões foram feitas?

Tapinha

O funk cresce e se espalha utilizando uma face desfigurada e abjeta, mercantil, comercial, vulgarmente erotizada, de massificação de valores relativos às mulheres que negam e renegam uma história difícil e corajosa de lutas e conquistas. A promiscuidade passa a ser sinônimo de modernidade, as mulheres como brindes ou na dança das cadeiras aparentemente irreverentes. Soa natural, como deve soar a violência contra elas, afinal, *"um tapinha não dói"*. A feminilidade, a sensualidade, a beleza corporal ficam como que nas prateleiras e restritas a bundas e peitos siliconados, anunciados em termos pejorativos. As adolescentes são chamadas à vida como "tchutchucas", outras como "popozudas". As que namoram todos são as "cachorras" e ainda têm as "preparadas e purpurinadas", se é que não me esqueci de mais algum "adjetivo". As letras são reveladoras e, desculpe-me a ousadia, aqui as divulgo em parte:

A música do chamado Bonde do Tigrão – A máquina do sexo, diz: *"Máquina do sexo, eu transo igual a animal / A Chatuba da Mesquita do bonde do sexo anal / Chatuba come cu, depois come xereca / Ranca cabaço, é o bonde dos careca ..."*

Na música Barraco III: *"Me chama de cachorra que eu faço au-au/ Me chama de gatinha que eu faço miau / Goza na cara, goza na boca, goza onde quiser..."* e ainda na música Jonathan II, gravada por um menino de sete anos!: *"De segunda a sexta, esporro na escola / Sábado e domingo, eu solto pipa e jogo bola / Mas já estou crescendo com muita emoção, eu já vou pegar um filé com popozão ..."* Ai que saudade do Sítio do Pica-pau Amarelo...

É bem verdade que isso não ocorre apenas com o funk, vide os exemplos da Feiticeira, Tiazinha, É o Tchan e a Boquinha da Garrafa. Este último, o criador de um exército de repetidores da dança "sensualizada" entre as crianças, expostas inescrupulosamente em programas "infantis" de televisão no período da tarde, é claro. É como se fosse uma derrota, acredito que momentânea, da perspectiva saudável da nossa juventude.

> **"A mídia desconstrói valores, forma outros, influencia comportamentos e gerações. Principalmente nos programas de TV. Usa o grotesco para identificar a população na sua realidade e tragédia, ocupando generosos espaços e conquistando grandes audiências"**

O papel da mídia

O papel da mídia é, sem dúvida, o mais danoso e perigoso. Desconstrói valores, forma outros, influencia comportamentos e gerações. Principalmente nos programas de TV. Usa o grotesco para identificar a população na sua realidade e tragédia, ocupando generosos espaços e conquistando grandes audiências.

No seminário promovido pela Rede Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos para tratar da relação do movimento feminista com os meios de comunicação, um dos participantes, o professor Bernardo Kucinski, do Departamento de Jornalismo da Escola de Comunicações e Artes da USP, situou com propriedade o *cretinismo jornalístico*. Sem negar o auxílio do jornalismo investigativo, o papel de muitos articulistas, cronistas, colunistas, da maior competência e seriedade, o humor inteligente e ferino dos chargistas, interpreto o "cretinismo" como a corrida para ascensão acriteriosa, sensacionalista, que segue a linha mercadológica, submete a verdadeira informação à compulsiva busca do furo jornalístico, sucumbe às inverdades, à superficialidade, ao despreparo, à exposição de privacidade, à falta de ética. O erotismo acompanhado da vulgarização feminina é parte integrante da visão hegemônica da comunicação e das elites brasileiras.

Depois de assistir aos filmes "Cidadão Kane" e "O Quarto Poder" e ler livros como "Chatô", todos os impactos tornam-se mais compreensíveis, mas não menos indignantes. Homens e mulheres vão sendo tragados pela mudança na concepção jornalística e não sabem como reverter este quadro. Nesta cena, onde o espaço para alguns tópicos é garantido, o movimento de mulheres não encontra facilmente seu espaço. Nossa ofensiva pela informação correta, coerente e esclarecida, não consegue competir com a máquina das disputas por audiência.

Um Alerta

Precisaríamos chegar ao ponto de abandonar os princípios que nortearam todas as nossas conquistas por uma notícia às avessas? Não creio. Aqui vem a importância da coerência. Nem sempre a expressão de nossas opiniões chega aos ouvidos da sociedade ou mesmo nossas ações conseguem atingir o mundo da informação. Realizamos na ação política o confronto com as diversas formas de violência contra a mulher e um imenso esforço para retirar as questões de gênero do obscurantismo e da marginalidade do debate. Com esses gestos provocamos, muitas vezes, reações preconceituosas dos que insistem em manter as questões femininas apenas no âmbito do espaço doméstico ou dos que tentam impedir o

deslocamento das mulheres das páginas dos periódicos dirigidos restritamente aos desejos masculinos, e tentam perpetuar e lucrar com a imagem utilitária da mulher.

Essa realidade conflitante expõe o resultado ainda parcial das imensuráveis lutas contra a discriminação e pela igualdade política e social que as mulheres travaram ao longo do século 20. Foram campanhas com lemas "*iguais, porém diferentes*", que construíram uma nova imagem da mulher, a protagonista de sua própria história, de seu papel de cidadã, da sua capacidade intelectual e de trabalho, do exercício de sua afetividade e sexualidade.

Não podemos deixar que nosso protesto seja rotulado como censura. É um alerta para enfrentarmos esse debate e não abaixarmos a cabeça à defesa pouco atenta do significado da *liberdade de expressão,* que encontra na Constituição brasileira o conceito de liberdade, conjugado com a não discriminação de gênero, raça e etnia, respeito aos valores da dignidade humana e dos direitos humanos contra a violência. Não podemos aceitar que alguns, mesmo que poderosos, agridam o coletivo, sua história e sua perspectiva futura, que quer negar a barbárie.

Estratégia

Os índices de violência contra a mulher no mundo são alarmantes. No Brasil, uma mulher é agredida, em casa, a cada quatro minutos. Esta realidade exige ações efetivas que desestimulem e punam os agressores e não o contrário. Cresce também o número de casos de gravidez na adolescência e doenças sexualmente transmissíveis em mulheres. Isto exige informação, orientação e assistência.

A mulher e sua inserção na mídia devem ser resgatadas. Mas temos de ter uma estratégia. É um desafio para o movimento feminista estudar a comunicação no mundo contemporâneo, suas transformações, formular, contribuir para uma nova consciência democrática e de controle social sobre a mídia impressa e radiodifusão, identificar as questões de gênero e inseri-las de forma adequada na informação, enfrentar, em última análise, o monopólio do quarto poder.

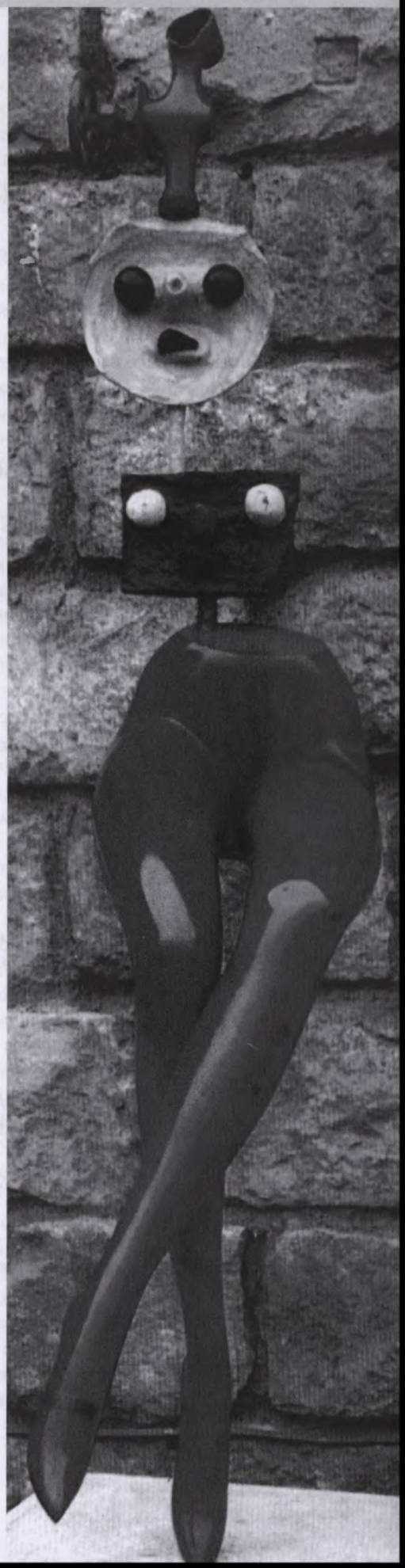
O Conselho de Comunicação Social

Um importante instrumento para abrir o debate é o Conselho de Comunicação Social, antiga reivindicação do Movimento pela Democratização dos Meios de Comunicação já aprovada em lei, pasmem, desde 1991, ou seja, há dez anos!

Como fórum, ainda consultivo, tem em sua composição representações de governo, empresas de comunicação e da sociedade civil e tem como uma das finalidades principais trabalhar diretrizes para a programação do rádio e televisão. Subsidiados pela Carta Magna e por leis infra-constitucionais como o Estatuto da Criança e do Adolescente, seus integrantes, entre os quais devemos lutar pela representação do movimento feminista, terão a importante missão de debater o conteúdo da programação e é essencial que estejam em destaque as questões de gênero, raça e educacionais.

A instalação desse Conselho faz parte, hoje, de uma luta iniciada com o presidente da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e o movimento de mulheres já vai se integrando para exercer a sua competente pressão política. Essa conquista, apesar de seus limites, pode ser um importante instrumento da sociedade.

Queremos valorizar nossa cultura rica e plural, garantir que mulheres e homens sejam respeitados em seus papéis históricos, reacender nossa esperança de que devemos e podemos transformar.■



A Comuna de Paris e as mulheres revolucionárias

SILVIO COSTA
Professor de Sociologia e Ciência Política na Universidade Católica de Goiás. Doutorando na Universidad Complutense de Madrid, é autor, entre outros, de *Tendências e centrais sindicais* e *Comuna de Paris: o proletariado toma o céu de assalto*. E-mail: silviocostabrasil@hotmail.com

Integrando-se ao movimento de comemoração dos 130 anos da Comuna de Paris, a "Presença da Mulher" publica este texto de Silvio Costa que analisa a participação feminina no movimento revolucionário francês, as dificuldades enfrentadas pelas mulheres que aderiram à luta pela emancipação social, as organizações que elas criaram e a consciência de classe predominante nessa participação.

A prisão de Louise Michel, quadro de Jules Girardet

Neste momento em que se desenvolvem atividades para chamar a atenção para o transcurso de 130 anos da Comuna de Paris, é oportuno destacar a participação das mulheres revolucionárias, denominadas pejorativamente pelas forças reacionárias e aristocrático-burguesas de *les pétroleuses*, ou seja, *as incendiárias*.

A presença e a participação feminina nas lutas políticas e revolucionárias na França e outros países é uma constante, inclusive, o símbolo da República francesa é uma mulher.

Em que pese a destacada participação das mulheres nos principais acontecimentos de nossa história, principalmente a partir da denominada história moderna, até algumas décadas atrás o envolvimento feminino nas lutas políticas revolucionárias não era estudado.

As mulheres estiveram presentes, mas relegadas e marginalizadas. Esta realidade que está sendo mudada nas últimas décadas pelo esforço destacado das feministas, que ousam investigar e comprovam que as mulheres, cerca de 50% da população – possivelmente com pequenas diferenças em um ou outro período – em toda a história da humanidade, estiveram participando de fatos históricos, nos quais o destaque fica com as mulheres trabalhadoras, que, desafiando os preconceitos e os limites culturais – inclusive contra homens revolucionários –, conquistaram seus direitos não somente como parte integrante da parcela social majoritária, explorada e oprimida, mas também de seus direitos específicos de mulheres.

Em todas as revoluções burguesas e proletárias dos séculos 18, 19 e 20, "as mulheres com estudos utilizaram as oportunidades que se lhes ofereceram de defender reivindicações sociais, econômicas e políticas radicais, sobretudo aquelas destinadas a transformar o lugar que ocupam as mulheres na família e na economia, mediante a exigência de direitos e igualdade legais. Sem dúvida, as mulheres da classe de mais baixa renda também participaram, sobretudo quando os problemas econômicos ameaçavam seu nível de vida e o de suas famílias. Com freqüência, estas mulheres conectaram estas questões com as lutas pelo poder e as mudanças políticas radicais que tinham lugar e fizeram pleno uso da oportunidade de pressionar a favor de reformas legais e constitucionais. (...) Sem dúvida, em linhas gerais, os homens revolucionários não parece que hajam tido muito em conta os direitos da mulher (...) muitos homens temiam, ao que parece, que as mulheres participassem de atividades políticas. Como conseqüência, os políticos e historiadores homens ignoraram as mulheres revolucionárias ou as pintaram como amazonas e feras, enquanto que muitos homens radicais têm-se mostrado às vezes pouco dispostos a respaldar os direitos da mulher, por receio de parecer insensatos aos olhos dos demais homens." (Allan Todd, *Las revoluciones,* 2000: 128).

As mulheres na revolução de 1789

Já no ano de 1789 e posteriores, as mulheres participam de forma destacada nas lutas revolucionárias. Como um dos setores mais sensíveis às conseqüências das crises, assumem papel de destaque nas mobilizações contra a escassez, a fome, a irregularidade no abastecimento, mas não ficam somente nestas lutas, começam a formular e apresentar suas reivindicações específicas, de forma cada vez mais destacada. Criam associações destinadas a exigir a defesa dos direitos das mulheres, como, por exemplo, a Sociedade de Mulheres Republicanas Revolucionárias[1], fundada em fevereiro de 1793, por Claire Lacombe[2] e Pauline Léon[3], responsável por diversas conquistas revolucionário-populares. Algumas feministas conseguem destacar-se na defesa de seus direitos e por colocar suas reivindicações específicas como parte das plataformas políticas mais gerais. Entre estas se destacam Marie-Jeanne Roland, conhecida como "Manon" Roland[4], discípula de Rousseau e célebre como a *filósofa republicana*; a holandesa Etta Palm d´Aelders[5];

Olympe de Gouges[6], que redigiu uma *Declaração dos Direitos da Mulher*; Tréroigne de Méricourt[7], que se destacou no grupo Amigos da Constituição em 1790. Deve-se anotar que a participação das mulheres neste momento é identificada, pelo próprio caráter e pelo conteúdo de classe, com a perspectiva burguesa, sem avançar em suas reivindicações especificas, o que só surgirá posteriormente.

As mulheres na Primavera dos Povos, em 1848

Em geral, a participação feminina nas revoluções de 1848, quando da *Primavera dos Povos*, manifesta um conteúdo um pouco diferente da fase anterior, pois é destacada a presença das trabalhadoras e o surgimento das idéias socialistas e comunistas, que defendem a igualdade para as mulheres e a associam com a emancipação de classe, com a superação da ordem existente.

A Revolução de 1848, na França, principalmente em Paris, a exemplo de outros períodos revolucionários, destaca-se como o momento em que aconteceu o maior número de manifestações proletárias e onde as mulheres participaram com destaque, inclusive de forma independente, na organização de greves e associações gremiais, e reivindicaram que o Plano Nacional de Trabalho não fosse excludente com as mulheres e restrito a minorar só as conseqüências do desemprego masculino. Conseguem, inclusive, que representantes dos grêmios de mulheres façam parte da Comissão Luxemburgo, responsável por analisar e apresentar ao governo provisório sugestões relativas às condições de vida dos trabalhadores e sobre os salários.

Entre as organizações específicas fundadas neste período destacam-se as *Vésuviennes*, que, ao lutar pelas reivindicações femininas, organizava grupos de mulheres para treinamentos com conteúdo militar; o Clube para a Emancipação das Mulheres; a União das Mulheres e a Associação Fraternal de Democratas de Ambos os Sexos, que reivindicavam a igualdade de direitos para as mulheres e o direito ao divórcio e ao voto. Registra-se, também, que muitas mulheres assistiram reuniões da Sociedade Republicana Central, dirigida por Blanqui, e que, em algumas cidades das províncias, surgiram clubes femininos. (Todd, 2000: 135).

"Os defensores dos direitos da mulher também imprimiram milhares de cartazes, boletins e conclamações, além de fundar revistas e jornais. O mais importante deles foi *La Voix des Femmes* (*A Voz das Mulheres*), que defendia o divórcio e creches para os filhos das mulheres trabalhadoras. Fora de Paris, seus esforços tendiam a limitar-se a exortar seus maridos para que passassem à ação (...), sem dúvida, à medida que o processo de politização característico das revoluções de 1848 se estendia, a participação política das mulheres tendia a aumentar."

Algumas lutaram nas barricadas durante a revolução de fevereiro, mas foram muitas mais as que participaram na acentuada luta de rua de junho de 1848. As mulheres de Paris lutaram com

tanta decisão como os homens e constituíram uma pequena porcentagem do total de mortos, feridos ou prisioneiros. Ainda que algumas tenham se limitado a carregar e limpar as armas, outras dirigiram grupos de combate integrados só por homens. A atividade política das mulheres se restringiu depois que se reprimiu o levante dos "dias de junho", mas muitas haviam aumentado sua consciência social e política." (Todd, 2000: 135).

Muitas das ativistas femininas, ou melhor, feministas, lutaram não só nos acontecimentos da Revolução de 1848 na França, mas tiveram papel político importante nas lutas feministas posteriores, entre as quais se destacam: Eugénie Niboyet, responsável pela publicação do periódico parisiense *Voz das Mulheres*, dedicado à defesa dos direitos específicos das mulheres; Jeanne Déroin[8], fundadora do Clube para a Emancipação das Mulheres; Joséphine Courbois, conhecida como a *rainha das barricadas*, por sua atuação destacada nas barricadas em Lyón, e que depois, em 1871, em continuidade a sua militância, lutou nas barricadas da *Comuna de Paris*; Amadine Lucile Aurore Dudevant, conhecida como George Sand[9], intelectual e escritora conhecida por suas idéias republicanas e revolucionárias.

Em outros países da Europa, a presença e participação feminina nas lutas revolucionárias de 1848 não alcançaram o nível e a intensidade que tiveram na França.

No Império Austro-Húngaro, em Viena e Praga, as mulheres, mesmo que não haja registros de que apresentaram reivindicações específicas, se reuniam para tratar de assuntos políticos e publicar periódicos. Há registros de que em Praga, em junho de 1848, participaram das lutas, e em Viena, em outubro, auxiliaram na construção de barricadas. Na Hungria chegaram a formar-se dois regimentos femininos e

algumas mulheres, disfarçadas de homens, alistaram-se nas tropas, inclusive há o caso de duas atingirem o posto de capitão antes de serem descobertas. A existência de organizações femininas se restringe praticamente a Praga e Viena, e se dedicavam a apoiar os refugiados políticos e insurgentes prisioneiros. O Clube das Mulheres Eslavas, organizado em Praga, se dedicava à educação das mulheres em sua língua pátria.

Nos Estados Alemães, na cidade têxtil de Elberfeld, as mulheres participaram no dia 31 de março de 1848 de uma manifestação em apoio aos trabalhadores e pela unificação da Alemanha, quando propuseram que se usasse somente a roupa confeccionada no país. Em outras localidades e eventos, a participação se limitou a atividades de apoio. Os homens, em seus clubes políticos, inclusive os burgueses radicais, com exceção dos socialistas e comunistas, não permitiam a participação feminina. Em Berlim, o pequeno Congresso dos Trabalhadores, que congregava 31 organizações, apoiava a reivindicação de igualdade para as mulheres, e registra-se também a existência do Clube Democrático de Mulheres. Entre as mulheres se destacam as feministas Matilde Franziska Anneke[10] e Luise Otto-Peters, responsáveis pela publicação de periódicos.

Nos Estados Italianos antes de 1848, em que pese certa presença das mulheres e de suas idéias nacionalistas e liberais, sua participação se limitou, com algumas exceções, a apoiar as atividades revolucionárias dos homens. Em geral, as mulheres italianas, neste período, não foram além do apoio a seus esposos e familiares. O destaque nos Estados Italianos é a brasileira Anita Garibaldi, considerada a verdadeira heroína italiana, por sua participação ao lado de Garibaldi, seu esposo, nas lutas pela unificação da Itália.

Desenho de Walter Crane, 1896

As mulheres na Comuna de Paris, em 1871

Mas, de todas essas lutas revolucionárias nas quais as mulheres tiveram participação, o grande destaque foi a Comuna de Paris, seja por seu conteúdo político, seja pelo número e pela intensidade.

Em 1871, os trabalhadores padeciam em precárias condições de vida e as trabalhadoras, em que pese a participação das mulheres nas jornadas revolucionárias em quase um século de luta de classes, padeciam de dupla exploração e discriminação, como mulheres e trabalhadoras, e estavam excluídas de direitos políticos básicos, como o direito ao voto.

Um exemplo das discriminações a que estavam submetidas as mulheres é explicitado pelo Código Civil francês[11], modelo de código civil burguês e seguido em diferentes países, "foi um dos documentos mais reacionários no que diz respeito à questão da mulher. Despojava-a de todo e qualquer direito, submetendo-a inteiramente ao pai ou ao marido, não reconhecia a união de fato e só reconhecia os filhos do casamento oficial." (Martins, 1991: 47-48). Para muitas mulheres, a Comuna se apresenta não só como uma possibilidade de conquistar uma *República social*, mas de conquistar uma *República social com igualdade de direitos para as mulheres*.

No dia 18 de março de 1871, considerado o dia do deflagrar da Comuna, foram as mulheres as primeiras a dar o alarme e revelar a intenção das tropas a mando do governo de Thiers, de retirar os canhões das colinas de Montmartre e desarmar Paris. As mulheres se puseram diante das tropas governamentais e impediram, com seus corpos, que os canhões fossem retirados e incitaram a reação do proletariado e da Guarda Nacional à defesa de Paris.

"Em concreto, as mulheres trabalharam em fábricas de armas e munições, fizeram uniformes e dotaram de pessoal os hospitais improvisados, além de ajudar a construir barricadas. Muitas delas foram destinadas aos

batalhões da Guarda Nacional como *cantinières*, onde se encarregavam de proporcionar alimentos e bebida aos soldados das barricadas, além dos primeiros auxílios básicos. Na teoria, eram quatro as *cantinières* destinadas a cada batalhão, mas na prática ocorria ser muito mais. Por outra parte, abundantes dados mostram que muitas mulheres recolheram as armas de homens mortos ou feridos e lutaram com grande determinação e valentia. Também houve um batalhão composto por 120 mulheres da Guarda Nacional que lutou com valentia nas barricadas durante a última semana da Comuna. Obrigadas a retirar-se da barricada da Place Blanche, transladaram-se para a Place Pigalle e lutaram até que as cercaram. Algumas escaparam ao Boulevard Magenta, onde todas morreram na luta final." (Todd, 2000: 140).

As mulheres desenvolveram uma série de atividades e mais destacadamente as destinadas à assistência aos feridos e enfermos, à educação em geral e ao abastecimento. Mesmo que não houvesse movimentos e organizações feministas como conhecemos hoje, e não tenha sido elaborado um programa só com reivindicações específicas, as revolucionárias criaram cooperativas de trabalhadores e sindicatos específicos para as mulheres. Participaram ativamente de clubes políticos, reivindicando a igualdade de direitos, como o Clube dos Proletários e o Clube dos Livrepensadores. Criaram organizações próprias como o Comitê de Mulheres para a Vigilância, o Clube da Revolução Social e o Clube da Revolução. O que conseguiu destacar-se entre eles foi a União de Mulheres para a Defesa de Paris e a Ajuda aos feridos fundada por membros da Internacional, influenciada pelas idéias de Marx. Publicaram-se periódicos destinados às mulheres: *Le Journal des Citoyennes de la Comuna* (*Jornal das Cidadãs da Comuna*) e *La Sociale* (*A Sociedade*).

As revolucionárias na Comuna adquiriam importância não só como lutadoras das causas sociais, mas como feministas, que pertenciam à classe operária ou aos setores radicais das camadas médias, identificadas com as lutas pela conquista de uma *República social com igualdade de direitos*. Entre as mulheres deste período, a que ficou mais conhecida foi a ativista socialista Louise Michel[12], fundadora da União de Mulheres para a Defesa de Paris e de Apoio aos Feridos e membro da 1ª Internacional.

"Incendiárias"

Destacam-se ainda Elizabeth Dmitrieff[13], militante socialista e feminista; André Léo[14], responsável pela publicação do periódico *La Sociale*; Beatriz Excoffon[15], Sophie Poirier y Anna Jaclard, militantes do Comitê de Mulheres para a Vigilância; Marie-Catherine Rigissart, que comandou um batalhão de mulheres; Adélaide Valentin, que chegou ao posto de coronel, e Louise Neckebecker, capitão de companhia; Nathalie Lemel, Aline Jacquier, Marcelle Tinayre, Otavine Tardif e Blanche Lefebvre, fundadoras da União de Mulheres, sendo que a última foi executada sumariamente pelas tropas da reação; e Joséphine Courbois, que havia lutado em 1848 nas barricadas de Lyon. Devem-se citar ainda Jeanne Hachette, Victorine Louvert, Marguerite Lachaise, Josephine Marchais, Leontine Suétens e Natalie Lemel.

Depois da derrota militar da Comuna de Paris de 1871, as forças conservadoras e reacionárias, na impossibilidade de eliminar este exemplo heróico que demonstra a possibilidade de destruição da ordem burguesa, disseminam uma grande campanha de calúnias contra o proletariado, as mulheres revolucionárias, os socialistas, os comunistas e, em particular, contra a 1ª Internacional.

"Algumas fontes fazem referência às *incendiárias*, as *pétroleuses*, que atearam fogo aos edifícios públicos durante a *Semaine Sanglante* final da Comuna. Estas histórias parecem ser fruto do alarmismo antifeminista de inspiração governamental e a maioria dos correspondentes estrangeiros presentes não acreditou. Não obstante, as tropas governamentais executaram de maneira sumária centenas de mulheres, inclusive batendo-lhes até a morte, porque eram suspeitas de ser *pétroleuses*. Contudo, apesar do fato de que mais tarde se acusaram muitas mais mulheres de incendiárias, os conselheiros de guerra não encontraram nenhuma culpável desse delito. Sem dúvida, há provas que indicam que, durante os últimos dias, as mulheres agüentaram mais tempo detrás das barricadas que os homens. No total, foram submetidas 1.051 mulheres a conselhos de guerra, realizados entre agosto de 1871 e janeiro de 1873: oito foram sentenciadas à morte, nove a trabalhos forçados e 36 a serem deportadas para colônias penitenciárias." (Todd, 2000: 140-141).

Onda histórica

A Comuna de Paris e a destacada participação feminina em atividades consideradas até então como masculinas, reafirma a força revolucionária da mulher, já desenhada a partir da revolução de 1789, e que se transformou em uma onda histórica mundial indestrutível. As mulheres, a partir da Comuna, passaram a contribuir com grande parte da força que coloca em movimento a máquina da revolução proletária, indicando que elas não mais deixariam a cena da luta dos explorados e oprimidos por uma nova sociedade de progresso social e de liberdade. ■

BIBLIOGRAFIA

COSTA, Silvio. *Comuna de Paris: o proletariado toma o céu de assalto*. São Paulo / Goiânia. Anita Garibaldi / Universidade Católica de Goiás. 1998.

ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo. Global. 1984.

_____. "Introdução à "Guerra civil na França". In MARX & ENGELS (1977): *Textos*. São Paulo. Alfa-Ômega. 1977.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1987.

LÊNIN, V. I. *O Estado e a Revolução*: "O que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na Revolução". São Paulo. Hucitec. 1987.

_____. "A falência da 2ª Internacional". In LÊNIN, V. I. (1979): *Obras escolhidas*. 3º vol. São Paulo. Hucitec. 1979.

LISSAGARAY, Hippolyte Prosper-Olivier. *História da Comuna de 1871*. São Paulo. Ensaio. 1991.

MARTINS, Lilian. "Heroínas no combate: a mulher da Comuna". In *Princípios*. São Paulo. Anita Garibaldi, maio-julho. nº 21. 1991.

MARX, Karl. "A guerra civil na França". In MARX e ENGELS (1977): *Textos 1*, 3º Vol. São Paulo. Alfa-Ômega. 1977.

MARX, K.; ENGELS, F. *O Manifesto Comunista*. 2ª. ed. Prefácio e introdução Harold Laski. Rio de Janeiro. Zahar. 1978.

MOURA, Clóvis. "Paris, 1871: Revolução e Contra-Revolução". In *Princípios*. São Paulo. Anita Garibaldi, maio-julho. nº 21. 1991.

RUY, José Carlos. "O socialismo está morto. Viva o socialismo!". In *Princípios*. São Paulo, Anita Garibaldi, maio-julho. nº 21. 1991.

SAES, Décio. *Democracia*. São Paulo. Ática. 1987. (Série Princípios).

_____. *Estado e democracia: ensaios teóricos*. Campinas, São Paulo, IFCH / Unicamp. 1994. (Col. Trajetória 1).

TODD, Allan. *Las revoluciones. 1789-1917*. Madrid. Alianza. 2000.

NOTAS

1. A SMRR "foi o primeiro grupo político de defesa de interesses específicos de mulheres que se criou na Europa. Fundado por uma atriz e uma fabricante de chocolates, estava vinculado à ala esquerda dos *enragés*, lutava pelos interesses dos trabalhadores pobres e a maioria de seus membros eram mulheres de mulheres trabalhadoras. Estas *républicaines-révolutionnaires* apoiavam os *montagnards* em sua luta política com os girondinos e fundiam os interesses dos radicais de classe média com aqueles dos pobres de París." (Todd, 2000: 132).

2. Claire Lacombe foi atriz e depois da proibição da SMRR, por suas posições identificadas como burguesas, foi presa quando da ascensão dos jacobinos ao poder, sendo libertada em agosto de 1795.

3. Pauline Léon foi fabricante de chocolate, e presa junto com Claire, logo depois da proibição da SMRR, sendo libertada em agosto de 1794, um ano antes de Claire.

4. "Manon" Roland contribuiu na elaboração da política girondina e foi executada em novembro de 1793, quando do ascenso ao poder dos jacobinos.

5. Etta Palm d´Aelders participou de forma destacada da campanha em defesa dos direitos das mulheres, dando destaque à igualdade na educação e no emprego.

6. Olympe de Gouges, como defensora radical dos direitos das mulheres, foi destacada militante revolucionária e morreu guilhotinada em 1793. Sua *Declaração dos Direitos da Mulher* é uma complementação – ou uma contraposição (?) – à *Declaração dos Direitos do Homem*, que não contemplou ou explicitou os direitos das mulheres.

7. Théroigne de Méricourt teve atuação destacada na defesa dos princípios revolucionários e dos direitos das mulheres, chegando inclusive à defesa da formação de um batalhão só de mulheres armadas.

8. Jeanne Déroin, foi costureira de profissão e militante de esquerda. "Quando Jeanne Déroin propôs apresentar-se como candidata democrata nas eleições de maio de 1849, P. J. Proudhon declarou-a não apta porque os órgãos que as mulheres possuem para alimentar os bebês não as fazem apropriadas para o voto; ela respondeu pedindo-lhe para mostrar o órgão masculino que o facultava para o voto. Foi obrigada a fugir para a Inglaterra em 1851, depois do golpe de Luis Napoleão. Continuou sendo uma feminista ativa até sua morte, com 89 anos." (Todd, 2000: 138-139)

9. George Sand foi "influenciada pelo socialismo de Saint-Simon, era uma republicana acérrima e partidária das barricadas e da revolução. Foi a intelectual mais conhecida de sua época, e muitos de seus 109 livros refletem suas idéias humanitárias. A princípio se associou com Armand Barbés, o líder radical do Clube da Revolução, mas em seguida se converteu em conselheira de Alexandre Ledru-Rollin, ministro do Interior do novo governo revolucionário, que editava os *Boletines de la República* que contribuíram para propagandear o republicanismo radical nas províncias" (Todd, 2000: 139).

10. Matilde Franzizka Anneke foi a feminista que mais se destacou nos Estados Alemães. Iniciou sua atuação política como radical e aderiu ao comunismo. Depois do fracasso da Revolução Alemã de 1848 é obrigada a fugir para os Estados Unidos da América, onde continuou na luta feminista em defesa dos direitos das mulheres. (Todd, 2000: 139)

11. Conhecido também como Código Napoleônico.

12. Louise Michel, militante socialista e fundadora da União de Mulheres, "comanda um batalhão feminino, que enfrenta a reação nas barricadas de Paris. Escapa da morte, é presa e comparece diante do Conselho de Guerra em 16-12-71. Seu julgamento é exemplo de firmeza e convicção revolucionárias. Recusa os advogados designados e apresenta pessoalmente sua defesa, que, na verdade, é a defesa da causa dos *communards*, ao dizer: "Não quero me defender. Pertenço toda à Revolução Social. Declaro aceitar a responsabilidade por meus atos (...) o que exijo de vós... é o Campo de Satory, onde já tombaram meus irmãos. É preciso separar-me da sociedade, (...) O Comissário da República tem razão. Uma vez que, ao que parece, todo coração que bate por liberdade

NOTAS

só tem direito a um pouco de chumbo, exijo minha parte! Se me deixarem viver, não cessarei de clamar vingança e denunciar, à vingança de meus irmãos, os assassinos da Comissão das Graças". Reivindica morrer no Campo de Satory, o palco do mais odioso tratamento recebido pelos combatentes de Paris. Ali, na noite de 27 para 28 de maio, milhares foram massacrados pelas tropas de Versalhes. Louise não foi condenada à morte, foi deportada para a Nova Caledônia. A anistia votada em 11-7-1880 a beneficia. Voltou para a França, onde reassumiu, imediatamente, seu posto de combate, em defesa dos oprimidos. Participou e dirigiu várias manifestações de operários e desempregados. Presa várias vezes, foi condenada, em 1883, a seis anos de prisão. Liberta, morre em 1905. Recebeu inúmeras manifestações de reconhecimento dos trabalhadores de Paris e de toda França. Foi enterrada com o estandarte da Comuna. Louise Michel, mesmo pensando a questão da mulher ainda o fazia de forma unilateral, distinguindo-lhe só como um recurso direto e mecânico do fim da opressão de classe, sem compreender sua dimensão específica. Louise é um símbolo da participação da mulher nas lutas sociais em defesa do progresso e do socialismo. Não foi só uma lutadora de ações práticas. Professora formada, escreveu várias obras em que revelou seu pensamento revolucionário, entre elas "Memórias e a Comuna", em 1898". (Martins, 1991: 48)

13. Elizabeth Dmitrieff "filiou-se à Internacional aos 17 anos e se fez amiga de Marx. Chegou a ser uma das sete componentes do comitê executivo da União de Mulheres. Ao final fugiu para a Suíça." (Todd, 2000: 142)

14. André Leo, influenciada pelas idéias blanquistas, se dedicava ao jornalismo e com a derrota da Comuna se exila na Suíça.

15. Beatriz Excoffon começou a desenvolver suas atividades políticas a partir do cerco de Paris. Em princípios de abril de 1871 foi uma das organizadoras de uma marcha composta por aproximadamente 800 mulheres que tentaram sem êxito impedir que o governo de Thiers atacasse Paris. Com a derrota da Comuna, foi presa e deportada.

Participação e cidadania

A participação social é instrumento importante da relação dos cidadãos com o Estado e permite que eles tenham seus direitos reconhecidos e possam incluir suas demandas nas decisões políticas, reforçando os espaços de socialização e descentralização e o papel dos sujeitos sociais. Essa participação se consolida no exercício do controle social na formulação, no planejamento, na gestão, na execução e na avaliação das políticas públicas, que contribui para o fortalecimento não só dos próprios usuários, mas também dos planejadores e executores das ações. Mas só o controle social não basta.

MARIA JOSÉ DE OLIVEIRA ARAÚJO

Médica, especialista em saúde da mulher, fundadora do Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde e coordenadora da Área Técnica de Saúde da Mulher da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo. Texto da exposição da autora no Seminário sobre mortalidade materna realizado em 30 de maio em Brasília, pela RedeSaúde

O tema da participação e responsabilidade na área da saúde traz à tona aspectos ligados à própria saúde e outros referentes à esfera jurídica, do direito e da cidadania. Num primeiro momento, analisarei os determinantes sociais, econômicos e culturais que afetam o acesso à saúde como direito universal dos seres humanos.

A saúde de uma população está intimamente relacionada ao modo de produção da sociedade. Neste movimento, além de bens e serviços, são produzidas relações sociais constituídas histórica e socialmente, que se expressam em diferentes condições de vida e trabalho, de saúde, adoecimento e morte.

Deste modo, em sociedades desiguais como as encontradas na maioria dos países do sul, no nosso caso o Brasil, é num contexto de profundas diferenças sociais que atuam os determinantes dos processos de saúde-doença, cujo enfrentamento não é possível apenas no âmbito do setor saúde, passando necessariamente por articulações intersetoriais e por políticas sociais gestadas a partir da sociedade civil.

> **Devemos situar a saúde da população brasileira e a sua participação como sociedade civil no controle das ações do governo**

Esta profunda desigualdade nas condições de vida e trabalho expressa-se também no modo como se dá a distribuição, apropriação e ocupação do espaço urbano e de sua infra-estrutura, serviços e equipamentos sociais como escolas, creches, parques, serviços de saúde, saneamento básico, entre outros.

Além da desigualdade em sua distribuição, que privilegia áreas centrais ou ocupadas por parcelas da população com maior poder aquisitivo, há diferenças profundas no que diz respeito à qualidade dos serviços e no direito ao acesso a esses mesmos serviços.

A heterogeneidade estrutural da sociedade conduz a padrões de ações que reproduzem as classes sociais e seus perfis de saúde/doença. Como exemplo, cito os altos coeficientes de mortalidade materna nas regiões mais pobres do Brasil, onde vive grande parte da população carente, desnutrida e com difícil acesso aos equipamentos de saúde, seja pela ausência dos mesmos, seja por outras razões como a deficiência de transporte coletivo, a ausência de creches para deixar as crianças e a falta de informação que dificulta a valorização da saúde como um direito.

A visão reducionista do processo saúde-doença, concebido apenas como um fenômeno biológico e individual, fundamenta as ações medicalizadoras e assistencialistas, ainda hoje hegemônicas no sistema de saúde, que concebem o indivíduo descontextualizado de sua história, de sua singularidade e de suas condições concretas de vida e trabalho.

É neste contexto de profundas desigualdades sociais que devemos situar a saúde da população brasileira e a sua participação como sociedade civil no controle das ações do governo.

Silenciosamente, quase sem que a opinião pública se dê conta, vêm acontecendo nos últimos anos sérias mudanças nas estratégias sanitárias globais, traduzidas na prática por um distanciamento do Estado das suas responsabilidades de proporcionar atenção à saúde para todas as pessoas ou pelo menos para aquelas mais carentes.

Para que se cumprisse a Declaração de Alma Ata de "Saúde para Todos no Ano 2000", elaborada na Conferência sobre saúde mundial realizada em 1978 pela Organização Mundial da Saúde/ Unicef e assinada por praticamente todos os governos, seria necessário promover o princípio do direito à atenção básica de saúde para todas as pessoas, independente de classe social, sexo e raça. Esta declaração afirma a responsabilidade dos governos de cuidar do bem-estar dos seus cidadãos e enfoca a saúde primária como estratégia para uma distribuição eqüitativa dos serviços, centrados nos usuários.

Uma simples análise permite afirmar que estas metas não foram cumpridas e que, em lugar de "Saúde para Todos no Ano 2000", o que se encontra na maioria dos países é uma diminuição dos gastos com saúde, tendo como conseqüência uma deterioração das condições sanitárias. Em torno de 1 bilhão e 300 milhões de pessoas no mundo vivem em condições de pobreza absoluta e a expectativa de vida no mundo em desenvolvimento é 14 anos inferior à média das nações industrializadas. A principal causa de morte nos países pobres se vincula com a pobreza; quase a metade das mortes se deve a doenças contagiosas como tuberculose e infecções respiratórias, quando nos países do Norte é de apenas 10%.

A saúde de uma população está relacionada com diversos fatores sociais, econômicos e culturais. Nos países em desenvolvimento, agrega-se a isso um fator da maior relevância, quando se analisa a qualidade e o acesso aos serviços de saúde; as políticas de ajuste estrutural, que foram aplicadas no final da década de 70 e início dos anos 80 na maioria destes países. Estas políticas estão baseadas na diminuição dos gastos públicos como forma de reduzir os déficits dos governos, no pagamento dos serviços de saúde e outros serviços sociais pelos usuários, no congelamento dos salários e na redução do setor público.

> **"Está-se afirmando, na prática e no direito, uma cidadania que poderíamos chamar de monetária"**

A aplicação destas políticas contribuiu para a quebra do sistema de saúde público e para a deterioração da sua capacidade preventiva e curativa. Uma das suas conseqüências foi o aumento da vulnerabilidade dos setores mais pobres da sociedade, causada pelo aumento dos preços dos alimentos, maiores custos do atendimento à saúde, diminuição dos salários reais e elevação do desemprego. Podemos afirmar que as políticas de ajuste estrutural causaram um considerável atraso no setor saúde em nível mundial, provocando regressão nos avanços que aconteceram a partir da década de 70 e uma piora dos principais indicadores de saúde, acompanhados de recrudescimento de doenças que já haviam sido erradicadas em muitas regiões, como a desnutrição, a tuberculose, a cólera e enfermidades de transmissão sexual.

As políticas do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI) impostas aos governos que determinam o pagamento por parte dos usuários dos serviços recebidos, rompem o princípio de responsabilidade do Estado de proporcionar atenção à saúde para todos, pelo qual a sociedade, através de um progressivo sistema de responsabilizar os mais ricos e com um sentido de justiça e equidade, beneficia os mais pobres. Quando os governos responsáveis por tomar as decisões nas áreas sociais fazem com que os mais pobres tenham de pagar maior proporção dos custos relacionados com a saúde, significa que ela não é mais um direito básico para aqueles que mais a necessitam.

Segundo o princípio das políticas de ajuste, a possibilidade dos cidadãos de acederem à saúde e de poder ou não curar-se torna-se uma função direta e explícita do dinheiro. Está-se afirmando, com este princípio, na prática e no direito, uma cidadania que poderíamos chamar de monetária, já que o acesso à atenção à saúde e à cura depende do pertencimento ou não a uma classe social que permita o exercício deste direito.

As políticas de ajuste pelas quais passaram a América Latina durante os anos 80, caracterizam-se pelo retrocesso do desenvolvimento na grande maioria dos países, alimentando a pobreza, gerando marginalidade e exclusão social. Na realidade, os pobres não têm participado nem da vida econômica nem da vida social e política; estão excluídos do mercado formal e sua presença na política ou sua influência social tem se mantido mais no plano formal do que no plano real.

Os organismos multilaterais de crédito que pregaram durante toda a década de 80 a redução dos gastos públicos nas áreas sociais, ameaçados pelo aumento da exclusão social e pelo aumento da violência e criminalidade nos países do sul, começaram a tomar a frente em propor mudanças substanciais nas políticas de ajuste, substituindo-as por aumento das inversões nas áreas sociais. Estes organismos constataram que a América Latina é uma das regiões onde mais cresce a iniqüidade social, ameaçando com isso o crescimento econômico e o mercado interno.

As conseqüências das políticas de ajuste estrutural estão claramente analisadas em documento da Organização das Nações Unidas (ONU), em relatório da Comissão de Direitos Humanos. Este documento afirma que estas políticas conduziram a um atraso no desenvolvimento econômico e relatam seu efeito negativo para o exercício de alguns direitos cidadãos. Chama a atenção particularmente para suas implicações negativas sobre o direito a trabalho, alimentação, moradia, atenção na área da saúde, educação e possibilidades de participação dos cidadãos na definição das políticas sociais.

Trabalho realizado em 1995, sob o auspício do Fundo de População das Nações Unidas em cinco países da América Latina incluindo o Brasil, confirma as conclusões sobre os problemas da área da saúde citados no relatório da Comissão de Direitos Humanos. Este trabalho analisou dados da década de 80 sobre a saúde da mulher e sua relação com as políticas de ajuste aplicadas nestes países. No caso do Brasil, os resultados mostraram aumento dos coeficientes de mortalidade materna, altos índices de desnutrição em mais ou menos 40% das mulheres grávidas que fazem o pré-natal, altos índices de câncer de colo de útero, aumento do consumo de medicamentos psiquiátricos e de álcool entre as mulheres. Mostrou também que no Brasil convivem indicadores de saúde característicos do Primeiro Mundo com aqueles encontrados nos países em desenvolvimento, como os citados.

A luta pela conquista de espaços para que aconteça uma verdadeira participação social é, sem dúvida, um dos maiores desafios para a construção do processo democrático e o crescimento das relações entre o poder público e a cidadania.

A defesa da ética na política, dos bens públicos e de maior transparência nas decisões que dizem respeito aos cidadãos exige formas de atuação e articulação das forças sociais e políticas progressistas para democratizar o Estado e a sociedade. Trata-se, portanto, de pensar a participação da população e sua relação com práticas que venham realmente a fortalecer a constituição de direitos que transcendam momentos políticos conjunturais.

Neste sentido, destacamos a importância da participação da sociedade civil na gestão dos bens públicos que, dependendo do contexto, pode adquirir distintas formas: seja através da interlocução com o poder público na formulação de políticas do interesse da maioria da população, seja através da pressão, do acompanhamento e da denúncia da atuação destas instâncias, como forma de garantir a concretização das reivindicações colocadas pela sociedade.

> **"A luta pela conquista de espaços para que aconteça uma verdadeira participação social é um dos nossos grandes desafios"**

Num contexto de ressurgimento das políticas públicas pautadas por maior participação da sociedade, está em questão o papel do Estado como principal agente indutor das políticas sociais, centradas em interesses puramente definidos por ele. O que se coloca como novo é a urgência da elaboração de políticas públicas a partir da ótica e das necessidades reais dos grupos sociais interessados nestas políticas.

A participação social constitui-se num instrumento importante de relação mais direta e transparente com o Estado, que permite o reconhecimento dos direitos dos cidadãos e a inclusão das suas demandas no momento das decisões políticas, reforçando os espaços de socialização e descentralização e o papel dos sujeitos sociais.

Essa organização da sociedade fortalece também os laços de solidariedade entre os vários atores sociais, trazendo de volta valores que foram perdidos no contexto de agravamento da crise social e política, na qual os princípios que determinam as relações sociais se regem pelo individualismo e a exclusão de setores menos empoderados da sociedade.

Durante as últimas décadas convivemos, na maioria dos países da América Latina, com formas de governos autoritárias e antipopulares, traduzidas pela ausência de uma prática democrática que possibilitasse a participação da sociedade civil na vida do país.

Por força desta mesma sociedade civil, a partir do final dos anos 70 e início dos 80, estes regimes foram progressivamente transformando-se em democracias políticas e Estados de direitos com o aparecimento de várias formas de organização social.

Os atores sociais que emergem após o período antidemocrático na sociedade brasileira se pautaram pela organização de novos espaços e formas de mobilização e participação na sua relação com o poder público. Nestes espaços encontravam-se não só os movimentos populares, mas também importantes instituições da sociedade civil, parlamentares e a Igreja, que, unidos, fizeram avançar os direitos civis e sociais no país.

Um dos primeiros movimentos sociais surgidos pós-ditadura foi o que lutou pela anistia dos presos políticos, de onde se originou o movimento organizado de mulheres, que tinha base social de classe média com mulheres advindas de partidos políticos e militantes dos movimentos populares das periferias das grandes cidades. Este movimento tinha caráter autônomo e

abrigava várias gerações de mulheres interessadas em influir nas mudanças do status e da condição das mulheres na sociedade brasileira.

Contando com a experiência política e social de suas ativistas, o movimento de mulheres aprofundou várias questões que diziam respeito ao momento político e social, criando formas de organização que conseguiram influenciar o discurso e a prática dos espaços não-governamentais e governamentais, influindo nas políticas públicas nacionais.

Este movimento fortaleceu-se em torno do tema da saúde, com a criação de diversos grupos e ONGs que atuam em âmbito nacional, tornando-se uma referência para o setor estatal, para a universidade, para outros países da América Latina e sobretudo para o movimento internacional de saúde da mulher.

Os impactos positivos alcançados para as mulheres na área de saúde devem-se a vários fatores, entre eles a capacidade do movimento de criar mecanismos e instrumentos de articulação, com o objetivo de potencializar a ação dos diversos grupos de mulheres que atuam na área da saúde, dos direitos sexuais e reprodutivos e da violência contra a mulher.

Dentro desta perspectiva, surgem formas inovadoras de participação que se baseiam em ações solidárias entre os diversos atores sociais, as redes de saúde, que organizam não só as ativistas do movimento de mulheres, mas também outros setores envolvidos com tema em questão.

Assim surgiu a Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos, a Red de Salud de las Mujeres Latinoamericanas y del Caribe e outras redes internacionais que atuam na área dos direitos da mulher.

Através da organização e atuação das redes, as mulheres estão presentes em diversos espaços onde são decididas e executadas as políticas públicas para mulheres e adolescentes, na tentativa de fortalecer a perspectiva de gênero e influir em uma nova visão da saúde.

A Constituição Brasileira formulada em 1988 caracteriza-se por garantir bases legais para a participação da população na gestão dos bens públicos. Na área da saúde, a Constituição avançou criando mecanismos para que esta participação se dê por meio das organizações representativas dos usuários na formulação, no acompanhamento e na avaliação das políticas nos âmbitos nacional, estadual e municipal, através do SUS. A criação destas bases legais tornou-se um mecanismo de reconhecimento por parte do Estado dos seus deveres para com a coletividade e ao mesmo tempo contribuiu para que a sociedade se conscientizasse dos seus deveres de cuidar dos bens públicos, não só através da participação e interlocução com os poderes constituídos, mas também nas suas ações cotidianas.

Antes da Constituição, esta participação dava-se através de mecanismos informais, dependentes em grande parte da vontade de governantes e de suas tendências democráticas. Conhecendo a prática clientelista e eleitoreira que caracteriza em grande parte as administrações públicas dos países em desenvolvimento, no caso em questão o Brasil, e a falta de continuidade das ações administrativas, estes mecanismos "legais" de participação contribuem de forma positiva para o avanço das políticas públicas nas áreas mais críticas e prioritárias como saúde, educação e habitação.

A partir da nova Constituição, chamada "Constituição Cidadã", a participação popular assume novo status, com sustentação jurídica na gestão dos bens públicos. Esta brecha possibilitou com mais força o exercício da cidadania e o que foi denominado de "democracia participativa", ou seja, a responsabilidade pela consecução das políticas sociais e dos objetivos políticos, repartida entre o Estado e a sociedade. Esta nova institucionalidade da participação dos sujeitos sociais não significa, no entanto, cooptação e perda da sua autonomia, mas sim um contato permanente com o Estado como regulador social e o fortalecimento de práticas que venham a socializar as políticas e descentralizar as decisões.

As redes de mulheres se somaram a outros movimentos sociais e ao movimento de mulheres em âmbito internacional, na participação em processos das Conferências das Nações Unidas realizadas na década de 90. As mulheres trabalharam duramente para conseguir que suas reivindicações fossem colocadas nos documentos e acordos assinados pelos governos nestas conferências. Provavelmente as mulheres que estiveram fora deste processo não teriam sido ouvidas se não fosse a enérgica e atuante participação da sociedade civil, representada pelos grupos de mulheres e ONGs que atuam na área de saúde, dos direitos sexuais e reprodutivos e também no movimento ambientalista.

A concordância e a assinatura destes acordos não garantem, no entanto, que sejam cumpridos. Poderíamos citar aqui uma interminável lista de situações nas quais foram violados perante os olhos da opinião pública internacional. Só para dar um exemplo, cito a criação de uma nova lei pelo governo do Egito que permite a realização de mutilação genital em hospitais públicos, quando milhares de mulheres africanas estão lutando para que esta prática seja abolida do seu cotidiano.

Com todo o peso político que possam ter as declarações assinadas nas conferências, não são acordos obrigatórios, como são os tratados internacionais, ratificados pelos parlamentos, congressos ou assembléias dos países contratantes. As promessas dos governos feitas nestas conferências podem ficar somente no discurso, como parece que tem sido o caso na maioria dos países. Se a sociedade civil não for capaz de relembrar aos governos os seus

compromissos, estas plataformas de ação poderão terminar apenas como mais um papel com boas propostas e nada de concreto para melhorar a vida das mulheres.

Mesmo considerando de fundamental importância o seguimento e controle dos acordos assinados pelos governos, na verdade existe uma forte contradição entre as propostas saídas das conferências e a realidade política e conjuntural dos países, quando consideramos a aplicação das políticas de ajuste estrutural. Estas plataformas propõem a melhoria da qualidade da atenção e maior acesso aos serviços de saúde para as mulheres e os adolescentes. No entanto, o princípio que norteia estas políticas – que é a privatização dos serviços públicos – se coloca em contradição com o direito a saúde e educação, exatamente para as camadas já excluídas da sociedade. O pagamento dos serviços por parte dos usuários significa menor acesso a estes serviços para aqueles que mais necessitam por sua fragilidade econômica e social.

O controle social na formulação, no planejamento, na gestão, na execução e na avaliação das políticas públicas contribui para o fortalecimento não só dos próprios usuários, mas também dos planejadores e executores das ações. Por este compromisso assumido coletivamente, os técnicos devem sair de sua posição de "donos" do saber para se dispor a receber, assimilar e introduzir na sua prática cotidiana os conhecimentos que a população tem sobre a sua realidade e respeitá-la como um parceiro na resolução dos problemas de saúde.

A participação política das mulheres como setor organizado da sociedade civil não é um fato dado. Resulta de uma longa história de luta e reivindicações, sobretudo se considerarmos as diferenças de gênero que ainda caracterizam a maioria das sociedades. O baixo status das mulheres em muitos setores sociais desautoriza a sua fala, dificultando a obtenção de suas reivindicações e aspirações.

Na área da saúde esta situação se traduz sobretudo pela definição de políticas públicas que não contemplam as necessidades reais da vida das mulheres. As ações são definidas a partir do suposto de que homens e mulheres estão posicionados igualitariamente na sociedade, resultando em programas inadequados para a população feminina, maioria dos usuários e controladores dos serviços de saúde. Como exemplo, cito a experiência do movimento de saúde das periferias da cidade de São Paulo, composto por quase 90% de mulheres ativistas dos movimentos populares, sem que, no entanto, esta participação tenha contribuído, como se esperava, para significativa mudança nas suas condições de saúde.

O Brasil é um país com intensa participação da sociedade civil na vida política e social. Refletindo a diversidade da sociedade brasileira, esta participação adquire distintas formas, de acordo com o momento político e a realidade dos sujeitos sociais: trabalhadores rurais sem terra organizados pela posse da terra, estudantes com forte organização de caráter nacional, mulheres atuantes não só no movimento organizado de mulheres mas compondo parcela importante dos movimentos de saúde, educação e de habitação. Como importante exemplo dessa diversidade, o movimento pela cidadania e contra a fome, que conseguiu unir os mais diversos setores sociais e contribuir para o exercício e avanço da cidadania no país.

Refletindo, no entanto, uma importante defasagem entre o tempo social e o tempo político, a realidade brasileira apresenta ainda importantes problemas sociais em áreas prioritárias como saúde, educação, habitação e exclusão de importantes setores, do qual o exemplo mais concreto é a situação da infância e da adolescência, os "famosos" meninos de rua.

Limites

Embora a participação popular seja fator dinamizador no processo de democratização, devemos considerar que este é um processo complexo, pela heterogeneidade política e ideológica da sociedade e pela multiplicidade de interesses. Este é um lugar de conflito e interesses das classes sociais, portanto também um lugar de reivindicações nem sempre progressistas e democráticas.

A consciência desses limites é importante para não se criar uma falsa expectativa de que o controle social sobre os atos do poder público resolve todos os problemas. O controle social está inserido em um contexto de diminuição de gastos públicos e privatização dos serviços, dificultando sua efetividade. A participação popular também pode não ser efetiva quando se dá em sociedades com práticas clientelistas e corruptas de administração.

Quando analisamos o papel dos Conselhos Municipais de Saúde no Brasil constatamos que, em estados e municípios onde não existem administrações democráticas e interessadas em resolver os problemas da população, estes conselhos perdem seu caráter de defender os interesses comunitários para defender as reivindicações de setores menos progressistas nas áreas da saúde e da educação.

Mesmo reconhecendo que a participação popular pode ter limites dependentes da conjuntura política e econômica, acreditamos que só a organização da sociedade civil como força de pressão social poderá garantir a continuidade das políticas públicas e o uso adequado e transparente dos recursos, com o fim de beneficiar as camadas mais carentes e excluídas da população, no caso em questão, as mulheres mais excluídas da nossa sociedade. ■

O pecado das madalenas

O caso das freiras assediadas sexualmente por seus superiores e tantos outros mostram que, embora convivendo com alguns filósofos mais ousados e rebeldes, a Igreja, como instituição, chega ao século 21 preservando sua tradição de pensadores tão preocupados em entender a liberdade, o poder e o livre arbítrio quanto em negá-los às mulheres.

OLÍVIA RANGEL
Jornalista, membro da União Brasileira de Mulheres e da equipe de redação da "Presença da Mulherr"

A revista *IstoÉ* publicou em 28 de março deste ano matéria informando que, pela primeira vez na história, o Vaticano admitiu que padres estupram freiras além de cometer outros abusos sexuais contra mulheres. A confirmação ocorreu após a divulgação de estudos da freira e médica Maria O'Donohoue, da Missão Médica Santa Maria, sobre a Aids no mundo. Segundo o estudo, publicado no jornal italiano *La Repubblica* e no americano *National Catholic Reporter*, em 23 países religiosos têm relações sexuais com mulheres, entre as quais freiras. A maior parte dos casos aconteceu na África, mas a lista inclui países como o Brasil, a India e a Itália.

O que mais choca, no relatório, é a informação de que as freiras que engravidaram em decorrência de estupros, sedução ou assédio foram expulsas, enquanto os padres continuaram exercendo o sacerdócio.

Outro estudo, feito pela madre superiora da Congregação Africana das Missionárias de Nossa Senhora, Marie MacDonald, mostra que freiras são assediadas sexualmente por seus superiores. "Em algumas situações, candidatas a seguir vida religiosa fazem favores sexuais a padres para garantir seus certificados ou recomendações para serem aceitas nas dioceses".

> **Nas décadas de 40 e 50, milhares de adolescentes que não se comportaram dentro dos padrões da Igreja Católica foram condenadas a viver dentro das lavanderias de conventos**

Em 29 de dezembro de 1996 o jornal "Folha de S. Paulo" publicou um pequeno artigo que passou quase desapercebido informando que cerca de 50 irlandesas que passaram os últimos 40 anos "lavando seus pecados" corriam o risco de ficar o resto de suas vidas em asilos ou nas ruas de Dublin. Elas eram as últimas "filhas" de Maria Madalena, uma ordem de freiras irlandesas que tem conventos em todo o país. Nas décadas de 40 e 50, milhares de adolescentes que não se comportaram dentro dos padrões da Igreja Católica foram condenadas a viver dentro das lavanderias desses conventos, sem direito de sair das instituições, receber visitas ou ser remuneradas por seu trabalho. A maioria foi vítima de incesto ou manteve relações sexuais fora do casamento. As lavanderias eram mantidas em segredo até dois anos atrás.

O caso virou escândalo na Irlanda quando um cemitério clandestino foi descoberto no quintal de um dos conventos em Dublin. As lápides não tinham nomes. Estima-se que tenham sido enterradas até 3 mil "filhas" de Maria Madalena nos últimos 35 anos. A Igreja Católica decidiu fechar a última dessas lavanderias, eximindo-se de qualquer responsabilidade. E as mulheres, com idades entre 55 e 65 anos, sem dinheiro e sem vínculos familiares, não tinham para onde ir.

As duas notícias têm um ponto em comum: no que diz respeito à questão feminina, a Igreja Católica ainda não foi capaz de retirar seus esqueletos do armário. E também não se dispõe a dialogar com as "madalenas" e a entender "o que, afinal, querem as mulheres". Embora convivendo com alguns filósofos mais ousados e rebeldes, a Igreja, como instituição, chega ao século 21 preservando sua tradição de pensadores tão

preocupados em entender a liberdade, o poder e o livre arbítrio quanto em negá-los às mulheres.

Em fins do século 4º e começo do 5º, um bispo e professor de grande prestígio no Império Romano concebeu uma tese que "pavimentou o caminho não só para os séculos mas também para os milênios que se seguiram", conforme a teóloga alemã Ranke-Heinemann, influenciando grande parte da humanidade. Santo Agostinho imaginou que todos nascem em pecado porque são concebidos em pecado já que o primeiro homem, Adão, pecou. O pecado original, para ele, associa-se ao sexo. Escreveu ele: *Estou convencido de que nada afasta mais o espírito do homem das alturas do que os carinhos da mulher e aqueles movimentos do corpo sem os quais um homem não pode possuir sua esposa.*

Santo Agostinho estabelece, aí, a responsabilidade da mulher em desviar o homem de Deus, ou seja, da redenção e da possibilidade de liberdade. Se para ele a liberdade é uma tragédia pessoal, o que dizer das mulheres, a quem não resta sequer a possibilidade da tragédia?

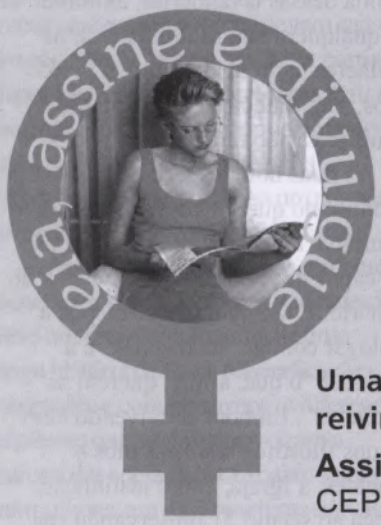
É verdade que algumas podem obter a redenção, como ocorreu com Santa Mônica, sua mãe. Mas para o gênero feminino o destino reserva o papel de responsável pelos pecados do mundo. Representantes do desejo, encarnação do demônio, o sexo feminino, além de não ter a liberdade como anseio, ainda desvia os homens de seu caminho. Como afirma Ranke-Heinemann, em "Os Eunucos no Reino de Deus", *essa idéia foi formulada por São Tomás de Aquino em conexão com Agostinho da seguinte maneira: a mulher é simplesmente útil na procriação e para cuidar da casa. Para a vida intelectual do homem não tem significado. Assim Agostinho foi o brilhante inventor do que os alemães chamam de três kás (Kinder, Kuche, Kirche - filhos, cozinha, igreja), uma idéia ainda viva, que com efeito continua a ser a posição teológica primária das mulheres na hierarquias da Igreja.*

> **"Representantes do desejo, encarnação do demônio, o sexo feminino, além de não ter a liberdade como anseio, ainda desvia os homens de seu caminho."**
>
> **São Tomás de Aquino**

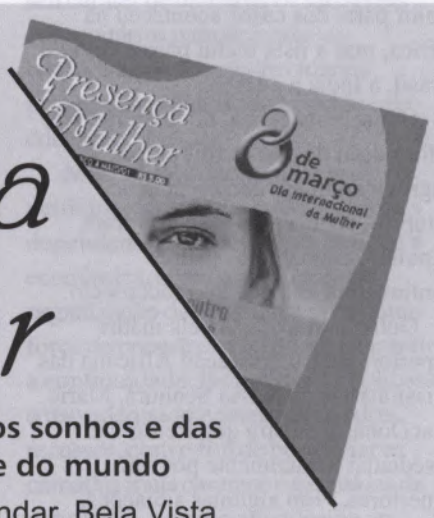
Segunda Classe

Ainda conforme Heinemann, *a história do cristianismo é quase a história de como as mulheres foram silenciadas e privadas de seus direitos. E se esse processo não mais prossegue no Ocidente cristão, não é graças à Igreja, mas apesar dela, e por certo ainda não foi detido na própria Igreja. Na raiz da difamação das mulheres pela Igreja encontra-se a noção de que são impuras e como tais se opõem ao que é santo. Na avaliação dos clérigos, as mulheres são seres humanos de segunda classe.*

E como cidadãs de classe inferior devem submeter-se aos homens, seus superiores "naturais". O livre arbítrio não existe, pois, para as mulheres, cujo destino é o de servir. Curiosa dualidade: criadas por Deus, ainda que de um pedaço de homem, a costela de Adão, as mulheres estão destinadas a ser a encarnação do demônio. "Dotadas" de impossibilidade de escolha entre o bem e o mal, elas tampouco recebem a redenção dos desvalidos. Para Santo Agostinho elas estão destinadas eternamente a vagar sem rumo no limbo da ausência de liberdade, entre o purgatório e o inferno.



Presença da Mulher



Uma revista em defesa dos direitos, dos sonhos e das reivindicações das mulheres do Brasil e do mundo

Assinaturas: Rua dos Bororós, 51, 1º andar, Bela Vista
CEP 01320-020 - São Paulo - SP - Tel.: (11) **3107-7905**
e-mail: ubm@uol.com.br

violência contra a mulher

As desventuras do vitimismo e as armadilhas da cumplicidade

OLÍVIA RANGEL

A violência conjugal tem sido abordada de forma diferenciada por correntes do movimento feminista. Neste texto pretendo, à luz dos achados de minha pesquisa, discutir duas concepções que, embora aparentemente antagônicas, terminam basicamente por chegar a um mesmo beco, não apontando possibilidade de superação do problema da violência. A primeira delas, a idéia da mulher como sujeito não-constituinte, em que ela aparece como ser passivo ou vitimado, foi largamente difundida no movimento feminista brasileiro nas décadas de 70 e 80, sobretudo a partir de autoras como Maria Amélia Azevedo, em seu livro *Mulheres espancadas, a violência denunciada* (1985).

Vale destacar que ela foi uma das primeiras autoras a abordar um tema então considerado pela academia e pelos eruditos como "maldito", como assunto secundário ou de importância menor. Além de fazer uma denúncia militante da violência conjugal, Azevedo procurou responder ao desafio de "focalizar a violência nossa de cada dia sem perder de vista a violência primária de natureza sócio-econômica e política" (Azevedo, 1985: 16). O livro fornece resultados do estudo de 2.316 boletins de ocorrência de espancamento de mulheres registrados em 50 distritos policiais de São Paulo em 1981, antes, portanto, da criação da primeira Delegacia de Defesa da Mulher (a primeira foi criada em agosto de 1985).

A partir desses dados a autora procurou definir o perfil dos agressores

e das vítimas das agressões, e analisar as razões alegadas no registro das queixas para a ocorrência dos espancamentos. E conseguiu, como afirma Heleieth Saffioti na introdução do livro, "mostrar objetivamente que a violência masculina contra a mulher perpassa todas as camadas sociais, sem negligenciar o peso de condições econômicas negativas, nem tampouco de mediações psicológicas que explicam condutas radicalmente distintas de agentes sociais vivendo sob circunstâncias idênticas; jogando, muito oportuna e sabiamente, com suas vivências".

O problema na abordagem de Azevedo são os pressupostos que orientam a análise. Como afirma Maria Filomena Gregori, no livro *Cenas e queixas - um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista,* "A autora é categórica: se a violência deve ser entendida a partir de múltiplas determinações, ela expressa, na verdade, o conflito de interesses entre os sexos. Que violência exprime conflito, não constitui equívoco. O problema está na idéia de interesses em choque: de um lado, o interesse do dominador: o desejo de mando e a montagem de um sistema que permita que ele se efetive e se perpetue; de outro, o interesse da mulher, que não é claramente definido, uma vez que as mulheres estão sujeitas a uma violência simbólica que anula a possibilidade de definirem seu destino e interesse. Violência simbólica, para a autora, é o equivalente à ideologia machista: visão de mundo formulada pelo dominador com fins de produzir uma mistificação para garantir a complacência do dominado" (Gregori, 1992:127).

As mulheres são, pois, apresentadas como vítimas indefesas e passivas, submetidas à ideologia dominante – reconhecidamente machista – e incapazes de formular sua própria visão de mundo. São tratadas como pobres coitadas, à mercê de seus algozes. É importante destacar que o homem constitui o paradigma da humanidade, sendo deste postulado que partem as leituras dos direitos humanos. Na condição de modelo humano, os homens são considerados titulares de direitos. Como as mulheres são diferentes, não se enquadrando no referido modelo, não são atingidas pela proteção oferecida aos verdadeiros titulares de tais direitos[1].

É evidente que as mulheres são vítimas da violência conjugal no sentido de "pessoa contra quem se comete crime ou contravenção", conforme reza o *Novo Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa.* Ninguém, em sã consciência, questionaria o termo vítima para referir-se a alguém que sofre um assalto, roubo ou agressão na rua. Da mesma forma, não podemos questionar o fato de que uma mulher submetida à violência do marido é uma vítima dele.

Mas reconhecer esse pressuposto não significa tratar as mulheres como 'não-sujeitos', vítimas passivas da opressão. O problema do vitimismo é justamente associar os conceitos de vítima e de passividade. Ou, em outras palavras, não admitir que a relação vítima/algoz possa ser dialética, passível de superação.

Na verdade, salientar o vitimismo, a oposição entre vítima passiva e algoz ativo, significa congelar esta relação, condená-la à eternidade. Significa desconsiderar que, nas relações familiares, as mulheres, mesmo vivendo uma condição de subalternidade, reagem de diversas formas à opressão, seja de forma pacífica, seja de forma ativa, seja no momento exato da agressão ou *a posteriori*, em pequenas "vinganças" cotidianas.

A crítica à visão da mulher como vítima passiva da violência representa, pois, uma busca de superação, uma tentativa de enxergar a mulher como sujeito constituinte de seu próprio destino.

O caso de Soraia, uma das entrevistadas desta pesquisa, ilustra bem esse argumento. Ela relata que nunca reagiu fisicamente às agressões. Ficava sempre quieta esperando assim reduzir a fúria do marido. Mas, passada a tormenta, sempre "esquecia" de arrumar a casa, particularmente a garagem, onde o marido guardava seus apetrechos. Por mais que o marido reclamasse, Soraia sentia-se sem energia para fazer a faxina da garagem, mesmo que desta forma corresse o risco de fornecer pretexto para um novo conflito.

Depois de anos sendo espancada pelo marido, ao ver-se confrontada com a traição dele, que revelou estar envolvido com outra mulher, Soraia reagiu violentamente, derrubando sobre ele uma panela com água fervendo. Agora, ela responde a processo criminal movido pelo marido. Mas não se mostra arrependida. Pelo contrário, considera que a reação libertou-a do jugo do marido. Depois disso ela conseguiu separar-se, procurou a Casa Eliane de Grammont para ajuda e hoje vive sozinha, trabalha e está "refazendo a vida".

Insistir no vitimismo implica "naturalizar" a violência contra a mulher, o que equivale a considerá-lo como um problema insolúvel: vitimizadas, incapazes de enxergar uma saída e, sobretudo, de lutar por ela, as mulheres estariam eternamente condenadas ao suplício, como Prometeus acorrentados.[2]

A crítica à visão da mulher como vítima passiva da violência representa, pois, uma busca de superação, uma tentativa de enxergar a mulher como sujeito constituinte de seu próprio destino.

O problema é que duas autoras que se propuseram a enfrentar este desafio, embora levantem questionamentos importantes quanto à posição vitimista, acabaram caindo na mesma armadilha de considerar a mulher como "não-sujeito". Mais do que isso, acabaram considerando a mulher como responsável, cúmplice ou culpada pela violência que sofre. Em seu

artigo *Participando do debate sobre mulher e violência* (Perspectivas Antropológicas da Mulher, 4, 1985), Marilena Chauí conceitua violência como "uma realização determinada das relações de força, tanto em termos de classes sociais como em termos impessoais. Em lugar de tomarmos a violência como violação e transgressão das normas, regras e leis, preferimos considerá-la sob dois outros ângulos. Em primeiro lugar, como conversão de uma diferença e de uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade com fins de dominação, de exploração e de opressão. Isto é, a conversão dos diferentes em desiguais e a desigualdade em relação entre superior e inferior. Em segundo lugar, como a ação que trata um ser humano não como sujeito, mas como coisa" (Chauí, 1985:31).

Essa definição tem sido apoiada e defendida pelo movimento feminista. No entanto, mais adiante, ao fazer uma distinção entre poder, força e violência, Chauí declara textualmente que "a força deseja a morte ou supressão imediata do outro. A violência deseja a sujeição *consentida* ou a supressão mediatizada pela vontade do outro que *consente* em ser suprimido na sua diferença" (Chauí, 1985:35 - os grifos são meus).

É evidente que aqui existe um problema de conseqüências nefastas para o movimento feminista. Se a violência deseja a "sujeição consentida", ela exclui a possibilidade de luta. Portanto, está também excluída a possibilidade de superação de qualquer contradição. Ou seja, não há processo nem transformação. Os papéis sociais são fixos e imutáveis. As mulheres estão, pois, condenadas a ser vítimas e os homens a ser algozes. Qual, então, o papel do movimento feminista?

Marilena Chauí vai mais adiante ao falar sobre a opressão das mulheres, sugerindo que a liberdade e a vontade femininas nunca foram determinadas pelas próprias mulheres a partir de sua interioridade e sim que houve uma outorga da subjetividade às mulheres: "Quando examinamos a 'subjetivização' das mulheres notamos que lhes foram dadas finalidades 'internas' a partir do exterior. A sutileza do procedimento consistiu em dotar as mulheres de vontade e de liberdade para que *a interiorização das finalidades externas se fizesse com o consentimento, a colaboração e a cumplicidade das próprias mulheres"* (Chauí, 1985, 46.47 – o grifo é meu).

As mulheres não têm muitas oportunidades de praticar violências. Como lembra Saffioti (1994), não se trata, pois, de entender as mulheres como seres angelicais, mas de compreender que sua agressividade é mais raramente convertida em agressão em virtude da falocracia.

A hipótese de Chauí é de que as mulheres são "definidas como seres para os outros e não seres como os outros". Tendo sido convertidas (e não se transformado) heteronomamente em sujeitos, serão cúmplices da violência de que são vítimas. Mais do que isso, farão de sua "subjetividade" um instrumento de violência sobre outras mulheres. Este é o núcleo do argumento de Chauí sobre as violências cometidas por mulheres contra outras mulheres: elas não apenas *consentem* na violência que sofrem como a reproduzem sobre as outras, manifestando um padrão de dependência.

Aqui reside sem dúvida um enorme paradoxo. Como alguém pode "ser convertido" por outro em sujeito? Se as mulheres não conseguem transformar-se, estão destinadas a ser uma espécie muito estranha de sujeito, "convertidas" de acordo com os interesses de outro (no caso, o masculino). Caímos aqui na mesma armadilha do vitimismo: não há saída para as mulheres, que não são e nunca serão sujeitos já que são incapazes de qualquer ação transformadora.

Organização social de gênero

Também não queremos fugir à afirmação de que as mulheres cometem violência. Elas o fazem, sobretudo em relação a seus subalternos, geralmente crianças. Mas a mulher exercita a violência em nome de uma organização social de gênero patriarcal. (Welzer-Lang, 1991). Como a sociedade só vê a mulher como um ser delicado e frágil, os atos violentos por ela cometidos entram em contradição com essa imagem. Por isso, a mulher violenta não conta com simpatia nem apoio da sociedade, sendo em geral punida com rigor.

Nessas circunstâncias, as mulheres não têm muitas oportunidades de praticar violências. Como lembra Saffioti, não se trata, pois, de entender as mulheres como seres angelicais, mas de compreender que sua agressividade é mais raramente convertida em agressão em virtude da falocracia.

Mais adiante, aprofundando a idéia de que as mulheres foram "convertidas em sujeito" a partir do exterior, Chauí afirma que "a sutileza do procedimento consistiu em dotar as mulheres de vontade e de liberdade para que a interiorização das finalidades externas se fizesse com o consentimento, a colaboração e a cumplicidade das próprias mulheres" (Chauí, 1985:46-47). E continua: "Cremos que a cumplicidade das mulheres em receber e praticar violências decorre do modo como foram postas pela sociedade moderna como sujeitos, investidas de uma subjetividade muito peculiar e dramática" (1985:47).

Ora, aqui também reside um problema. Na verdade, a idéia explicitada no texto de Chauí é de que as mulheres são não-sujeitos. Como, então, podem ser cúmplices de sua própria opressão?

Portanto, existe um paradoxo na argumentação da autora. Se as mulheres são não-sujeitos, a ponto de sua subjetividade ser outorgada, a ponto de existir um discurso *sobre* as mulheres e não *das* mulheres (1985:46), como falar em cumplicidade?

Cumplicidade pressupõe igualdade de condições. Como reza o "Aurélio", cúmplice é "co-autor, pessoa que colabora com outrem em algum fato, parceiro, sócio". Cumplicidade significa, pois, co-autoria ou sociedade; significa participar de alguma coisa com outra pessoa. Isso pressupõe que a pessoa esteja atuando enquanto sujeito de suas ações, no mesmo nível que o parceiro. Portanto, não se pode falar em cumplicidade das mulheres a não ser que as consideremos sujeitos.

Gregori contesta as concepções vitimistas e procura estabelecer uma distância crítica em relação ao artigo de Chauí. Para ela, o problema da violência doméstica é explicado, na concepção vitimista, segundo uma lógica dual e contrastante. A família está inserida em um domínio isolado do social cujo código de regras conforma uma série de comportamentos específicos, reduzidos à oposição entre homens e mulheres. Gregori destaca ainda que este tipo de abordagem, que reduz a análise da violência doméstica à dualidade vítima passiva e algoz ativo, não consegue apreender as ambigüidades e tensões entre os papéis de gênero.

Para superar este problema, e obter mais eficácia política, ela propõe outro modo de apreender este fenômeno, incorporando à análise essas ambigüidades e tensões, para entender que os padrões mais gerais de conduta entram em uma operação combinatória particular em cada relação de violência considerada (Gregori, 1992:134). Esta é, ainda segundo Gregori, uma perspectiva boa para entender a relação entre padrões mais gerais que orientam a conduta e o comportamento propriamente dito como um movimento, como uma passagem que implica combinações, ambigüidades e, portanto, diversidades.

No entanto, ao analisar os depoimentos de suas entrevistadas, acaba caindo na mesma armadilha da teoria da conivência das mulheres envolvidas em situação de violência, contribuindo para manter a "estrutura básica" que faz operar a violência. Referindo-se às cenas que antecedem as agressões, ela cita o caso concreto de uma entrevistada (Júlia) que xinga o marido. E afirma:

"Ela busca a 'ultima palavra', pois *estimulando a agressão física* sai do lugar que ocupava na cena e introduz uma outra cena em que ocupará outro lugar. E vice-versa para o marido. No segundo momento, ela vai apanhar e o marido vai bater. Neste, ela sairá como vítima e o marido como agressor. *De uma maneira muito estranha,* ela dá a 'última palavra' para sair de uma cena em que é parceira e iniciar outra em que será vítima" (Gregori, 1991;179-180 – os grifos são meus).

Mulher gosta de apanhar?

Aqui duas coisas ficam evidentes: na primeira parte da cena, marido e mulher estão em aparente igualdade de condições, em parceria. Mas a mulher ainda 'dá a última palavra', *provocando* a agressão. Ou seja, ela fica numa situação de superioridade para provocar uma situação na qual será vítima. Ora, a mulher não apenas é cúmplice como provoca (ou seja, é *culpada*) pela agressão que se segue. E "de uma maneira muito estranha". De fato, o mais estranho consiste na enorme contradição em que se perde Gregori.

Gregori procura questionar o papel de vítima passiva das mulheres envolvidas em situação de violência. Mas se contradiz ao apoiar a tese de Chauí de que elas são cúmplices da situação.

A afirmação permite a pergunta, que a própria Gregori enuncia mais adiante: "será que, no limite, os parceiros não se lançam nessas situações violentas porque gostam? Será que vítimas também são os maridos na medida em que, ao que se indica, as mulheres esperam deles, em determinadas circunstâncias, os gestos e manifestações de agressividade?".

Ora, se são as mulheres, em geral, que provocam as agressões, de acordo com as cenas descritas, a conclusão inevitável é a de que, como dizia Nelson Rodrigues, elas gostam de apanhar. E Gregori ainda vai mais adiante, levantando a possibilidade de que os homens sejam vítimas porque têm de bater, já que são provocados.

Ao enxergar cumplicidade feminina nas cenas de violência, Chauí e Gregori pressupõem uma comunhão de interesses, parceria. Em outras palavras, negam a existência de contradição entre o agressor e a agredida. Ora, se não há contradição, não há o que superar, não há possibilidade de transformação.

Gregori procura questionar o papel de vítima passiva das mulheres envolvidas em situação de violência. Mas se contradiz ao apoiar a tese de Chauí de que elas são cúmplices da situação. Na verdade, ao assumir a defesa da tese da cumplicidade, Gregori absorve também a idéia da passividade da vítima. Considera inclusive que há um tipo de vítima que coopera "na sua produção como não-sujeito. Isto é, ela ajuda a criar aquele lugar no qual o prazer, a proteção ou o amparo se realizam desde que se ponha como vítima" (1992:184). Chauí e Gregori acabam assim fortalecendo a idéia de que as mulheres podem não apenas consentir mas também usufruir da agressão.

Ceder não é consentir: o adestramento das mulheres e seu empoderamento[3]

Com efeito, segundo Nicole-Claude

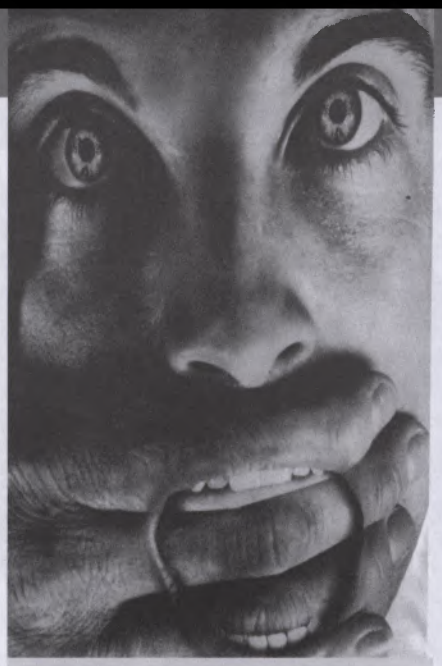
Mathieu, a idéia do consentimento dos(as) dominados(as), assim como a da aceitação das idéias dominantes exige o exame da subjetividade, da consciência do sujeito dominado. E alerta: "É preciso conhecer esta subjetividade. É preciso perguntar: qual é ela? Antes de concluir pelo 'consentimento', seria necessário assegurar que, para cada sociedade, tenham-se levado em conta as limitações da consciência que as mulheres podem sofrer. Uma parte das limitações mentais está intrinsecamente ligada às violências físicas na organização das relações com os homens, a outra é mais imediatamente uma limitação do conhecimento sobre a sociedade" (1994:186).

Mais adiante, Mathieu destaca que a socialização feminina apresenta esta importante componente: o medo do homem. A consciência de gênero das mulheres é mediatizada pelos homens: "...os homens constituem uma verdadeira tela, no duplo sentido de objeto interposto em suas consciências (da mulher) e de superfície opaca da qual lhe é devolvida uma espécie de lógica da contradição na condução de sua própria vida – as duas podendo ter conseqüências mortais" (1995:196).

Minha hipótese é exatamente esta: as mulheres são sujeitos e não vítimas passivas. Mas são sujeitos com uma consciência mediatizada pela concepção dominante na sociedade, que é machista. Em outras palavras, são sujeitos com consciência de dominados. O homem, por outro lado, entende e trata a mulher como não-sujeito, transformando a diferença em desigualdade.

Como lembra Saffioti, através da inversão provocada pela ideologia de gênero a mulher *aparece* como consentindo com sua subordinação, enquanto categoria social, a uma outra categoria social constituída pelos homens. Mas o consentimento representa apenas a aparência do fenômeno, na medida em que a consciência das dominadas é distinta da consciência dos dominantes.

Referindo-se a Mathieu, Saffioti ressalta que: "Esta asssimetria não autoriza nenhum cientista a falar em consentimento das mulheres com sua dominação pelos homens. As duas categorias de gênero falam a partir de posições hierárquicas antagônicas, ao passo que o conceito de consentimento presume que os copartícipes falem a partir da mesma posição ou de posições iguais" (Saffioti, 1994:446).



As mulheres são sujeitos e não vítimas passivas. Mas são sujeitos com uma consciência mediatizada pela concepção dominante na sociedade, que é machista.

Constrangimento

Com efeito, se consideramos que as mulheres 'consentem' na agressão, estabelecem cumplicidade com a opressão, na verdade *negamos* essas contradições. Como então vislumbrar possibilidade de saída? Estaremos, aí sim, sendo cúmplices da opressão de gênero ao fechar qualquer possibilidade de superação desta contradição e perpetuando a relação sujeito agressor/ vítima passiva. Na verdade, como diz Mathieu, *ceder não é consentir*: "... a noção de consentimento implica uma visão clássica de política, um modelo de contrato ou de 'representatividade' seja nos regimes autoritários, seja nos democráticos. E este é o modelo através do qual as mulheres em nossas sociedades entendem sua relação com os homens e seus maridos. Mas é que elas não vêem (elas são impedidas de ver) que não se trata de um contrato entre iguais. Opressor e oprimido não são sujeitos de consciência idênticos, porque estão em situação contrária" (Mathieu,1985: 228).

E mais adiante: "A violência física e o constrangimento material e mental permanecem num canto obscuro da consciência. Um ferimento do espírito. Depois, se os golpes ou as violações não são mais necessários a toda hora, não é porque as mulheres 'consentem'".

Numa situação desigual, a mulher não é incentivada a levar seus desejos em conta, explorá-los, agir de acordo com eles, como uma pessoa madura. Na realidade, a mulher passa a acreditar-se incapaz de empreender a luta mental e emocional inerente ao desenvolvimento individual necessário à ruptura da relação. Ela perderá o direito de manter qualquer relacionamento íntimo. Para evitar estas conseqüências, a mulher é incentivada a fazer duas coisas: em primeiro lugar, desviar-se da exploração e expressão de suas necessidades. Em segundo lugar, transformar 'estas necessidades'. Isso muitas vezes faz com que, automaticamente e sem dar-se conta, a mulher não consiga reconhecer suas necessidades como tal. Passa, então, a considerá-las idênticas às dos outros, em geral homens e crianças (Miller, 1991).

Mas, como lembra Saffioti, a falta de reação numa situação de violência não significa que a mulher *consinta* na violência. Ela geralmente reage de outras formas, *a posteriori*, para manifestar seu descontentamento e sua revolta. Fala mal do marido, viola as "regras" impostas por ele ou cria situações que o desagradem. Marisnaide, uma de minhas entrevistadas para este trabalho, relata:

"Eu me lembro que, mesmo com as surras, mamãe continuava indo à Igreja, que era uma coisa que ela gostava muito Quando ela passou a ser evangélica, freqüentava os cultos em igrejas pentecostais muito simples. Um dia ele chegou com ela aos gritos, porque ele ficou esperando por ela na frente da igreja além do tempo normal. Ele foi buscá-la, mas queria assistir a um jogo. Ela demorou uns 15 minutos a sair porque acabava o culto e os irmãos tomavam a

rua para conversar. Ele xingou todos os irmãos, e veio estapeando ela de dentro da igreja até em casa, porque ele perdeu o jogo ... Quer dizer, é aquela coisa do caráter desde pequeno. Ele foi contrariado naquilo que ele queria fazer, que era assistir ao jogo. A primeira pessoa que ele encontrou na frente, que eram os irmãos e ela; então, ela veio pagando o preço.

A minha mãe não tinha direitos. Ela apanhou muito por ter feito a opção de seguir a Cristo como salvador Como eu te falei, ela voltava da igreja, isso foi um progresso. Essa era a única coisa em que ela desobedecia mesmo. Ele não admitia que ela fosse à igreja. Ela ia escondida. Ela nos levava. Muitas vezes meu pai ia buscá-la depois do culto, e a trazia embaixo de pancada. Mas ela sempre voltava".

Naquilo que considerava primordial, a mãe de Marisnaide não cedia. Embora não esboçasse reação durante as surras, insistia em ir ao culto, mesmo sob ameaça de novas pancadas. Era sua forma de resistência.

Gabriel, outro entrevistado, também destaca a reação da mãe às agressões: *"Era sempre ele (o padrasto de Gabriel) que ameaçava, pegava e chacoalhava ela. Mas ela reagia. Uma vez ela quebrou o nariz dele. Ele foi dar um tapa nela, e ela segurou a mão dele, e deu um murro no nariz dele. Ele quebrou o nariz e foi parar no hospital, mas disse que caiu da escada para não ficar feio para ele".*

Por outro lado, os homens violentos parecem sentir uma necessidade de subjugar a mulher a seus planos e projetos, que muitas vezes nem sequer são explicitados. Obedecem a uma regra interna, deles, que a mulher tem de compreender e obedecer.

Vale aqui citar a afirmação de Cristian, um entrevistado de Welzer-Lang (1991:7): "... eu era violento porque não conseguia aceitar que ela tivesse seu lugar autônomo no casal. Tomei consciência de que assim que começamos a viver juntos eu tinha minhas normas a respeito de nossa relação; e para mim a única prova que eu podia ter de sua integração seria que ela aderisse às minhas normas".

A mesma idéia se reflete na fala de Iracema, outra de minhas entrevistadas: *"O Mateus me batia sem qualquer razão aparente. Qualquer coisa podia desencadear um acesso de fúria. Eu me lembro que uma vez estávamos em casa, tínhamos acabado de chegar. Eu estava com um vestido tubinho, tinha tirado o cinto. O interfone tocou e era um amigo nosso que vinha buscar uma encomenda. Desci rapidamente para entregar. Quando voltei Mateus me acusou de descer quase nua, porque estava sem o cinto. E foi com o cinto, que era de couro, que ele começou a me espancar num acesso de ciúme. Eu nunca sabia o que podia provocar ciúme ou raiva. Era muito difícil entender a lógica dele. Eu não conseguia entender os limites que ele queria impor".*

A contradição está aqui evidente. O homem quer impor suas normas à companheira, que resiste seja porque não compreende seja porque não aceita as "normas" impostas. Não se pode, pois, falar em cumplicidade. Como afirma ainda Mathieu, "Teorias do 'poder' e teorias do 'consentimento' das mulheres, umas criticando-as por não enxergar seu poder 'real', outras supondo que elas já viram toda a extensão de sua opressão, são igualmente baseadas, em definitivo, numa falsa simetria de consciência entre opressor e oprimido(a), e restabelecem as mulheres enquanto 'excessivamente sujeitos', sujeitos idênticos ao dominante. Assim, na oscilação a que nos submetem entre o status de não animadas ou animadas não humanas, ou seja, entre matéria morta ou viva, e a de excessivamente sujeitos, parece que a experiência concreta e a consciência das mulheres continuam as ser mal/im-pensadas, manipuladas" (Mathieu, 1985:8).

O homem quer impor suas normas à companheira, que resiste seja porque não compreende seja porque não aceita as "normas" impostas. Não se pode, pois, falar em cumplicidade.

Em resumo, como bem lembra Mathieu, ao se utilizar a idéia de consentimento do dominado, anula-se a responsabilidade do opressor. Além disso, a consciência do(a) oprimido(a) é promovida ao *status* de consciência livre. Pressupor 'consentimento' à dominação implica, na verdade, absolver o opressor e jogar a culpa mais uma vez sobre o oprimido. E contribui para eternizar as relações de gênero assimétricas e desiguais em nossa sociedade. Existem, pois, outras causas para a opressão/exploração da mulher, que não passam pelo 'consentimento' da(o) dominada(o).

Dependências e co-dependências

Uma vez estabelecida a diferenciação conceitual entre ceder e consentir, e partindo do pressuposto de que as mulheres não "consentem" na opressão, podemos recolocar a questão: por que as mulheres cedem, às vezes durante uma vida inteira, diante de situações violentas? Por que os homens persistem em ser violentos? A resposta a esta pergunta não é fácil, e seguramente terá muitas faces.

Há, sem dúvida, que se levar em conta o processo histórico milenar de opressão do gênero feminino. Poderíamos, sem dúvida, alegar razões de ordem econômica. Na esmagadora maioria dos casos, mesmo nas classes mais favorecidas, as mulheres têm renda inferior à dos homens. Segundo dados da Organização das Nações Unida, as mulheres possuem apenas 1% das propriedades no mundo. São responsáveis por 67% das horas

trabalhadas e recebem por isso apenas um terço da massa salarial. Ou seja, existe uma desigualdade econômica patente entre homens e mulheres. E, evidentemente, uma separação torna esta desigualdade ainda mais aguda e agrava as condições de vida das mulheres. No caso das mulheres de baixa renda, esta situação pode chegar a ser dramática. No entanto, a dependência econômica é apenas uma das facetas da opressão feminina. E, como alerta Emilce Bleichmar, em seu texto "Dependências amorosas", embora a psicanálise tenha tratado as mulheres de forma ambivalente e contraditória, fornece, ao mesmo tempo, instrumentos que ajudam a compreender por que mesmo mulheres que superaram a dependência econômica permanecem envolvidas em situação de violência.

A mulher sempre foi pensada a partir do parâmetro masculino. O que caracteriza fundamentalmente a mulher segundo Simone de Beauvoir é o fato de que ela é o outro dentro de uma totalidade cujos dois termos são necessários um ao outro. Ela é a diferente, num mundo em que ser diferente é, necessariamente, ser menos bom, ser desigual, inferior. O homem, por outro lado, está habituado a considerar a si próprio como parâmetro, como referência, como aquele que dita as regras. Só considera como igual aquele que é idêntico. Como na música de Caetano, *Narciso acha feio o que não é espelho*.

Para compreender a dominação masculina, que é uma forma particularmente acabada de violência simbólica, diz Bourdieu, é preciso se apoiar na análise das coisas, como por exemplo a divisão sexuada dos espaços, e nas mentes, ou seja, no objetivo e no subjetivo. Nas mentes, sob a forma de princípios de visão e de divisão, de princípios de classificação que, em nossa sociedade, assumem freqüentemente a forma de duplas de adjetivos que "definem" formas de comportamento masculinas e femininas (por exemplo: homens fortes/mulheres frágeis). E é muito difícil livrar-se da dominação simbólica exatamente pelo fato de ela existir objetivamente e também se manifestar sob a forma de estruturas

Não é possível conceber uma relação amorosa em que não haja dependência, *entendendo por dependência a necessidade que todo ser humano tem de ser ouvido, compreendido e reconhecido.*

mentais que organizam a percepção das coisas objetivas, ou seja, no subjetivo. Em outras palavras, ela está inscrita na identidade de mulheres e homens embora, evidentemente de formas diferentes. O homem, independentemente da classe social, raça, etnia e cultura a que pertença, está habituado a dominar. Da mesma forma, a mulher está culturalmente condicionada a ser dominada.

A identidade feminina é construída com base nestes parâmetros. Como sinaliza Bleichmar) é preciso refletir sobre o que significa de fato a assim chamada dependência afetiva. Não é possível conceber uma relação amorosa em que não haja dependência, *entendendo por dependência a necessidade que todo ser humano tem de ser ouvido, compreendido e reconhecido.*

Mas, ao se equipararem dependência e relação humana, sobretudo relação amorosa, é preciso levar em conta a função maternal. Homens, mulheres e crianças necessitam ser ouvidos, compreendidos e reconhecidos. Bem ou mal, as mulheres fazem isso com seus filhos. E os homens esperam que elas também o façam em relação a eles. As mulheres também esperam esta atitude dos homens, mas os estereótipos da masculinidade se opõem a esta necessidade mútua. Cria-se assim, como nota Bleichmar, uma das muitas linhas de fratura entre os sexos:

"O outro ou a outra não só fazem parte da vida de uma mulher como constituem sua própria identidade. Não é difícil, então, conceber que, ao ver a relação ameaçada, as mulheres sejam capazes de mantê-la a qualquer preço. Trata-se de uma questão vital. Uma mulher é avaliada por sua capacidade de criação (maternagem), de desenvolvimento (criação, amor) e de cuidado (do casal, da família, dos doentes) do outro(a). Tanto a identidade como a auto-estima feminina se constituem não em torno do êxito pessoal, da execução de uma obra ou empresa, mas se constituem e se mantêm através de relações interpessoais" (s/d:49).

Reações interpessoais

O curioso é que a violência destrói vínculos (Puget, 1990), mas também constrói laços. Eis por que ela acaba se tornando necessária, como a bebida para o alcoólatra. Eis por que, também, uma relação violenta pode durar décadas, ainda que seja uma tortura (Saffioti, 1998). Como a identidade e a auto-estima feminina não se conformam em torno de conquistas pessoais, mas se constituem e se mantêm através de reações interpessoais. Não chega a ser, portanto, surpreendente que as mulheres prefiram manter uma relação, ainda que violenta, a perdê-la.

É, por conseguinte, perfeitamente compreensível que uma mulher, por razões de ordem afetiva inconsciente, não abandone uma relação dita amorosa, embora esta possa ter muito pouco a ver com o amor e seja até humilhante ou vexatória. Como afirma ainda Bleichmar, ante a pergunta: o que a mantém nessas condições desumanas? Devemos responder: sua identidade feminina. Porque se esta mulher rompe a relação sente que falha enquanto pes-

soa e entra em depressão. Portanto, não apenas se separa e perde um vínculo, mas também se desequilibra, se desorganiza e se desvaloriza completamente porque está falhando enquanto pessoa (Bleichmar, s/d: 50).

Saídas

Em outras palavras, as mulheres são capazes de fazer enormes sacrifícios pelos outros e muito pouco por si mesmas. Elas se valorizam pelo que fazem pelos demais e se sentem egoístas e más ao centrar-se em si mesmas. É importante compreender isto para que possamos pensar em como as mulheres podem dar o salto, sair da situação de subordinação e, no caso, de violência. E que significa dar o salto? Para Bleichmar, "significa entronizar outro valor, outro atributo da feminilidade que não seja o cuidado da relação, para que as mulheres possam começar a sentir que é central cuidar de si mesmas, serem responsáveis pelo seu próprio equilíbrio mental e emocional e compreenderem que este não passa exclusivamente pela vida amorosa. Ou seja, a mulher pode ser capaz de desenvolver a capacidade de cuidar de si em primeiro lugar e então se emancipa de seu próprio imperativo feminino que é estar a serviço e a cargo dos demais" (Bleichmar, s/d, 51).

É importante assinalar que as mulheres estão conformadas subjetivamente desta forma não por razões biológicas ou "naturais" nem porque são geneticamente inferiores aos homens. E sim porque os valores patriarcais estão inseridos na subjetividade consciente e inconsciente das mulheres. E isso não pode ser resolvido por um ato de vontade.

O que precisamos trazer à tona é o debate em torno de articulação de saídas para a submissão feminina e em particular para as mulheres em situação de violência. É fundamental descobrir os mecanismos psíquicos, sociais e econômicos, bem como as políticas públicas capazes de abrir portas para que as mulheres possam romper os laços de dependência que as mantêm oprimidas e comecem a tomar seus destinos em suas próprias mãos, num processo de empoderamento. ■

BIBLIOGRAFIA

ARDAILLON, Danielle e DEBERT, Guita G. *Quando a vítima é mulher*. Brasília, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 1987.

BLEICHMAR, Emilce. "Dependências amorosas". In *No te lo piense, vem a discutir com nosostras*. Comisión anti-agresiones y coordinadora de grupos de mujeres de barrios y pueblos del movimiento feminista de Madrid. Madrid, s/d.

BOURDIEU, Pierre. "Novas Reflexões sobre a Dominação Masculina". In LOPES, Martia Juliza Marques et alli (orgs.). Gênero e Saúde. São Paulo, Artes Médicas, 1997.

CAMPO, Maria Perez del. "Las mujeres y las dependencias afectivas". In *No te lo piense, vem a discutir com nosostras*. Comisión anti-agresiones y coordinadora de grupos de mujeres de barrios y pueblos del movimiento feminista de Madrid. Madrid, s/d.

CASTRO, Mary Garcia. *A dinâmica entre classe e gênero na América Latina*. In IV Encontro de Ciências Sociais no Nordeste. Salvador, 1989 (mimeo).

_____ "Violência contra a mulher: até quando?" In "Cadernos do CEAS", nº 150, 24-37.

_____ "Participando do debate sobre mulher e violência". *Perspectivas Antropológicas da Mulher* (4) 25-62. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.

GARCIA, Francisco Montero. *Violência de gênero no universo simbólico: um estudo*. Comunicação apresentada na SBPC 1996 - mimeo.

GODELIER, Maurice. "As relações homem-mulher: o problema da dominação masculina". *Encontros com a Civilização Brasileira*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1980.

GREGORI, Maria Filomena. *Cenas e queixas - um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. São Paulo, Paz e Terra, 1992.

_____ "As desventuras do vitimismo". *Estudos Feministas* (vol.1, nº 1) 143-149. Rio de Janeiro, CIEC/ECO/UFRJ, 1993.

MATHIEU, Nicole-Claude. "Quand céder n'est pas consentir". In MATHIEU, Nicole-Claude (org.) *L'arraisonnement des femmes: Essais en anthropologie des sexes*. Paris, Editions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1985.

_____ "Femmes, matière à penser... et a reproduire". In MATHIEU, Nicole-Claude (org.) *L'arraisonnement des femmes: Essais en anthropologie des sexes*. Paris, Editions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1985.

SAFFIOTI, Heleieth. "Violência de gênero no Brasil atual". *Estudos Feministas*, CIEC/ECO/UFR, nº especial, 2º semestre 1994, pgs. 443-461.

_____ "Violência doméstica ou a lógica do galinheiro". In KUPSTAS, Márcia (org). *Violência em debate*. São Paulo, Moderna, 1992.

_____ "O estatuto teórico da violência de gênero". In Santos, I.V.T. *Violência na era da globalização*. Hucitec, 1999.

WELZER-LANG, Daniel. *Les hommes violents*. Paris, Lierre & Coudrier Editeur, 1991.

NOTAS

1 - Heleieth Saffioti, *Violência de gênero no Brasil atual*

2 - A referência é ao mito grego de Prometeu. Depois de roubar o fogo dos deuses para dar aos homens, Prometeu foi acorrentado a uma rocha e condenado a ter seu fígado eternamente comido por abutres.

3 - Empoderamento é tradução da palavra inglesa *empowerment* que significa acesso e participação no poder. Tendo sido traduzida em espanhol como *empoderamiento* tem sido utilizada em português como empoderamento

Olivia Rangel é jornalista, mestre e doutoranda pela PUC-SP e membro da Coordenação Nacional da União Brasileira de Mulheres (UBM). Texto apresentado no 5º Seminário Nacional da UBM.

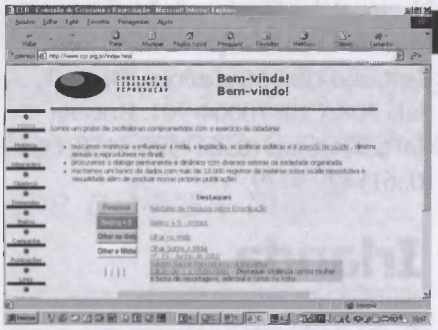
Este texto faz parte da pesquisa realizada pela autora para sua tese de doutorado na PUC -SP.

imagens

As imagens utilizadas neste encarte são detalhes de reproduções (digitalizadas em tons de cinza com 150dpi) das seguintes obras: Pág. 37 - Vicente Martin (técnica mista). Págs. 38, 40, 42 e 43 - fotogramas de Eustáquio Neves. Ensaio "Objetização do Corpo da Mulher" publicado na revista Palavra, ed. 1, abril/99. Pág. 39: fotomontagem. Pág. 41 - Fotomontagem de Dominic Rouse, Image Bank.

Feminismo na Rede

Aqui você terá dicas de páginas da Internet úteis ao trabalho feminista. São páginas de entidades do próprio movimento de mulheres, de organizações não-governamentais, de instituições que lutam pela cidadania e de fundações de apoio a pesquisas, no Brasil e no exterior.



www.ccr.org.br

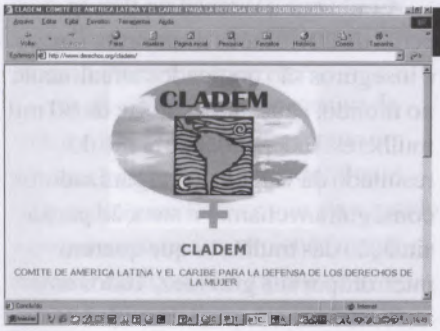
Comissão de Cidadania e Reprodução

Página de um grupo de profissionais comprometidos com o exercício da cidadania que busca monitorar e influenciar a mídia, a legislação, as políticas públicas e a agenda de saúde, direitos sexuais e reprodutivos no Brasil. Eles mantêm um banco de dados com mais de 13 mil registros de matérias sobre saúde reprodutiva e sexualidade além de produzir suas próprias publicações.

www.assediomoral.org

Humilhação no trabalho

Lançada em 1º de maio, a página aborda a intensificação da humilhação no trabalho na última década no país, não somente como ferramenta que disciplina e submete as pessoas, mas como risco invisível para a saúde de trabalhadores e trabalhadoras e, como tal, constituindo uma causa importante de adoecimento, agravamento de doenças preexistentes ou podendo levar até mesmo a morte. A página é coordenada pela médica do trabalho e ginecologista Margarida Barreto, do Conselho Consultivo da "Presença", e apresenta leis sobre o assunto, novidades bibliográficas a respeito e links com outras páginas que abordam o tema.



www.derechos.org/cladem

Mulher na América Latina

É a página em espanhol do Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (Cladem), uma rede que engloba 17 países da região. Contém publicações dirigidas e informações institucionais sobre conferências, campanhas, legislações, políticas públicas e litígios internacionais. A página está divulgando a campanha por uma Convenção Latino-Americana dos Direitos Sexuais e dos Direitos Reprodutivos.

www.ufpe.br/papai

Programa de Apoio ao Pai

A página divulga o Programa de Apoio ao Pai, da Universidade Federal de Pernambuco, que aborda a temática da participação masculina no campo da sexualidade e reprodução. Nela podem ser encontradas informações sobre os objetivos do programa, princípios éticos, equipe e plano de ação. Traz também informações sobre o Gema (Grupo de Trabalho sobre Gênero e Masculinidade) e textos que abordam as temáticas de saúde, gênero, sexualidade, reprodução, gravidez e maternidade entre adolescentes.

Programa de Apoio ao Pai

GRUPO GAY DA BAHIA

http://www.ggb.org.br

Além de falar sobre o grupo e seus trabalhos, a página contém informações sobre o movimento homossexual, Aids, projetos de lei em estudo e andamento, relatórios sobre violações dos direitos humanos e assassinatos de homossexuais no Brasil e denúncias de discriminação e perseguição na Bahia. . A página permite acesso ao jornal "Homo Sapiens", publicação bimestral do grupo, e a outras páginas para grupos GLS no exterior.

CATÓLICAS X VATICANO

http://www.catolicas.org/

CATÓLICAS QUE DIVERGEM DO VATICANO

É uma página em espanhol do grupo Católicas Pelo Direito de Decidir, que combate a visão tradicional da cúpula da Igreja Católica sobre aborto, sexualidade, maternidade e direitos reprodutivos, entre outros temas. A página contém boletins informativos, deliberações de conferências, opiniões sobre diversos assuntos, especialmente na América Latina, e um espaço para bate papo ao vivo.

RÁDIO FEMINISTA

http://www.fire.or.cr

RÁDIO FEMINISTA INTERNACIONAL

A página tem textos e imagens da Vigília Mundial pela Justiça e a Paz no Oriente Médio e do Dia Internacional pela Saúde da Mulher, arquivos de áudio diversos, rádios irmãs e fórum de debates.

CENTRO TRISTÁN

http://www.rcp.net.pe/FLORA

CENTRO DA MULHER PERUANA FLORA TRISTÁN

O centro é uma organização feminista não-governamental formada em 1979 e sua página reúne notícias, campanhas, artigos, entrevistas, plataforma de ação, concursos e publicações.

Outros endereços que valem uma visita:

- **Casa de Cultura da Mulher Negra de Santos (SP)** http://ccmnegra.santos.net
- **Grupo Transas do Corpo, de Goiânia (GO)** http://www.transasdocorpo.com.br
- **Associação Brasileira de Vídeo Popular** http://www.abvp.ong.org
- **Atlas Afro-Brasileiro** http://atlas.rits.org.br
- **Fundação Ford** (em inglês) http://www.fordfound.org
- **Convenções sobre direitos da mulher** http://www.direitoshumanos.usp.br/documentos/tratados/mulher

Brasileiras terão acesso à justiça internacional

O governo brasileiro assinou o Protocolo Facultativo à Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (Cedaw). O protocolo não cria direitos adicionais, apenas permite a indivíduos ou a grupos o encaminhamento de suas denúncias a um fórum internacional. Fazer reparações contra a violação dos direitos humanos, no caso de as soluções não terem sido satisfatórias, é o objetivo principal desse fórum.

Um dos benefícios do protocolo

Maria Eugênia

para as mulheres é catalisar mudanças nas leis e práticas nacionais, motivando governos a assegurarem que a convenção seja implementada nos países, e que as soluções possam ser submetidas a avaliação internacional. O protocolo foi adotado pela Comissão sobre a Condição da Mulher das Nações Unidas, em 1999, e passou a vigorar em 22 de dezembro de 2000. O termo ainda será analisado pelo Congresso Nacional.

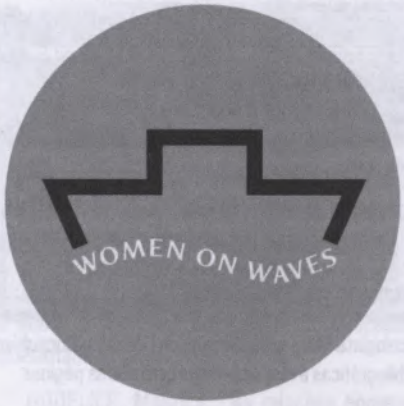
Mais informações no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Ministério da Justiça, Edifício Sede. Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Sala 308. CEP 70064-901, Brasília (DF). Telefone: (0..61) 429.3150, fax: (0..61) 429.9179.

"Barco do Aborto" levou polêmica à Irlanda

Em meados de junho, uma embarcação holandesa, equipada com clínica para realizar abortos a bordo, ancorou em Dublin, capital da Irlanda, e causou fortes protestos no país de maioria católica, onde a prática é ilegal inclusive em casos de estupro e incesto. A Irlanda tem as leis de aborto mais rigorosas em toda a União Européia. O Aurora é de propriedade da Women On Waves Foundation (Fundação das Mulheres sobre as Ondas), organização pró-aborto.

Porta-vozes da fundação não informaram se fariam abortos na embarcação, mas houve comentários de que os médicos poderiam, em alguns casos, dar a chamada pílula do aborto para irlandesas que desejassem interromper a gravidez, seguindo a legislação holandesa, porém fora das águas territoriais da Irlanda, para não configurar um desrespeito às leis do país. Pelas leis internacionais, se a cirurgia para a interrupção da gravidez for realizada em águas internacionais, vale a legislação do país que dá bandeira ao navio, no caso a Holanda, onde o procedimento é legal.

Um porta-voz da campanha Pró-Vida, na Irlanda, descreveu o envio do



"Barco do Aborto" ao país como um "golpe de publicidade". A "Folha de S. Paulo" destacou que a iniciativa levanta ainda a questão do poder econômico. "Enquanto mulheres irlandesas (ou brasileiras) ricas podem abortar fora do país quando desejarem, sem infringir nenhuma lei, as mais pobres ficam obrigadas a recorrer a clínicas clandestinas ou métodos duvidosos. O resultado é trágico: infertilidade, graves problemas de saúde e, às vezes, até mesmo a morte."

Conforme a Women on Waves, cerca de 20 milhões de abortos ilegais e inseguros são praticados anualmente no mundo, causando a morte de 80 mil mulheres. Independentemente do resultado da viagem, os organizadores conseguiram chamar a atenção para a situação das mulheres que querem interromper sua gravidez. Todos os anos, milhares de mulheres irlandesas viajam para outros países para realizar abortos.

Contatos com a Women on Waves:
P.O.Box 15683 1001 ND, Amsterdam
The Netherlands.
E-mail: info@womenonwaves.org
www.womenonwaves.org/index3.html

Hackers destroem computadores das Mães da Praça de Maio

No início de julho, o grupo Mães da Praça de Maio, que se formou na década de 70 do século 20 para combater os crimes da ditadura militar na Argentina, informou que hackers invadiram seus computadores e destruíram os discos rígidos que continham dados históricos. As Mães ainda mantêm sua luta para descobrir o paradeiro de corpos de pessoas "desaparecidas" durante a ditadura.

Os cálculos de "desaparecidos" na Argentina são de até 30 mil pessoas, desaparecidas na campanha de terror chamada de "Guerra Suja", dos militares contra os militantes de oposição. Coincidentemente, a ação dos hackers ocorreu quase simultaneamente com a busca a um dos mais notórios torturadores da época militar, conhecido como Anjo da Morte, o ex-capitão Alfredo Astiz, que se entregou à Justiça no dia 2 de julho.

Durante o regime militar argentino, mulheres grávidas detidas pelas Forças Armadas eram mortas depois de dar à luz e seus bebês foram entregues para ser criados por famílias de militares. Astiz foi um dos mais atuantes chefes de esquadrões da morte durante o regime militar.

Ele, porém, não pode ser processado na Argentina por torturas ou assassinatos cometidos durante a ditadura, já que é protegido pela Lei da Obediência Devida, de 1987. Mas o seqüestro de bebês não está incluído na lei de imunidade, e é com base nesse crime que a Justiça italiana pediu a extradição do ex-militar, acusado do seqüestro e desaparecimento de três cidadãos italianos na Argentina no período militar.

Wal-Mart processada por discriminação

No mês de junho, seis empregadas e ex-empregadas da rede Wal-Mart entraram com processo contra a empresa na Califórnia (EUA) alegando terem sido discriminadas em salários, compensações e promoções em relação aos homens. Elas alegam que a promoção de homens ocorre com maior rapidez do que a de mulheres, que os treinamentos e tarefas dados a elas são sempre inferiores – o que faz com que recebam menos promoções de cargos – e que as mulheres que discordaram dessa posição da empresa foram punidas ou demitidas.

Dos trabalhadores da rede que recebem por hora, 72% são mulheres, que ocupam apenas 33% das gerências e supervisões na empresa. Entre suas maiores rivais, o índice de mulheres nesses cargos chega a 56%.

Cálculos dos advogados responsáveis pelo processo mostram que as mulheres representam cerca de 500 mil funcionários da Wal-Mart. A empresa possui 1,2 milhão de funcionários, sendo 950 mil nos Estados Unidos, números que a colocam como segunda maior empregadora do país, atrás apenas do governo federal norte-americano.

Anistia Internacional comprova violência contra mulheres

A Anistia Internacional divulgou em março relatório que mostra que a tortura a mulheres e meninas é muito praticada por maridos e namorados. O relatório "Corpos Quebrados, Mentes Destroçadas" observa que a tortura é um fenômeno global, que ocorre em muitos contextos, baseia-se na discriminação."

Em todos os países mulheres são espancadas e violentadas por maridos ou namorados e, nos mais pobres, são forçadas a casar-se ou a integrar redes de tráfico humano. Conforme o Banco Mundial, pelo menos 20% das mulheres já foram vítimas de violência física ou sexual. Um informe oficial norte-americano, porém, calcula que a cada 15 segundos uma mulher é espancada e 700 mil são violentadas por ano. Na Índia, mais de 40% das mulheres casadas afirmam ter sofrido algum tipo de agressão sexual. No Egito, 30% confessam ter sido espancadas por seus maridos.

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) recomenda o fim dos casamentos precoces, particularmente o de meninas, como uma das formas de combater o problema. De acordo com o fundo, os efeitos desses casamentos, baseados em práticas tradicionais, são devastadores. Mais comuns em países em desenvolvimento e nas comunidades economicamente desfavorecidas das nações desenvolvidas, são difíceis de serem quantificados, estima o Unicef.

No Canadá, mulheres ficam mais na Internet

Uma mulher canadense passa, em média, cerca de 45 minutos a mais na rede mundial de computadores do que os homens e são, em parte, responsáveis pela classificação dos canadenses em primeiro lugar entre os países que mais tempo navegam na Web. Os canadenses passam mais tempo na Internet do que os americanos, de acordo com estudo divulgado em maio pela Media Metrix Canada. Em abril, cada internauta canadense permaneceu 932 minutos conectado, o que representou aumento de 82% em relação aos números registrados em maio do ano passado.

Em segundo lugar no ranking ficaram os americanos, que em abril permaneceram 876 minutos na Internet. Em seguida vêm Alemanha, com 710 minutos de conexão por internauta; Japão, com 707 minutos; e o Brasil, com 621 minutos, conforme informações da Agência Lusa de notícias.

Plano de saúde é obrigado a fazer cirurgia reparadora de mama

Com a Lei 10.223, de 16 de maio deste ano, da deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), os planos e seguros privados de saúde serão obrigados a cobrir os gastos da cirurgia plástica reparadora em mulheres que tiveram a mama mutilada por causa de tratamento de câncer. Pela lei, os planos devem utilizar-se de todos os métodos e técnicas necessárias para fornecer o tratamento adequado à segurada.

Desde 1998, o Sistema Único de Saúde (SUS) é obrigado a realizar este tipo de cirurgia. No entanto, as pacientes atendidas pelos planos não tinham assegurado o mesmo direito. Para Jandira, "além de reparar uma omissão do modelo assistencial brasileiro, a lei cumpre importante papel pelo alívio ao sofrimento das mulheres que sofreram ou sofrerão processo de mastectomia, uma vez que a cirurgia tem repercussões importantes na vida pessoal, sexual e profissional e na auto-estima da mulher", diz.

Os planos que infringirem a lei estarão sujeitos a punições como multa fixada e aplicada pela Agência Nacional de Saúde, cancelamento da autorização de funcionamento e alienação da carteira de operadora. As seguradas poderão também recorrer ao Procon para denunciar o plano que se recusar a realizar a cirurgia reparadora.

Calcinha aquecida pode aliviar cólica

Uma calcinha com um adesivo químico que gera seu próprio calor e pode mantê-la aquecida por uma hora deverá ser o alívio para as mulheres que sofrem de cólicas menstruais. Um inventor patenteou a calcinha aquecida, que obteve em meados de julho um prêmio de inovação na Suécia, e agora ele busca patrocínio para fabricar as calcinhas em grande escala.

As calcinhas contêm uma substância calmante que atua como analgésico e alivia as dores da menstruação. O calor também age como elemento contra as dores e pode fazer a mulher dispensar o uso de medicamentos.

Aids aumenta mais no sul do país

É o que revela pesquisa do Ministério da Saúde, feita em dois períodos da década de 90. Entre 1993 e 1998, o aumento da incidência da doença foi de 51% nos três estados do sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), enquanto no resto do país o crescimento foi de 16% no mesmo período, tendência que se manteve nos anos seguintes. Mesmo a incidência da doença tendo decaído 2% no restante do Brasil entre 1996 e 2000, no sul ela subiu 13%. O crescimento da Aids na região surpreendeu as autoridades sanitárias.

Em 1999, a incidência da doença foi de 11,2 por 100 mil habitantes no Brasil, mas atingiu 14,5 por 100 mil no sul. A região tem 29 mil dos 203 mil casos notificados até hoje no país desde o início da epidemia, nos anos 80.

A explicação está no perfil das vítimas, que, ao contrário do resto do país, aumentam entre usuários de drogas. No país todo, o porcentual de drogados vítimas do HIV é de 8,8%, mas no sul esse número chega a 18%. O uso de drogas injetáveis é a principal causa de contaminação de homens da região, enquanto nas mulheres ainda é a relação heterossexual. Os técnicos avaliam que elas são parceiras de drogados, o que se reflete também na transmissão vertical.

De acordo com o ministério, as vítimas de Aids no sul têm mais parceiros sexuais do que no resto do país. Outro problema é o baixo uso de preservativo nesses estados. Os governos dos três estados argumentam que o crescimento nas taxas é conseqüência do fato de a região ter melhor sistema de notificações, o que

estaria fazendo com que os casos estivessem chegando aos computadores do ministério antes dos números das regiões que têm sistemas mais falhos de apuração.

Gordura pós-gravidez pode ser genética

É o que diz o professor Sérgio Danilo Pena, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e do laboratório Núcleo de Genética Médica (Gene), pioneiro no Brasil em testes genéticos, como o da paternidade por DNA. Ele informou, durante o 1º Simpósio Internacional de Investigação Genética, promovido pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, que 9% das mulheres têm predisposição para engordar após o parto por causa da mutação do gene responsável pela produção de proteína G – que regula o metabolismo humano.

A mutação faz o metabolismo feminino economizar na produção da proteína G, dificultando a perda de peso após a gravidez. A alteração ocorre na chamada subunidade Beta de proteína ligadora de guanina, responsável pela produção da proteína G.

Em poucos meses as brasileiras poderão dispor de testes genéticos preventivos, para saber se tem ou não predisposição à mutação. O teste deverá custar entre R$ 200 e R$ 400. "Se tiver, ela poderá fazer exercícios físicos e mudar a alimentação, para evitar ao máximo que, caso exposta à alteração, sofra no futuro com o peso", disse o cientista à Agência Estado. Ele esclareceu que a predisposição de uma mulher não significa que ela terá mutação no gene produtor de proteína G.

Enxaqueca é causada por gene modificado

Pesquisadores da Holanda provaram que o organismo torna-se vulnerável à enxaqueca em virtude de alterações genéticas. Eles anunciaram seu estudo no dia 19 de junho no Congresso Mundial de Neurologia na Grã-Bretanha. A vulnerabilidade permite que fatores já associados à doença – como estresse, alimentos ou disfunção hormonal – desencadeiem o problema. O estudo começou tentando detectar a anormalidade genética que causa um tipo raro de enxaqueca que pode paralisar um lado do corpo do doente. Os pesquisadores identificaram o problema em um só gene do cromossomo 19, conforme matéria do jornal "O Estado de S. Paulo" de 20 de junho.

Um dos cientistas declarou que os estudos desse tipo específico da doença ensinaram o mecanismo de funcionamento da enxaqueca em geral. E disse que existem muitos outros genes envolvidos no processo de formação dos tipos comuns de enxaqueca, sendo que um deles fica no cromossomo X. Como as mulheres têm dois cromossomos X, elas são mais suscetíveis à doença. Conforme dados divulgados no congresso, a enxaqueca afeta 18% das mulheres no mundo e apenas 6% dos homens.

Para a presidente da Associação de Enxaqueca da Irlanda, a partir de agora sabe-se que a doença tem causa orgânica e não psicológica, como muitas pessoas pensavam. A descoberta vai ajudar a desenvolver tratamentos preventivos mais eficazes, já que atualmente apenas 12,6% dos pacientes de enxaqueca recebem tratamento adequado.

Dicas

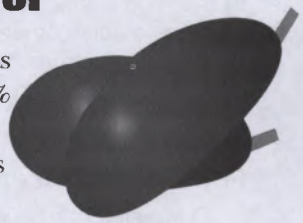
Cidadania também é beleza

Com este título, a Avon Cosméticos lançou a cartilha com orientações sobre legislação, direitos de vários tipos e dicas de procedimentos em diferentes situações. O livrete tem três capítulos: "A vida como ela é – e como deve ser..."; 'Preservando o encanto e a gentileza"; e "À saúde, cidadã!", que se subdividem em dezenas de textos sucintos e ilustrações muito bem feitas.

União estável, registro de nascimento, investigação de paternidade, pensão alimentícia, separação, divórcio, atendimento à saúde, planejamento familiar, tratamento de Aids e atendimento contra atos de violência são alguns dos temas abordados na cartilha, produzida com apoio do Centro Feminista de Estudos e Assessoria, do Centro de Criação de Imagem Popular e do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher.

Mais informações na Avon, Av. Interlagos, 4300, CEP 04660-907, São Paulo, SP. Telefone 0800.125.500. Página na internet: www.avon.com.br.

Berinjela no controle do colesterol



As estatísticas indicam que 30% da população maior de 35 anos tem colesterol acima do normal. O aumento do colesterol no sangue propicia a formação de placas de gordura nas paredes das artérias dificultando a

circulação e fazendo surgir a arterosclerose (entupimento das artérias). O organismo humano chega a produzir 70% do colesterol e os outros 30% provêm da ingestão de alimentos.

Daí que os hábitos alimentares saudáveis são fundamentais para evitar a doença. É aí que surge a berinjela. Estudos recentes comprovam a ação eficaz da berinjela contra o excesso de colesterol porque ela diminui e controla sua concentração. A berinjela é rica em proteínas, vitaminas B1, B2 e C, minerais (sódio, potássio, cálcio, fósforo, ferro e niacina, substância que reduz o mau colesterol e aumenta o bom). A berinjela também ajuda nas dietas de emagrecimento ao aumentar a eliminação de gorduras. Também atua como antioxidante e tem ação protetora das funções hepáticas.

Aids e ética médica

No momento em que a epidemia da Aids completa 20 anos, o Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Cremesp) lançou em julho a publicação "Aids e Ética Médica", que contém respostas a inúmeros dilemas e problemas éticos colocados a partir da infecção pelo HIV. O livro trata de temas que vão desde sigilo médico, direitos dos pacientes e exames compulsórios até assuntos polêmicos como aborto, eutanásia, reprodução assistida, Aids nas escolas e prisões, estupro, usuários de drogas, menores infratores e outros.

São apresentadas 56 ementas que têm como fontes pareceres éticos, técnicos e jurídicos; traz referências já conhecidas, como a Lei Federal 9.313, de 1993, que obriga o SUS a fornecer medicamentos a todos os doentes de Aids, mas também documentos inéditos, como a recente deliberação do Cremesp recomendando ao médico respeitar a autonomia do casal que decide ter filhos, mesmo que um ou os dois parceiros sejam portadores do HIV.

Organizada pelo médico infectologista e conselheiro do Cremesp Caio Rosenthal e pelo ativista da luta contra a Aids e membro do Conselho Nacional de Saúde Mário Scheffer, a publicação é dirigida a médicos, profissionais de saúde, organizações não governamentais, serviços que trabalham com HIV e Aids e demais interessados.

Mais informações, telefones (11) 3017.9352 / 9353 / 9393.

AGENDA EVENTOS

Campanha 28 de setembro

28 de setembro é o Dia pela Descriminalização do Aborto na América Latina e no Caribe. Neste ano, a Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos (RedeSaúde) está coordenando a campanha.

A coordenação da campanha está sugerindo fazer, nos dias 26 e 27 de setembro, no Rio de Janeiro, reunião ampliada para elaborar o diagnóstico da década e as perspectivas para o futuro. No dia 28 de setembro, também no Rio, ato público pelo direito ao aborto, evento de âmbito latino-americano, com apoio de instituições e personalidades de várias partes do mundo. E no dia 29 de setembro, reunião regional da América Latina e do Caribe para balanço dos trabalhos e definição de estratégias.

Mais informações da campanha na página www.campanha28set.org

Política de concepção no SUS

O Ministério da Saúde, por meio do Conselho Nacional de Saúde e da Comissão Intersetorial de Saúde da Mulher, realiza nos dias 20 e 21 de setembro de 2001, em Brasília, o Seminário "Política de concepção no SUS". Serão seis mesas de debate, nas quais estarão várias lideranças que compõem a diretoria da UBM e os conselhos consultivo e editorial da "Presença da Mulher", como Clair Castilhos, Maria Isabel Baltar Rocha (da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos), Jandira Feghali e Fátima Oliveira (do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, da Rede Nacional Feminista e do Movimento de Mulheres Negras).

Mais informações na Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos, redesaude@uol.com.br

Feminismo e gênero na academia

A Rede Brasileira de Estudos e Pesquisas Feministas, a Universidade Federal Fluminense e o Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero realizam, de 24 a 26 de setembro, no campus da UFF em Niterói (RJ), o 3º Encontro Enfoques Feministas e as Tradições Disciplinares nas Ciências e na Academia

A temática prevê estudos das "Mulheres, das Relações de Gênero e dos Enfoques Feministas". Informações e inscrições na Secretaria do 3º Encontro/ Redefem. Telefone (21) 719.1876 (de 2ª a 6ª, de 13h às 19h. Fax (21) 719.1165. E-mail: camardella@megaline.com.br ou amoedo@montreal.com.br.

Congresso de prevenção de DST e Aids

De 10 a 13 de setembro, em Cuiabá (MT), realiza-se o 4º Congresso Brasileiro de Prevenção em DTS e Aids. Tema central: "Descentralização e sustentabilidade". A promoção é da Coordenação Nacional de DST e Aids do Ministério da Saúde e parceiros, com o objetivo de discutir estratégias de prevenção que valorizem e integrem os esforços no combate à Aids e avaliar as dificuldades no gerenciamento e na arrecadação de recursos.

Informações pelo telefone 0800.61.1997 ou na página http://www.aids.gov.br/congresso.

As inscrições para apresentação de trabalho já se encerraram, mas para participação simples ainda há inscrições. Secretaria Geral do Congresso, telefone 0800 707 2137, fax (65) 623.0094, e-mail joevento@zaz.com.br.

Fotos: Arquivo UBM

Eugênia Raizes, Célia Paulete, Cida Peixoto, Clair Castilhos e Eneida Casteli no Seminário

UBM realiza seminário em Vila Velha

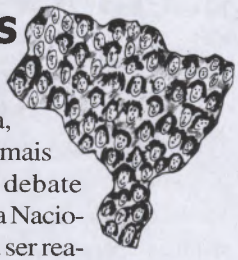
A União Brasileira de Mulheres realizou nos dias 15 e 16 de junho, em Vila Velha (ES), o Seminário Nacional "Saúde, Trabalho e Gênero", com a participação de 65 lideranças femininas de 11 estados. Na abertura do evento participaram o secretário municipal de Cultura de Vila Velha, Antonio Ramos Barbosa; o diretor de Cultura do município, Carlos Augusto; a vereadora pelo PT Ana Rita Esgário; e a secretária de Ação Social, Mirtes Bevilacqua, representando o prefeito

Foram realizadas cinco mesas de discussão com os temas *Globalização e gênero*, com a palestrante Heleieth Saffioti; *As mudanças no mundo do trabalho*, por Vital Nolasco; *Estratégias de prevenção às DST/Aids entre as mulheres, saúde e controle social*, com a fala de Eugênia Célia Raizes, do Grupo Pela Vida-ES, Célia Mara Paulete, da Coordenação Estadual DST/Aids-ES, e Clair Castilhos, do Conselho Nacional de Saúde; *Violência, assédio sexual e moral*, tendo como palestrantes Olivia Rangel e Margarida Barreto; e *O papel da UBM na atualidade*, com intervenções de Mary Castro e Liège Rocha.

Este foi o 5º Seminário Nacional que a UBM realizou nos seus 13 anos de existência, sempre com a preocupação de atualizar e aprofundar eixos centrais de sua atuação, possibilitando assim uma capacitação constante de suas lideranças. Nesta edição, contou-se com a participação de convidadas da PUC-SP, da Faculdade São Luís e de feministas do Espírito Santo.

No dia 17 de junho, a UBM realizou reunião ordinária de sua Coordenação Nacional, que deliberou sobre as seguintes questões: realização de Seminários Regionais, com conteúdo similar ao Seminário Nacional, com atenção para a realidade local; a saída da UBM da Executiva Nacional da Marcha Mundial de Mulheres; debateu a Conferência Nacional Feminista a ser realizada no primeiro semestre do ano que vem; a realização de campanha nacional da UBM com os temas "Trabalho para todas" e "Trabalho: Direito da Mulher", a ser lançada em agosto, por ocasião do aniversário da entidade; regularização da publicação do boletim "UBM Informa"; realização mensal, em data unificada em âmbito nacional, de manifestações de rua contra o apagão e o projeto neoliberal aplicado por FHC; impulsionar o trabalho com a "Presença da Mulher".

Conferência Nacional de Mulheres



No dia 9 de julho foi realizada, no Rio de Janeiro, mais uma reunião de debate sobre a Conferência Nacional de Mulheres, a ser realizada em 2002, ficando acertado o seguinte:

Formação de uma Comissão Organizadora Nacional da Conferência, integrada pela Articulação de Mulheres Brasileiras, Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos, União Brasileira de Mulheres, Comissão Nacional de Mulheres da CUT, Secretaria Nacional de Mulheres do PT e Rede Nacional de Parteiras. A comissão está aberta a outras participações de entidades, articulações e redes nacionais.

Foram constituídos dois grupos de trabalho, um para elaborar a proposta da *Carta de Princípios* e outro para apresentar, até 31 de agosto, a proposta do formato da conferência. As duas propostas deverão ser aprovadas pela Comissão Organizadora Nacional, em reunião prevista para o dia 25 de setembro.

Os princípios que norteiam a proposta têm como ponto de partida os movimentos de mulheres com recorte feminista, independentemente do fato de existirem múltiplos espaços de atuação política e de exercício da cidadania. Respeitar as diversidades valorizando o local, nacional e internacional, desde que essa abertura não provoque engessamento ou restrição do processo de organização.

Desenvolver o trabalho com base em estruturas democráticas, definidas coletivamente ao longo do processo, ainda que esta opção possa tornar complexo o processo.

Constituir um espaço capaz de convocar, congregar, articular, mobilizar e empoderar os movimentos de mulheres nas suas mais diversas expressões.

Curso de formação de lideranças

A UBM iniciou no dia 15 de julho o "Curso de Formação de Lideranças Femininas" com participação dos estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo, com destaque para o interior paulista e para de mulheres de categorias profissionais da Capital, como servidoras públicas e professoras.

O curso é continuidade do programa de estudo "Impacto do desemprego na saúde de homens e mulheres", com apoio da organização canadense Desenvolvimento e Paz, com a intenção de formar lideranças que participaram da pesquisa e militantes da UBM. O tema da abertura foi "Corrente emancipacionista, gênero e classe", complementado pelos temas seguintes: "Cidadania e direitos", "Saúde e direitos reprodutivos", "Trabalho", "Violência", "Sexualidade" e "Políticas públicas".

As coordenadoras do projeto são Liège Rocha, Margarida Barreto e Maria Luiza de Carvalho e as aulas são sempre no terceiro domingo do mês.

Paraíba

Retalhos de uma história

O Cunhã, Coletivo Feminista, da Paraíba, com apoio da Fundação Ford, publicou o caderno "Grupos de Mulheres da Paraíba – Retalhos de uma História", um belo trabalho de pesquisa da organização dos movimentos de mulheres naquele estado. O trabalho mostra a história contemporânea do movimento, o perfil das organizações, as estratégias de atuação, as conquistas e a catalogação das entidades e dos grupos.

A UBM é citada na página 67, contando de sua formação no estado e das campanhas que desenvolve. Mais informações no Cunhã, Rua Irineu Jofilly, 185, Centro, CEP 58011-110, João Pessoa, PB, telefone (83) 241.5916, e-mail cunha.cf@uol.com.br.

Goiás

Cartilha propõe educação para a igualdade

O Sindicato dos Professores do Estado de Goiás (Sinpro-GO) lançou recentemente a cartilha *Educação para a Igualdade entre Mulheres e Homens: Um Desafio para Professoras e Professores*. Elaborada pela Secretaria para Assuntos da Mulher, a publicação pretende combater a reprodução, em sala de aula, das desigualdades entre os sexos. Para isso, estabelece a discussão, entre o corpo docente, sobre as relações de gênero, além do papel da escola como agente promotor de uma educação não sexista e de transformação da sociedade. Sexismo é uma forma de discriminação baseada no sexo biológico.

Na opinião da professora Luzia Aparecida de Oliveira, secretária para Assuntos da Mulher do Sinpro-GO, a maioria dos manuais didáticos não

reflete as mudanças ocorridas na sociedade, na qual as mulheres ocupam cada vez mais espaço. "A mulher é sempre apresentada no papel de mãe e os homens são os chefes da família. Isso não condiz com a realidade, uma vez que 26% da famílias brasileiras são chefiadas por mulheres", observa.

Para mudar esse contexto, a cartilha estimula o professorado a proporcionar às meninas atividades de

movimento na hora do recreio e na educação física e a solicitar, em sala de aula, a ajuda das crianças sem distinção de sexo. Além disso, busca valorizar nas alunas a inteligência, a coragem e o espírito científico. E, nos meninos, a afetividade, a organização, a solidariedade e o respeito. "É na escola que a criança tem reforçada a educação sexista recebida em casa", analisa Luzia, destacando o papel fundamental que a escola pode e deve exercer nesse contexto.

Mais informações pelos telefones (62) 224.0917 e 224.0774 ou e-mail sinprogo@terra.com.br.

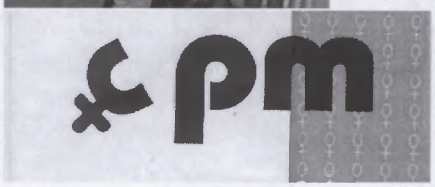
Seminário de formação política

Durante o seminário, promovido pelo Programa Interdisciplinar da Mulher, Estudos e Pesquisas, realizado entre 27 e 29 de abril e destinado a formação de mulheres para atuação em instâncias decisórias nos municípios goianos, o CPM e a UBM realizaram a oficina "Uma reflexão crítica sobre a educação para a submissão". A oficina, no dia 28, teve participação de 40 mulheres e resultou em agendamento de visitas das duas entidades a prefeitas e vereadoras do interior.

Casa nova

O Centro Popular da Mulher de Goiás, filiado à UBM, inaugurou sua nova sede no dia 31 de março em uma solenidade bastante movimentada, na qual os presentes destacaram o relevante papel social do CPM na busca da igualdade de direitos para mulheres e homens e na organização e unificação das mulheres na luta por sua emancipação. O novo endereço: Av. Goiás, 606, sala 1203, Edifício Minas Bank, Centro, Goiânia, GO.

Inauguração da nova sede do CPM e da UBM-GO



Luzia Aparecida no Seminário de Formação Política, em Goiânia

Ceará

Dia Internacional de Luta Pela Saúde da Mulher

O dia 28 de maio foi marcado em Fortaleza pelo combate à mortalidade materna, com o debate "Saúde da mulher: uma questão política", promovido pelo Fórum Cearense de Mulheres, com participação da dra. Fátima Dias (médica ginecologista) e de Lurdes Góes (da Casa Lilás), que abordaram direitos reprodutivos, a própria mortalidade materna e a contracepção de emergência.

Na oportunidade foi apresentada a nova coordenação do Fórum.

Pará

Luta contra a violência inserida na saúde pública

A coordenação da UBM no Pará, a Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos (RedeSaúde) e o Fórum de Mulheres da Amazônia promoveram dia 1º de junho um encontro com a deputada federal Socorro Gomes (PCdoB-PA) para apresentação de dois projetos de lei dela que vão contribuir para combater a violência física, sexual e doméstica contra a mulher.

Os projetos estão em discussão na Câmara Federal. Um propõe a obrigatoriedade da realização de exame de corpo de delito em vítimas de violência sexual em hospitais do SUS; o outro estabelece a Notificação Compulsória da Violência contra a mulher atendida em serviços de urgência e emergência especificando no formulário oficial a tipificação da violência, se física, sexual ou doméstica, e a criação de uma comissão para acompanhamento e implementação da futura lei.

Participaram da atividade, além das entidades promotoras, representações do movimento de mulheres, pessoas interessadas, sindicalistas mulheres e homens e autoridades, como Antônia Ferreira, do Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade; Lucy Gorayeb, da Comissão de Mulheres da OAB; Luziane da Costa, do Movimento de Promoção da Mulher; Roberto Mendes, do Grupo de Mulheres Prostitutas da Área Central; Luzia Álvares, do Grupo de Estudos e Pesquisas Eneida de Morais; Aidna Costa, da Comissão Justiça e Paz da CNBB; delegada Márcia Meirelles, da Delegacia de Mulheres/Segup; Antônio Braga, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil; Neutom Miranda, secretário municipal de Habitação; Celda Chaves, do Conselho Regional de Serviço Social; Maria Luiza Nunes, do Grupo de Mulheres da Associação Paraense de Portadores de Deficiência; Leila Márcia, presidente regional do PCdoB; além de diversas representações dos núcleos da UBM nos bairros de Belém.

Eneida Casteli representou a UBM, Eunice Guedes representou a RedeSaúde e Graça Costa representou o Fórum de Mulheres da Amazônia.

Bahia

Manoel Porto

A policial Andréa liderando as mulheres na greve da polícia baiana

UBM apóia policial em greve

O ato de bravura de uma policial durante a greve da polícia da Bahia, no início de julho, mereceu uma nota da UBM da Bahia: "A União Brasileira de Mulheres, ao tempo que apóia irrestritamente a greve dos policiais civis e militares baianos, parabeniza a soldado Andréa Santos pelo ato de bravura, coragem e consciência de classe ao entregar sua farda ao comando de greve. Entendemos que somente ações com tamanha magnitude e altivez, sobretudo partindo de uma mulher, poderão trilhar a classe trabalhadora no caminho da construção de uma sociedade mais justa e igualitária socialmente.", diz um trecho da nota.

A policial militar, que é estudante de Pedagogia da Universidade Estadual da Bahia, discursou na assembléia comunicando que foi exonerada e tirou a farda, afirmando que a sua condição policial não está no uniforme e sim no coração.

Instalado o Conselho dos Direitos da Mulher

No dia 30 de abril, foi instalado o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher na Bahia, com a participação da deputada Alice Portugal (PCdoB), que por dois anos consecutivos presidiu a Comissão Especial de Defesa dos Direitos da Mulher (CEDDM) da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia tendo como uma das principais metas a instalação do conselho.

Foram meses de articulações com o movimento de mulheres e dezenas de contatos com o secretário de Justiça do Estado. Ao final, com o esforço coletivo e suprapartidário das deputadas que compõem a CEDDM, chegou-se a um acordo para a composição do conselho, que tem nomes indicados pelo movimento de mulheres e pelo governo do Estado.

A Bahia, terra de Ana Nery, Joana Angélica, Maria Quitéria e de tantas outras que lutaram pela formação da história brasileira, é também recordista em estupros, espancamentos e abusos contra a mulher. "Por isso, insistimos tanto na instalação do conselho, que será responsável pela proposição de políticas públicas para o gênero feminino", comentou Alice Portugal, acrescentando que a luta continua, agora pela instalação das Delegacias de Proteção à Mulher nos municípios com mais de 50 mil habitantes.

Contatos com Alice no telefone (71) 370.7269,
e-mail:
aliceportugal@alba.ba.gov.br

Deputada Alice Portugal em passeata contra ACM e a corrupção

João Ubaldo

Jô Morais, vereadora pelo PCdoB em Belo Horizonte, foi uma das palestrantes do Seminário

A mulher do novo milênio

O Sindicato dos Bancários da Bahia realizou nos dias 27 a 29 de abril o 5º Seminário A Mulher do Novo Milênio, que, além dos debates políticos, teve atividade musical e exibição de vídeo. Entre os debatedores, mulheres e homens de vários segmentos sociais, como sindicalismo, órgãos de saúde, entidades feministas e parlamentares.

Os temas discutidos foram "Desafios dos trabalhadores frente ao governo de FHC", "Mulher no trabalho bancário", "Redescobrindo o feminismo original" e "Doenças ocupacionais no universo feminino".

São Paulo

Parlamentares norte-americanas no Brasil

A convite da cônsul geral dos Estados Unidos em São Paulo, Carmen Martinez, a direção da UBM participou, no dia 22 de maio, de um encontro, no Hotel Renaissance, com mulheres parlamentares norte-americanas que visitaram também Salvador, Recife e Rio de Janeiro em busca de idéias para melhorar a participação feminina na política dos Estados Unidos. Estavam na delegação americana seis parlamentares e três assessoras, patrocinadas pela ONG National Conference of State Legislators (NCSL), que incentiva lideranças políticas no Legislativo.

Elas conheceram a Lei de Cotas, inexistente nos EUA, que reserva 30% das vagas dos partidos para candidatas mulheres. Disseram que em seu país oito estados superam essa porcentagem, sendo que em Washington as mulheres ocupam 38% dos cargos legislativos. Informaram também que lá, como aqui, a política separa muitos casais porque os homens não sabem lidar com o poder das mulheres. Elas têm muitas dificuldades para financiar suas campanhas, "porque o sistema econômico é dominado pelos homens", disse uma, do Partido Democrata, que não conseguiu verba em sua legenda e teve de buscar ajuda de organizações de apoio a mulheres.

O financiamento público de campanhas, em discussão no Congresso brasileiro, só existe em quatro estados americanos, o que força as mulheres a recorrer a suporte de ONGs femininas, algo que não existe no Brasil. Elas se encantaram com os mecanismos brasileiros de defesa de abuso e violência, especialmente as delegacias de mulheres e os abrigos para mulheres vítimas de violência.

Conforme Liège Rocha, as americanas reprovaram a "exploração nociva" da imagem feminina nos meios de comunicação brasileiros. Uma senadora disse ter ficado assustada com o que assistiu na televisão daqui e informou que nos EUA existem normas para coibir a pornografia. Ao final, ficou acertado que a NCSL vai patrocinar uma delegação de parlamentares brasileira para os EUA no final do ano, para incrementar o intercâmbio.

QUEM VEIO

Nancy Brown, diretora da Rede de Mulheres no Legislativo da Conferência Nacional de Legislativos Estaduais (NCSL); Jeanne Kohl-Welles, senadora pelo Partido Democrata (PD) do Distrito de Washington; Evelyn Lynn, representante estadual pelo Partido Republicano (PR) da Flórida e integrante da NCSL; Lana Oleen, senadora estadual pelo PR de Manhattan/Kansas e presidente da Comissão Mista das Relações entre Estado e Tribos Indígenas; Carol Petzold, delegada estadual pelo PD de Maryland e do conselho consultivo da NCSL; Susan Clarke Schaar, assessora do Senado da Virgínia; Annette Durlan, diretora da NCSL; Angela Zoe Monson, senadora pelo PD de Oklahoma; Joan Bray, representante estadual pelo PD do Missouri.

Presidente desconsiderou pedido

Em maio, a presidente da UBM, Liège Rocha, junto com a representante do Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (Cladem), Sílvia Pimentel, assinou manifesto de apoio à indicação da dra. Ela Wiecko Volkmer de Castilho para o cargo de procuradora geral da República, uma campanha do Cladem e da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos. Ela tem longa trajetória em defesa dos direitos das mulheres, como integrante da comissão que elaborou o Anteprojeto da Reforma da Parte Especial do Código Penal, em 1999, sempre atenta para que os aspectos discriminatórios à mulher fossem retirados do texto. A carta foi encaminhada ao presidente da República, ao ministro da Justiça e ao secretário dos Direitos Humanos.

O presidente FHC ignorou o pedido e manteve o "engavetador" Geraldo Brindeiro no cargo, afinal ele manda arquivar todos os processos que possam causar algum mal-estar ao governo.

Em São Paulo e outros Estados, a União Brasileira de Mulheres divulgou este material conscientizando as mulheres sobre a questão da mortalidade materna

Minas Gerais

RedeSaúde emplaca parceria vitoriosa no Estado

No dia 21 de junho, realizou-se na Assembléia Legislativa de Minas Gerais audiência pública sobre "Atenção à Saúde da Mulher em Minas", uma solicitação do deputado Luiz Menezes (PPS) à Comissão de Saúde. O evento marcou o início de uma parceria entre a RedeSaúde e o legislativo mineiro que deverá render frutos. No evento foi realizado o lançamento dos livros "Dicionário Mulheres do Brasil" (Jorge Zahar Editor, 2000), com a presença de Schuma Schumaher (co-organizadora); e "Saúde, Eqüidade e Gênero" (Editora UnB/Abrasco, 2000), com a presença de Ana Maria Costa (co-organizadora).

A audiência foi palco análises e de depoimentos emocionantes e contou com presença expressiva do movimento de mulheres, de parlamentares da Casa, além de representantes do movimento de mulheres de Juiz de Fora, Ouro Preto, Itabira e Itabirito e da vereadora Jô Moraes (PCdoB). Bel Balthar, da RedeSaúde, também participou do evento.

O deputado Luiz Menezes comunicou a apresentação de projeto de lei que cria a Ouvidoria de Saúde da Mulher do Estado de Minas Gerais e o cargo de Ouvidor(a) de Saúde da Mulher. A partir da audiência, o projeto ganhou grande destaque na mídia local. As mineiras não estão rindo à toa!

Seminário discutiu mortalidade materna

O 2º Seminário Estadual de Prevenção da Mortalidade Materna, com o tema "*Garantir a vida de quem gera a vida*", realizou-se no dia 28 de maio, celebrando o Dia Internacional de Ação pela Saúde da Mulher, com a presença de gestores, coordenadores e técnicos de saúde, membros dos Conselhos de Saúde, ONGs, representantes da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, Faculdades de Medicina e de Enfermagem e outras instituições de ensino da área da saúde.

Os organizadores foram a Secretaria de Estado da Saúde, a Secretaria de Municipal de Saúde de Belo Horizonte, a Diretoria Metropolitana de Saúde, o Ministério da Saúde e a Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos. Entre os temas discutidos, a situação da mortalidade materna no Brasil e em Minas Gerais, garantia pela vida e bases para elaboração do Plano Estadual para Redução da Mortalidade Materna.

Paraná

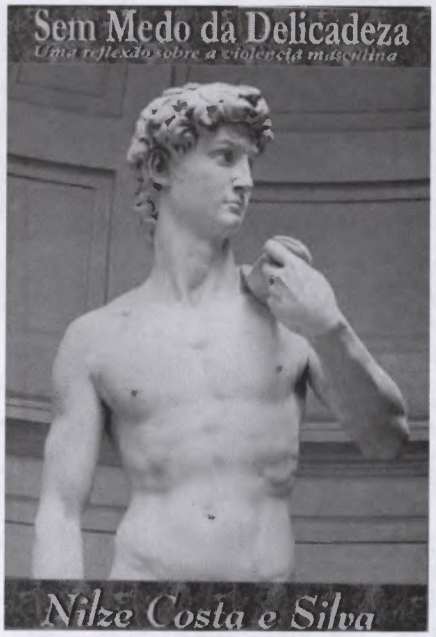
Encontro reorganiza a UBM

A UBM do Paraná realizou no dia 31 de março o encontro estadual que marcou a reorganização da entidade, com a presença de sua presidente nacional, Liège Rocha (em pé, na foto ao lado), e de representantes de movimentos feministas e de partidos paranaenses. Na ocasião, foi eleita a nova coordenação da UBM estadual.

Fotos: Arquivo UBM

Sem medo da delicadeza

A escritora Nilze Costa e Silva, que trabalha na ONG Núcleo de Ação e Valorização da Espécie Humana (Nave), em Fortaleza, que ela ajudou a fundar em 1998, preocupada com a questão da violência, resolveu se desligar um pouco da ficção e convidar homens e mulheres para uma reflexão sobre reorganização da sociedade.O resultado de seu trabalho é o livro *"Sem medo da delicadeza"*.



Em seu trabalho, Nilze utiliza a categoria gênero para questionar a violência masculina a partir dos modos de socialização de meninos e meninas. Ela justifica sua preocupação com dados de pesquisas já existentes, entrevistas com homens e depoimentos pela Internet, analisando de forma simples e acessível, mas com profundidade, alguns dos aspectos da educação e da cultura que conduzem a um mundo de desamor e desafeto entre os seres humanos.

O livro *Sem Medo da Delicadeza* pretende despertar a consciência contemporânea para a desconstrução da armadura masculina que sempre impediu a ressonância de valores sensíveis e ternos tão necessários ao ser humano. Os próprios homens estão em busca desses valores, alguns já tão cansados das provas de resistência. Como afirma Nilze no livro, "a família alimenta o mito da desigualdade sexista até mesmo antes do nascimento. As expectativas quanto ao papel feminino e masculino são bem diferentes, o garoto é estimulado à coragem, à competição, à agressividade, à iniciativa".

Nilze, de 50 anos, especialista em teoria da literatura e em violência doméstica, constata que certos sentimentos, como a delicadeza e a afetividade, a tolerância e a mansidão, são desaprovados para o homem. Daí não ser difícil constatar a pressão psicológica a que o homem é obrigado a se submeter para não fugir ao estereótipo do que é ser macho. "Em geral, o menino aprende primeiro o que não deve ser – frágil, sensível, delicado e emotivo; em seguida, aprende que deve parecer forte, valente, corajoso e violento. Essa constatação nos leva a perceber que uma educação de gênero igualitária e não sexista tornaria os homens menos agressivos".

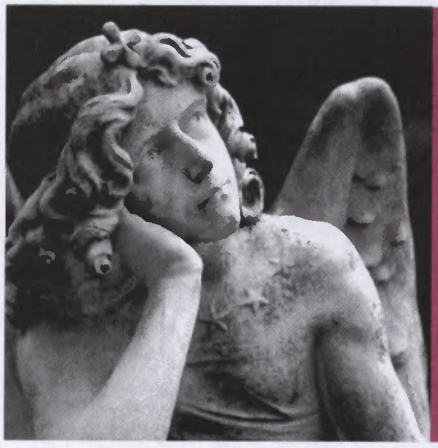
A escritora conta que nos Estados Unidos existem cerca de 200 grupos que discutem a identidade masculina, algo que está começando no Brasil também.

SERVIÇO

Livro "Sem Medo da Delicadeza" Edições Nave, Fortaleza. 270 páginas, R$ 20,00.
Pedidos e informações pelo endereço eletrônico nilze@ivia.com.br.

Outras publicações da autora:

Viagem – contos e crônicas, 1981
No Fundo do Poço – novela, 1984
O Velho – romance, 1986
O Esconderijo dos Anjos – romance, 1998
Dilúvio – contos, 1990.
Mulheres de Papel – ensaio, 1992



Este é um mundo pelo qual devemos lutar: aquele em que os homens possam sentir a mansa necessidade de serem humanos e, pelo menos de vez em quando, sentir medo, abrir-se para a verdade, para a vida como ela é, não como está, mas como deveria ser.

'Relações desiguais de gênero prejudicam a todos'

A afirmação é da escritora Nilze Costa e Silva, em entrevista concedida ao jornalista Marcelo Carvalho, da página IbaseNet, durante o Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, em janeiro, onde ela lançou seu livro *"Sem medo da delicadeza"*.

De onde saiu a idéia do título?

O objetivo é mostrar que o homem não vai perder sua masculinidade, seu modo de ser, se for afetivo, amoroso e fizer trabalhos domésticos. A masculinidade termina sendo para o homem uma ferida, algo muito vulnerável. Todos esses estereótipos começam na infância e consertar o adulto é muito mais difícil que trabalhar a base, a criança.

Como a família interfere nisso?

A família é a primeira que reproduz a superioridade masculina a partir dos papéis esperados das crianças. Os pais esperam que o menino seja mais levado, agressivo, que vá para a rua e que a menina seja calada, quieta. O menino passa a vida tendo de revidar, não pode levar desaforo para casa. Depois que ele cresce, vai ser o machão, o brigão, o que não pode ser afetivo, chorar de amor ou perdoar uma traição. A cultura impõe que ele tem de dar o troco, descontar.

Essa relação, então, é ruim também para o homem e não apenas para a mulher?

Sim, nosso trabalho se baseia nisso. As relações desiguais de gênero prejudicam a todos. As mulheres estão trabalhando isso há cem anos e os homens ficaram parados na mesma cultura. Agora, eles também estão querendo evoluir. O ideal de uma sociedade seria valorizar o indivíduo, mas o homem ainda é supervalorizado e a mulher absorve essa cultura. Não é algo que vem do homem, não adianta culpá-lo por ser machista, a educação o leva a ser mais violento.

Qual foi o universo da sua pesquisa?

Elaborei questionários, fiz entrevistas, construí histórias de vida durante três anos em Fortaleza, com pessoas de vários níveis. Foram 60 questionários e 22 depoimentos pela internet. Presumimos que quem utiliza a internet tem um poder aquisitivo e um nível cultural melhor. No entanto, o bom foi constatar que a maneira de pensar do motorista de táxi não difere muito da do intelectual. Alguns colocaram que a força física é que faz com que o homem seja violento. Mas a teoria de que a mulher desenvolve o lado afetivo e o homem não por razões biológicas nunca foi provada. Pesquisei bastante sobre isso, conversei com médicos e cientistas. Isso só serve para reforçar os preconceitos e estereótipos. A maioria entrevistada confessou que foi proibida de chorar e expressar medo na infância. Na adolescência, eles passam por problemas de sexualidade na medida em que são estimulados a ser conquistadores, a não casarem virgens. São mitos que atingem a saúde e se prolongam até a velhice, com a questão do câncer de próstata, de não querer usar camisinha.

Pode-se afirmar que a violência está relacionada com essa educação?

Não podemos afirmar que esse é o único fator que desencadeia a violência, temos também o desemprego, questões estruturais e sociais. Mas paramos para pensar que a violência está em todos os níveis da sociedade, mesmo nas classes mais abastadas. Os grupos de lutadores de jiu-jítsu, os neonazistas e as gangues não se formam apenas entre os pobres. Não se pode justificar a pobreza como fator de violência. Esse é um fenômeno virulentamente democrático.

Como definiria feminino e masculino?

No meu livro faço esse questionamento – homem e mulher são iguais? É claro que não, biologicamente somos diferentes. Mas o feminino e o masculino são condições iguais? Não. A sociedade trata diferentemente os meninos e as meninas a partir da gravidez e são esses papéis que vão formando o homem e a mulher. A definição que poderia dar de masculino e feminino é que, infelizmente, o masculino é educado para ser mais violento e superior ao feminino. Mas estamos lutando para que os dois consigam ter o mesmo espaço e as mesmas oportunidades, para isso eles não precisam ser iguais.

Qual é a diferença entre masculino e machismo?

O machismo é uma atitude que pode partir tanto do homem quanto da mulher. Dizer que mulher não é machista é um absurdo, elas também são porque adquirem essa cultura, naturalizam. Já o masculino é um conceito criado pela cultura. Você nasceu homem e se torna masculino, eu nasci mulher, são as minhas características biológicas, mas me tornei feminina a partir das expectativas que a sociedade criou para mim. Isso varia no tempo e no espaço, o papel da mulher antigamente era outro, hoje já está se questionando mais o papel do pai. Quando um pai cria seus filhos vira motivo de entrevista, tema de filme. Porque não é normal que o homem cuide dos filhos, ele é apenas o provedor, brinca, passeia; não é normal, por exemplo, que dê educação sexual. A cultura estabeleceu isso, mas o homem é perfeitamente capaz de cuidar de seus filhos, trocar fraldas, dar afeto e substituir a mãe. O ideal para uma criança é contar com o pai e a mãe, mas dá para a figura do pai fazer os dois papéis, assim como a mãe muitas vezes o faz. Na verdade, paternagem e maternagem deveriam ser sinônimos. Parir e amamentar o homem não pode, mas cuidar não deveria ser uma característica feminina, mas do ser humano que está ali com sua cria. ■

IMPRESSÃO E ACABAMENTO
Centrais Impressoras Brasileiras Ltda.

Quixotesca

Márcia Stamato *São Paulo*

Dizem que sou
quixotesca.
É uma forma educada
de taxarem-me de crédula,
ingênua, alienada.
Isto, porém, não me abala
porque sou obstinada
e creio, com otimismo,
que os dias estão contados
pra quem pratica o cinismo.

É que eu às vezes preciso
d'uma batida d'asas,
d'uma revoada ...
A sós com meus botões,
sigo sonhando acordada ...
e rimando umas palavras
vou falando aos corações.

Senão como poderia
manter meu estado d'alma
confiante e otimista
se, olhando pra Nação,
só enxergasse a legião
de chacais oportunistas?

Bem sei não haver só vileza
e súcia na velhacaria.
Há gente com tanta nobreza
nas ações do dia-a-dia!
Porém, desgraçadamente,
em nossa Historia recente
(no Planalto, notadamente)
vigem abertamente
as ações de torpeza,
baixeza e patifaria ...
que têm seus dias contados.
Disto quero ter certeza!

Aliste-se, ó brasileiro
na guerra à corrupção
nossa luta resgatará
a dignidade da Nação.
E juntos superaremos
a cruel desigualdade
na tal da distribuição
(que tanto nos causa revolta,
humilhação e estupor).
Pra isso precisaremos
de toda a sua garra,
de metas muito claras
e do mais severo rigor.
Diga-me, ó companheiro,
seu critério de valor:
se (por aspirar tal meta)
esta mulher-poeta
deva ser considerada
um ser por demais sonhador?

Se por tola sou tomada,
por quixotesca, chamada,
já disse: isto não me abala...
só me dá alguma tristeza,
mesmo que já habituada
a ser assim estigmada.

Esqueço a mágoa e vou vivendo,
pois quero poder morrer crendo
que - apesar das diligências
dos sectários da vileza
em semear o torpor -
há de vencer a Justiça,
há de imperar a beleza,
o trabalho, a inteligência,
sobre todo este horror.
E, mesmo em terreno árido,
há de brotar felicidade,
há de crescer a inocência,
há de vingar a verdade
há de vicejar o valor.

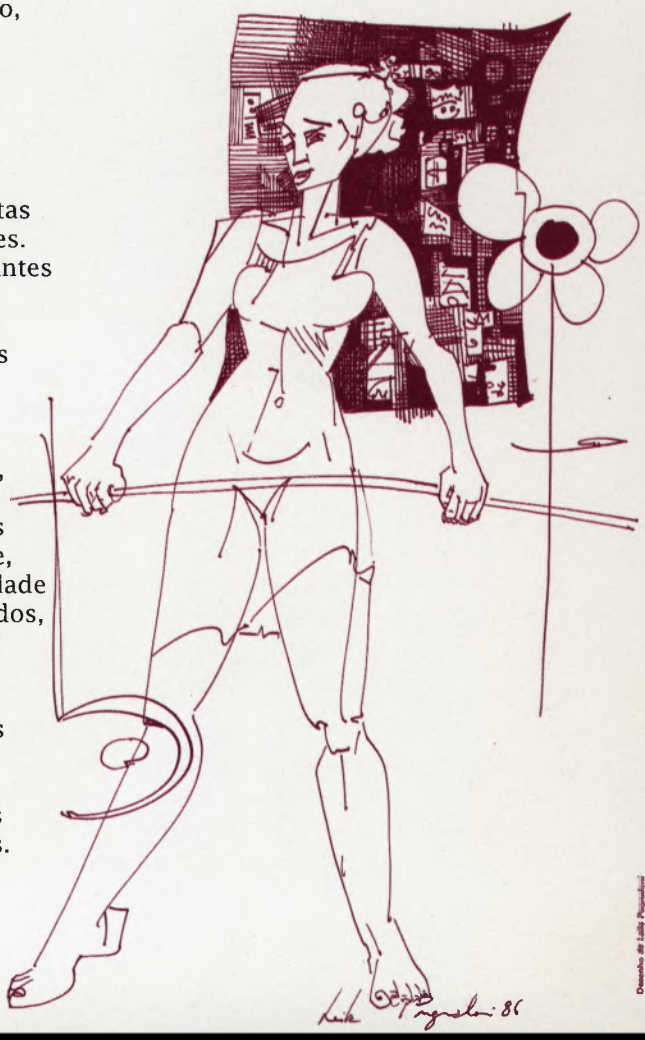
Tenha você a certeza,
que destas preciosas plantas
tantos possuímos sementes.
E vamos plantá-las, confiantes
e regá-las com amor,
apesar de termos à frente
um batalhão de oponentes
que lutará, prepotente,
para ceifá-las em flor.

Mas se todos os excluídos,
massacrados, espoliados,
injustiçados e perseguidos
baterem-se com dignidade,
armando-se só com a verdade
contra todos os corrompidos,
plantaremos felicidade ...
sairemos fortalecidos!

Hão de ter voz deserdados
e de ter vez, desvalidos.
Fortes ficarão os fracos ...
já não haverá desgraçados
pelas esquinas esquecidos.
E, de mãos dadas poetas,
populares e estudantes,
homens, mulheres, amantes
junto com seus infantes
e com quem quiser aderir
encontrarão seus lugares
num Brasil enriquecido
que inda está para vir.

E se ninguém duvidar
e pra isso se empenhar,
com afinco trabalhar,
pode ser que este dia
não tarde demais a chegar.

Mas, se por azar morrermos
antes de vermos crescida
nossa bela plantação,
deixaremos para os filhos
que colherão, envaidecidos,
todos os frutos e grãos.



Desenho de Lalo Pagnoloni
artista plástico paranaense

15 ANOS

Presença da Mulher

Desde 1986, ao lado das brasileiras, lutando por um mundo de igualdade, contra toda opressão.